
conjuntura brasileira

ano 1 - numero 3 - jan/fev 1975 - 6 ff



INDICE

política nacional	pag. 2 - 11
movimento sindical	pag. 12 - 14
notícias diversas	pag. 15 - 17
economia	pag. 18 - 37
exterior	pag. 38 - 39

publicações consultadas para este número

jornal o estado de são paulo	revista exame
jornal do brasil	revista banas
jornal o globo	revista indústria e desenvolvimento
jornais argentinos	revista conjuntura economica
revista veja	revista dirigente industrial
revista visão	revista dirigente rural

ASSINATURAS - 6 meses : U\$ 5
- 1 ano : U\$ 10
DE APOIO - 6 meses : U\$ 8
- 1 ano : U\$ 15

ENDEREÇO : conjuntura brasileira
c/o Michel THERY
29, rue Meslay
Paris 75003 - France

408.8821

O discurso de Geisel

ESP - 31-12-74

Oferecerel, tão somente, a meditação dos brasileiros que me ouvem, no sagrado recesso de seus lares, uma interpretação, a largos traços, do que foi o esforço até agora despendido pelo 4.º Governo da Revolução, no cumprimento da dignificante missão que lhe foi deferida.

Ante o reconhecido agravamento da conjuntura, entendeu o meu governo — e foi decisão muito meditada e conscientemente amadurecida nos prolongados estudos de situação a que procedeu — que se impunha, desde logo, dar ao País um salutar tratamento, no sentido de reajustá-lo com a realidade internacional. Por mais doloroso que viesse a ser, isso seria preferível a que se mantivesse superaquecida nossa economia, a qual, mais dia, menos dia, teria de adaptar-se, e tanto mais brusca e depressiva, quanto mais tardiamente, às realidades de uma conjuntura mundial em rápida deterioração, segundo dimensões imprevisíveis. Contou-se, para tanto, com as virtudes inatas do povo brasileiro, compreensivo, tranquilo e bom, capaz de resistir a rudes golpes e a suportar sacrifícios prolongados, com galhardia e animo forte. E não nos enganamos.

De fato, os seis primeiros meses deste governo tiveram, como tônica, o combate persistente e decidido a uma inflação que, de março para abril, fez o índice geral de preços ultrapassar o crescimento alarmante de cinco por cento. A inflação própria, gerada no País, somou-se, inevitavelmente, larga dose de inflação importada através dos preços assustadoramente crescentes de produtos adquiridos no exterior — necessários, entretanto, não só a investimentos inadiáveis, mas principalmente ao próprio dinamismo de nosso parque industrial, ameaçado de grande ociosidade e, até mesmo, ao consumo direto de bens insubstituíveis.

Já por volta de setembro, a inflação, ainda da ordem de 1,7 por cento ao mês, tornou-se tolerável e, o que mais importa, desde então, está sob um suficiente grau de controle que permite mantê-la mais ou menos estabilizada. Assim, chegamos a dezembro com um índice inferior a 34 por cento ao ano.

Durante o semestre, primeira fase do meu governo, a par desse persistente combate à inflação e a despeito de sucessivas preocupações de emergência com calamidades que assolaram o País do Norte ao Sul, inclusive graves surtos epidêmicos, cuidou-se principalmente: de sanear, com o mínimo de abalos mas com determina-

ção, o mercado financeiro nacional; de rearticular o dispositivo governamental de tomada das decisões no mais alto nível; de reajustar a organização da administração pública com a eliminação de órgãos supérfluos ou recundantes e a criação, de real importância, do Ministério da Previdência e Assistência Social, desdobrado do Ministério do Trabalho; e de elaborar, como cumpria, em continuidade com o planejamento do governo anterior, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o Orçamento Plurianual e o de 1975, documentos submetidos ao Congresso Nacional que houve por bem aprová-los com a necessária presteza e valiosa colaboração, a despeito de tratar-se de um ano eleitoral e, por isso, tão absorvente em atividades políticas partidárias.

Registre-se nesse quadro, a preocupação fundamental que teve o Governo de implantar um sistema amplificado de natureza colegiada, para o assessoramento do presidente da República, na tomada de suas decisões principais. Assim, além do Conselho de Ministros e do Conselho de Segurança Nacional e do Alto-Comando das Forças Armadas, já existentes, criaram-se dois outros órgãos setoriais de alto nível — o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Social — além do funcionamento informal e tentativo de um Conselho para o Desenvolvimento Político, que espero possa vir, nos próximos anos, a assumir papel igualmente relevante.

A respeito não parece demasiado salientado que essa reorganização traduz uma filosofia para tomada de decisões governamentais que talvez ainda não tenha sido bem entendida e apreciada. É que tais Conselhos, órgãos criados para o livre debate dos problemas setoriais que interessam a vários Ministérios afins, asseguram um processo de discussão inteiramente arejada, à devida consideração dos diversos ângulos sob os quais cada problema exige análise e avaliação, maior amplitude e integração mais perfeita, portanto, das soluções adotadas pelo chefe responsável e, ainda mais fácil coordenação das atividades atribuídas, em consequência, a cada Ministério interessado, já na fase executória. Daí, serem até mesmo estimuladas as divergências de opinião entre os participantes, o que tem contribuído, na prática, quando estas extravasam, prematuramente, ao conhecimento público, para uma imagem falsa de descoordenação, quando, na realidade, o que se impõe é que haja disciplina e unidade de pensamento e de ação, mas somente depois de bem assentada uma decisão final. Sem dúvida, o pro-

cesso poderá ser demorado, mas, por outro lado, ganha em segurança e confiabilidade, a coberto de posteriores modificações substanciais ou recuos das decisões anunciadas. Ao mesmo tempo, abre-se maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia, os quais poderão ser aproveitados pelas partes interessadas para que apresentem pontos de vista e sugestões, uma vez que problemas de maior amplitude, submetidos a qualquer um dos Ministérios participantes, acabam por atingir a mesa colegiada de debates.

Preocupação importante do Governo tem sido a de obter melhor administração da Justiça no País. Com essa finalidade, a presidência do Supremo Tribunal Federal, atendendo a solicitação que lhe fiz, promoveu exaustivo levantamento — verdadeiro diagnóstico — da atual situação do Poder Judiciário e que servirá de base para a reforma que se impõe.

O Poder Executivo cuidou também, desde a primeira hora, de assegurar um harmonioso relacionamento com a classe política e, em particular, com os representantes do povo no Congresso Nacional. E isso, a despeito da atuação que dele exigia, sobretudo na primeira fase de exercício do poder, a preocupante conjuntura econômico-financeira, tanto no âmbito interno como no amplo panorama internacional, tão pleno de obstáculos, restrições e de novas e ameaçadoras turbulências.

Quanto a este último campo — o internacional — pode o Governo atuar com a maior liberdade de ação, imprimindo à política externa do País, desde os primeiros dias, um dinamismo acrescido, para reajustamentos impostergáveis em nosso relacionamento com variadas áreas estratégicas. E buscou-se, sobretudo, desde logo, desfazer equívocos subjacentes no quadro de nossas relações com diversos países amigos e, ao mesmo passo, ampliar ao máximo o leque de alternativas para o nosso comércio internacional e para o intercâmbio cultural e político com outros povos, segundo fórmula que acabaria por ser caracterizada como a de um "pragmatismo responsável e ecumênico".

Entretanto, chegou afinal a desejada segunda fase em que se atingiu, no desgastante combate continuado à inflação, satisfatório plano de estabilização e de controle. Mudou-se, então a tônica das atividades governamentais para a de um maior e renovado impulso ao desenvolvimento econômico do País, injetando-se recursos substanciais para expansão do crédito em setores prioritários, relançando-se programas de investimentos

maciços nas áreas das indústrias de base e da infra-estrutura, promovendo-se a correção de velhas distorções em todo o sistema de transportes, reestimulando-se o mecanismo de substituição de importações em níveis mais exigentes da produção de bens de capital e da elaboração de matérias-primas de base e, além disso, aumentando-se, muito deliberadamente, o poder da demanda efetiva de bens e de serviços num mercado interno comprimido pelos salários e vencimentos ainda excessivamente baixos, em valores reais, da grande maioria da população consumidora. Para isto, procedeu-se à revisão da antiga fórmula da reajustamento salarial, adequando-a melhor às novas realidades da vida econômica e reduziram-se os encargos individuais do Sistema Nacional da Habitação.

A par disso, buscou-se ajustar o sistema tributário a padrões mais equitativos de progressividade fiscal. E atenção muito especial passou a ser consagrada, em particular, ao quadro, já então crítico, do nosso balanço de pagamentos, restringindo-se ao máximo a pauta das importações, com bloqueio à entrada de bens suntuários ou de produtos quaisquer que encontrem sucodâneo no mercado produtor do País, e aumentando-se a agressividade na colocação, no exterior, de nossos produtos, com o que conseguimos elevar o valor das exportações, em 1974, de cerca de 25 por cento sobre a marca atingida no ano anterior.

Procedeu-se, dessa forma, completando a execução do I PND, a uma etapa de transição para a implantação, a partir de 1975, do II Plano, no qual vem claramente anunciada e traduzida, com apoio em recursos que montam a 760 bilhões de cruzeiros, a preocupação dominante quanto ao desenvolvimento social — educação do povo, saneamento básico, saúde pública, transporte de massas nas grandes metrópoles, habitação popular — e, ao mesmo tempo, quanto à mobilização efetiva do enorme potencial do mercado brasileiro, para colocar-nos a coberto de perigosas flutuações bruscas ou deterioração mais continuada no fluxo do comércio internacional.

Nesse quadro, realizaram-se, a 15 de novembro, as eleições de senadores, deputados federais e estaduais, num ambiente de perfeita ordem e ampla liberdade.

Registro, por oportuno, o reconhecimento geral, partido até mesmo de grupos antes dos mais contestadores, de que o Governo assegurou condições para a realização prévia da propaganda eleitoral, sem coações ou restrições, a não ser as interferências legais da Justiça para reprimir injustificáveis

desmandos, e, também, garantiu o maior respeito à decisão de cada cidadão no recesso da cabine eleitoral, ao escolher seus candidatos, liberto da influência corruptora do poderio econômico e das pressões arbitrárias do autoritarismo.

Maior é, no entanto, a satisfação que colho desta importante prova a que se submeteram o Governo da Revolução, os partidos e o povo em geral, ao ver que este acreditou nas intenções proclamadas e na palavra de seu presidente, votando sem o medo que abastarda o voto, nem o ódio que o rebaixa a níveis mesquinhos de irracionalidade.

Congratulo-me, portanto, com o povo que maciçamente acorreu às urnas, demonstrando sua fé nos valores democráticos, mediante um comparecimento da ordem de oitenta por cento, justamente quando falece crença semelhante nas maiores e melhor estruturadas democracias do mundo, assaltadas pela apatia e indiferentes a seus próprios destinos políticos. A nossa revolução, não poderia dar desmentido mais cabal — que o representado por essa afluência às urnas — a todos os detratores, daqui e de além-mar, que exprobam e distorcem a imagem desta nossa árdua e autêntica tarefa de revitalização dos mais profundos anseios democráticos que nos inspiram e impulsionam, através de acertos e, sem dúvida, de erros também, numa escalada penosa, mas incessante, a níveis cada vez mais elevados de desenvolvimento econômico, social e político.

E cabe, em particular, congratular-me vivamente com a grande maioria de jovens, participando muitos pela primeira vez, com entusiasmo, da mobilização eleitoral que se processa em curto período de poucos meses, e assim, fazendo o indispensável aprendizado para as responsabilidades que, em futuro próximo, lhes serão necessariamente delegadas na vida pública nacional.

Ressentimentos — e não há razões para cultivá-los — não me tolhem, nem sinto simples constrangimento — que até seria compreensível — ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Tanto mais porque soube fazê-lo com comedimento e autodisciplinando-se, no abandono de uma inepta e já superada postura contestatória e voltado agora, como antevejo, para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande Nação que nosso povo merece — livre, poderosa, dinâmica e rica, praticando civismo democrático, na plenitude da Justiça Social.

Congratulações merecem por igual, sem dúvida, todos aqueles que, na Aliança Renovadora Nacional, partido do Governo, se esforçaram, leal e sinceramente, para que a organiza-

ção partidária que integram em funções de maior ou menor hierarquia, tivesse êxito nas eleições. A eles se deve, em grande parte — vale reconhecê-lo — que a Arena, além de manter a maioria superior a dois terços que as regras do pleito, desde o início, já quase lhe asseguravam no Senado, conquistou maioria absoluta na votação proporcional da Câmara dos Deputados — a verdadeira votação de legenda — sobrepondo-se ao partido contrário, ademais, na contagem total dos votos.

O inegável progresso obtido pelo MDB, sobretudo com a maioria atingida em cinco Assembléias Legislativas — três das quais correspondendo a Estados que estão entre aqueles de mais numerosos colegios eleitorais — não lhe deve causar, aos arenistas, desânimo maior. Na verdade, é essa vitória do partido contrário que legítima, sem discussão, a maioria da Arena, como partido do Governo, nas Assembléias de 16 Estados da Federação e, notadamente, no Congresso Nacional. O episódio servir-lhes-á, sem dúvida, de estímulo à indispensável reestruturação da agremiação, a partir de suas bases; à renovação e rejuvenescimento de seus quadros; à coesão maior em torno do programa do Governo que bem merece ser lido e meditado, olhos postos no porvir melhor que deve ser a meta suprema de todos os nossos esforços — conscientes como estamos das dificuldades da hora presente, neste grande e promissor País que, contudo, não se pode manter a salvo das inopinadas tempestades que, lá fora, abalam as mais sólidas estruturas econômicas e políticas.

Acresce mencionar, para melhor entendimento da realidade dos fatos, que a Arena aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o longo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Silva isso de alerta, sobretudo aos poucos que sonham ou possam sonhar com a estrutura antidemocrática, supostamente monolítica, do partido único. Este é inviável em qualquer ambiente, a não ser pela coação, ostensiva ou disfarçada, que impeça ou contenha a inevitável luta de facções. Na Arena, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissenções internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário. Que este contacto inesperado com a realidade lhes sirva, aos homens do partido, e sirva também ao Governo, como sirva à própria oposição, inegavelmente surpreendida que foi, por igual, com os resultados alcançados, para meditação e análise fria e objetiva dessa mesma realidade dinâmica do universo social e político do Brasil de hoje. Ela deve ser, efetivamente, fonte de inspiração genuína e única moldura autêntica para nossos es-

forços, se é que desejamos conscientemente fazer desta Nação um paradigma da democracia em que todos nós cremos e que de fato almejamos.

Que o partido único é uma contrafação, creio estar evidenciado, com clareza meridiana. E, pois, nem vejo, por que levantar bandeiras de união nacional, se é certo que unicamente através do jogo democrático leal entre os partidos pode a própria democracia brotar e vicejar e fortalecer-se. Nem está o Brasil ante perigos graves à sua segurança efetiva ou à viabilidade do projeto nacional de desenvolvimento, para que se deva, em vã razão, recorrer a tal expediente de salvação, justificável apenas em casos como esses.

Por outro lado, vale deduzir-se da lição de ciência política que aí está à vista de todos que tenham olhos de ver, mesmo dos mais descrentes, que o bipartidarismo é também viável neste país como em tantos outros, embora tenha surgido com organizações artificiais na origem, criadas ao calor de crises profundas e sem raízes em passado mais remoto. O teste irrefutável destas eleições em que houve abstenção mínima e parcela reduzida de votos em branco, num eleitorado de algumas dezenas de milhões, disperso por imensa base física ainda de todo não entrecortada de estradas, mostrou que os dois partidos existentes, apesar de todos os pesares, puderam servir afinal de desaguardo por onde se canalizaram as múltiplas aspirações e os mais variados protestos de uma população extremamente diversificada e esparsa. Um terceiro, um quarto partido — para não falar na comprovada atomização resultante de um espectro mais amplo — poderiam debilitar os partidos que temos, descaracterizando-os ainda mais e tolhendo-lhes talvez, quase ao nascedouro ainda, as reais perspectivas que ora se lhes oferecem de se afirmarem e legitimarem.

Certo estou de que não devemos apodar-nos, reeditando experiências dantes frustradas. O que se impõe, ao contrário, é ter fé, e ter confiança em que a estrutura atual pode ser melhorada e atingida, ao cabo, patamar satisfatório de operacionalidade, num quadro genuinamente democrático.

Para isso, precisamos admitir, conscientemente, que o sistema a que aderimos só virá demonstrar suas reais e superiores potencialidades se tivermos persistência coerente em sua implementação e no seu paulatino e constante aperfeiçoamento.

Nesse sistema não há lugar, nem deverá haver, para irresponsáveis atitudes de pura contestação às próprias regras

do jogo democrático. Valer-se das franquias democráticas para destruí-las na primeira oportunidade que se lhes apresente, é tática sediz, tantas vezes denunciadas, mas nem por isso menos eficiente nas conjunturas a ela propícias, de apatia, de insegurança ou de medo quanto ao futuro, de que se tem valido sempre os eternos inimigos da democracia, para solapá-la aos poucos e, ao fim, liquidá-la.

Ao governo cabe-lhe velar para que isso não ocorra. E, pois, os instrumentos de exceção que lhe foram deferidos à sua instauração, não os relegarei de forma alguma; antes, estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento político, eficaz e sadio, de nosso país.

O ano de 1975 encontra-nos bem melhor aparelhados para enfrentar as dificuldades de origem sobretudo exterior, que ainda continuarão a nos assaltar. A inflação está controlada; as distorções mais sérias foram corrigidas. Não há desemprego. Prenunciam-se boas safras de Norte a Sul. A indústria continua em expansão. E tanto nesse setor, como na agropecuária e no comércio, a empresa privada conta com decidido e vigilante apoio do governo. Novas e importantes reservas minerais — ferro, manganês, zinco, bauxita, caulim, linhito e, particularmente, fosfato — estão sendo descobertas, em larga escala, e, presentemente, em fase de avaliação, para que, em curto prazo, venham a ser exploradas.

O Brasil afirmou-se ainda mais, no confronto mundial, como um oásis de tranquilidade e de ordem, de estabilidade política e de generosas e multiformes oportunidades de investimento. Por isso e apesar da quase generalizada iliquidez internacional, continuará o fluxo de capitais, tanto de empréstimo como de risco, graças também a novas alternativas que, em breve, cheias de potencialidade.

O Brasil — hoje em busca ainda de seus altos destinos — será proximamente um País diferente, decolando, em segurança, para o plano das Nações mais desenvolvidas.

Esse é o Brasil que estamos construindo com redobrados esforços e os ásperos sacrifícios de hoje e de amanhã. E dever nosso, dos mais justos e honrosos, fazê-lo, com ardor e com fé, para legar às gerações futuras uma Nação engrandecida. Congregados assim, por esse elevado ideal, esperemos em Deus que 1975 seja um ano pleno de realizações e de felicidade para todos os que vivem nesta Pátria brasileira.

Discurso do gal. Rodrigo Otávio no STM

ESP - 29-12-74

"Transcorreu ontem mais uma vez o Dia da Justiça. Dizer o que significa para o mundo civilizado a permanência do Estado Jurídico em toda sua plenitude seria quase desnecessário neste Tribunal de tão renomadas tradições, onde desde 1808 se procura valorizar o direito do homem na sua vida em sociedade, particularmente no âmbito das Forças Armadas.

Mais do que nunca, parece, entretanto, oportuno salientar a significação da data transcorrida. Com as suas prerrogativas constitucionais, em parte cercadas por imposição da situação de fato que vivemos, decorrentes da ameaça de um caos social e político que ensombrou o País, visando à implantação de um regime totalitário, onde o direito da força constituiria a única expressão válida de ação governamental, sendo hoje toda a Nação, em manifestações inequívocas, não obstante o clima de tranquilidade e segurança remanescentes, a indispensável urgência, passada a tormenta, do restabelecimento integral dos postulados jurídicos que tradicionalmente garantiram, dentro do contexto democrático, os direitos individuais, a representatividade, a harmonia e independência dos Poderes, segundo

os conceitos clássicos de Rousseau e Montesquieu.

E' sem duvida a lição a tirar, não só das continuadas exteriorizações da cultura nacional, como, sobretudo, "do ato cívico e consciente de maioridade política" recentemente ocorrido, garantido e superiormente dirigido pelo Poder Executivo e jurisdicionado pela Justiça Eleitoral, em todos os seus escalões de execução.

Por isso mesmo, aguarda-se ansiosamente a vigência integral da renovada Lei Magna — com remissão gradativa dos atos institucionais — como base indispensável à reforma ampla e global de todo aparelho judiciário — reorganização estrutural, dinâmica funcional, codificação e sistema presidário — de maneira a ser possível evidenciar que a força do Direito, regulando em toda extensão as atividades sociais, políticas e econômicas nacionais, continuará a vigorar, como em todos os tempos, garantindo pela preservação impostergável da liberdade individual — atributo essencial da dignidade humana — a melhor distribuição do bem comum, o desenvolvimento e a segurança da Nação, dentro dos parâmetros tradicionais de sua evolução: vocação democrática, convicção liberal e fraternidade cristã.

Seria o advento de uma democracia pragmática que assegurasse as franquias individuais e dos grupamentos federados, mas sem a deixar vítima inerme de subversivos e terroristas ou constituísse impasse às ações centralizadas de planejamento visando ao desenvolvimento em todos os campos do poder nacional, particularmente no que se refere ao crescimento econômico, justiça social e integração efetiva das áreas regionais diferenciadas.

Pragmatismo exigindo flexibilidade para enfrentar conjunturas aceleradamente cambiantes excluindo o dogmatismo em sua imutabilidade perniciosamente destrutiva, uma vez que as nações são como asseverou ilustre economista e sociólogo "um conjunto de tradições mais um complexo de interesses".

Nela a independência da magistratura, com suas prerrogativas consuetudinárias, constituiria, segundo já afirmou Carlos Maximiliano, "a mais sólida garantia de um governo da lei em uma democracia organizada".

Temos, assim, a obrigação e esforços estão sendo envidados nesse sentido, para organizar um Estado moderno, legitimado constitucionalmente em fundamentos jurídicos renovados em suas bases sociais, econômicas

e políticas, dotando a sua Lei Suprema, como já acentuamos, de instrumentos de preservação da democracia, por que tanto almejamos e porfiramos, como meta irreversível dos objetivos revolucionários.

Em sua nova estrutura, como consequência da institucionalização do processo ainda em evolução, deverá, pois, atender esta Lei aos valores e às aspirações do povo brasileiro, cristalizados e evidenciados em todas as gerações — na liberdade e segurança individual, progresso e justiça social, soberania — no quadro de uma aceção humanística que enobrecerá e engrandecerá cada vez mais a grande pátria, a que tanto nos orgulhamos de pertencer.

E' essa a única forma, verdade de consolidarmos os objetivos revolucionários, dentro da ordem democrática, tendo a liberdade como eixo ético, político e humanístico e sem maiores pressões antagônicas, sobretudo esquerdistas, como vem sucedendo na América Latina e algumas outras nações, que procuram transmutar-se de uma situação de fato para um Estado de Direito.

AGUARDA-SE A NOVA CARTA PARA 75

ESP - 28-12-74

BRASILIA — Líderes políticos que examinam com frequência o momento brasileiro admitem que o processo de reabertura democrática do País depende de três passos, dois dos quais já foram ensaiados: as eleições livres de 15 de novembro e a devolução do comando político ao ministro da Justiça. O terceiro passo, o mais importante, seria a reforma constitucional, e estaria mais visível como decorrência dos dois primeiros pontos.

A grande meta, daqui para frente será a tentativa de reformar a Constituição Federal, ou seja, o terceiro e decisivo passo para a normalização democrática. O MDB espera e confia na ação do presidente Geisel para esse objetivo e, conforme notou ontem o deputado opositor Joel Ferreira, da bancada do Amazonas, não se trata de nenhum sonho impossível, "porque ninguém, nem o MDB nem a Arena, pretende uma Constituição amplamente liberal". O grande esforço no Parlamento deverá concentrar-se no sentido da supressão dos instrumentos excepcionais de que dispõe o governo. Numa reforma, essa legislação não seria incorporada ao futuro texto, embora se admita que o Executivo deva contar com dispositivos constitucionais suficientemente fortes para reprim

mir eventuais excessos. Ao mesmo tempo, seriam eliminados os itens que limitam as atribuições específicas do Parlamento, para que o seu funcionamento ocorra em perfeita sintonia com o Executivo e com mais validade. O fortalecimento das imunidades parlamentares é um dos pontos lembrados com insistência no Congresso Nacional.

Carta incorpora os dispositivos

O deputado Joel Ferreira explicou que o MDB não alimenta nenhuma ilusão quanto à possibilidade de a futura reforma oferecer ao País uma Constituição liberal como a de 1946. O que esperam os emedebistas é uma Carta parecida com a de 1967, isto é, democrática, mas com o acréscimo de um ou outro dispositivo que, sem perpetuar o AI-5 e os demais instrumentos excepcionais, assegurem ao Executivo condições para manter a ordem no País, sem necessidade de sufocar os dois outros poderes.

Alguns parlamentares arenistas adotam posição semelhante e entendem que do diálogo com o ministro Armando Falcão — dentro de suas atribuições de condutor político — será possível elaborar o modelo da futura Carta.

ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

ESP. 14-01-75

Não se cogita de uma abertura política por outorga, a pressupor fórmulas impostas de cima para baixo, pela via de mão única das lideranças incontesteáveis e das formulações indistintíveis. A intenção é promover, pela reformulação gradual, lenta e segura, o aperfeiçoamento das instituições, a iniciar-se com a participação de todos os setores representados no Parlamento.

Daí a dificuldade de formalização do Conselho de Desenvolvimento Político a que aludiu o presidente em sua fala de fim-de-ano. Sua formalização emprestaria obstáculos à sua funcionalidade, já que, constituindo-se em órgão governamental em nível decisório, a exemplo do que ocorre com os Conselhos do Desenvolvimento Econômico e Social, não comportaria a participação da oposição, limitando, portanto, sua esfera de entendimento.

O Conselho terá que funcionar como órgão interno do governo, com caráter informal e de natureza eminentemente prática, no qual as questões políticas, a serem tratadas a curto ou longo prazos, sejam postas em debate com o recolhimento de pontos de vista e opiniões dos vários setores incumbidos das atividades de natureza política e nos diversos níveis em que ela se processa.

Será possível assim obter-se o consenso em torno das medidas preconizadas, já que ali se representarão as bancadas e o próprio Legislativo, através dos líderes do partido do governo na Câmara e no Senado e os

presidentes das duas Casas, aos quais se atribuem funções acima dos próprios partidos que representam. Isto implica, evidentemente, no pressuposto de que as lideranças terão que reunir-se e debater permanentemente com suas bancadas e as presidências das duas Casas e terão de contar com transitivo e apoio junto aos setores de oposição.

A importância que se atribuiu particularmente ao Conselho é que por ele se permitirá, de um lado, auscultar as bases políticas e partidárias, para delas se extrair o que se chamou de esforços da imaginação criadora. De outro, possibilitar o planejamento da ação política evitando-se que, pela dispersão e pela improvisação se perca o empenho de promoção institucional que resulte afinal na normalização da vida política do País.

Terá o Conselho que atuar em dois planos, elaborando uma programação tática, de natureza teórica, passível de alterações em razão do cotidiano e das sugestões que emergirem da iniciativa parlamentar. No plano teórico, já se cuida da elaboração de um plano-piloto, pelo qual se oferecerão as diretrizes gerais para o debate. No plano prático, o que já se vê são medidas concretas que, sob a coordenação do ministro Armando Falcão, destinam-se às naturais articulações em torno das presidências das mesas da Câmara e do Senado e que contarão com as participações dos líderes Petrólio Portela e José Bonifácio.

A EQUIPE POLITICA DE GEISEL

INSATISFAÇÃO
PELA ESCOLHA

J.B. - 26-01-75

ESP. - 26-01-75

Dez meses depois de sua instalação e 60 dias após as eleições de novembro, o Governo está com sua equipe política composta. São seis pessoas que, no exercício de seus cargos, deverão conduzir o conjunto de personagens de toda a atividade partidária nacional. Como Chefe do Gabinete Civil, o Ministro Golbery do Couto e Silva continuará coordenando a política oficial e entendendo-se, sempre que necessário, com a Oposição. Como Ministro da Justiça, o Sr. Armando Falcão será o mais estante e atuante articulador do Governo nos níveis federal e estadual. Como Presidentes do Senado e da Câmara, os Srs. Magalhães Pinto e Célio Borja deverão zelar pelo bom funcionamento do Congresso, colocando-o a salvo de excessos e incompreensões. Como líder do Governo, o Deputado José Bonifácio terá a função específica de dar combate diário ao MDB. E como Presidente da Arena, o Senador Petrônio Portela iniciará o trabalho de rearticulação do Partido, que terminará em setembro, com a sua própria substituição.

À primeira vista, todo Governo tem Chefe do Gabinete Civil, Ministro da Justiça, Presidentes da Câmara e do Senado, Líder e Presidente da Arena. Neste, porém, as pessoas e suas funções revelam algumas sutilezas estratégicas. Estabeleceu-se, de início, um sistema de intermediação entre o conjunto dos

políticos e os seis dirigentes. As questões não deverão mais chegar ao Palácio do Planalto em linha direta, muitas vezes mal embrulhadas e, quase sempre, por caminhos tortuosos. Com lideranças prestigiadas, os parlamentares terão seu canal. Com Presidentes de Casa munidos de autoridade e trânsito, Deputados e Senadores dos dois partidos poderão encaminhar discussões temáticas sabendo que não ficarão apenas no registro do Diário do Congresso. E, com um Ministro da Justiça inde além e aquém das linhas governistas, os políticos federais, assim como os estaduais, terão um profissional acessível a menos de 100 metros e um telefonema do Planalto.

O coordenador efetivo da equipe será o Presidente Geisel, cuja ação, porém, se desenvolverá sempre dentro do Conselho Político, ao traçar as normas a serem cumpridas. A execução ficará a cargo dos seis. A própria evidência em que todos ficaram colocados indica que o sistema de decisões tornou-se mais ágil. O Ministério da Justiça recuperou sua imagem tradicional e a liderança do Governo sua função essencial, que é cuidar da unidade da bancada contra o adversário oposicionista.

Com exceção dos Ministros Golbery e Falcão, todos os outros têm uma data fixada para deixar os lugares, pois a Presidência da Câmara e do Senado são exercidas por mandato de

dois anos e as lideranças podem ser alteradas sem constrangimento no fim da legislatura, enquanto o presidente da Arena será escolhido até setembro. Essa equipe, ao que tudo indica, tem a tarefa de abrir o caminho para um conjunto de reformas da legislação política, cuidando da tranquilidade do cenário como um todo. Em 1977, será parcialmente rendida por novos integrantes, cuja missão será vencer as eleições.

Por agora, mesmo existindo o objetivo eleitoral, o núcleo político do Governo deverá trabalhar para que o Senado, a Câmara, as Assembleias e os palácios de Governo funcionem de tal forma que o calendário eleitoral seja encarado como uma simples rotina.

Enquanto os Srs. Célio Borja e Magalhães Pinto, logo depois de escolhidos pelo Presidente Geisel, deixem de representar o Governo em si para encarnar o próprio poder legislativo, os outros quatro membros da equipe são quadros essencialmente arenistas. A eles caberá a tarefa de reanimar o Partido, dando-lhe mais responsabilidades e, ao mesmo tempo, maiores direitos, de forma a, pela primeira vez desde 1968, poder devolver aos políticos uma parte do poder perdido, obrigando-os a serem corresponsáveis num processo em que chegaram a acreditar-se meros figurantes, sem responsabilidade no conjunto do espetáculo.

BRASILIA — "Se não, uma farsa, ao menos uma encenação" — esta a expressão mais ouvida ontem, entre os 83 novos deputados da Arena, eleitos pela primeira vez para a Câmara Federal. Eles começam a retornar a seus Estados, depois de participar da votação, há dois dias, para a escolha do futuro presidente da Casa.

Obviamente, todos, sem exceção, pediram que seus nomes não fossem transcritos em torno de tão acres comentários a respeito da "reunião" de sexta-feira. Mas não puderam deixar de admitir que o ano político, na Câmara, começou mal. Os exemplos recebidos em seu primeiro contato com a prática legislativa deixaram-nos céticos e abatidos. Primeiro, porque foram convocados para uma reunião da bancada, onde se debateriam os critérios e os nomes para presidir a Câmara, passando-se depois à votação livre. O que aconteceu, porém, foi o oposto: ao chegarem ao auditório "Nereu Ramos", ouviram o líder José Bonifácio — que por sinal não escolheram, mas simplesmente encontraram — dizer alto e bom som que não haveria reunião, mas só votação. Ninguém poderia discursar, apresentar questões de ordem, indagar pelos critérios, dialogar com possíveis candidatos a respeito de suas idéias ou mesmo apresentar outros nomes. Simplesmente iam recebendo uma lista de cinco deputados — Flexa Ribeiro, Célio Borja, Herbert Levy, Manoel Novaes e Lauro Leitão —, podendo apontar um deles, dois, três, quatro ou até todos como seus preferidos.

Uma votação
desnecessária

O mais importante, porém, é que já sabiam estar o futuro presidente da Câmara mais do que escolhido pelo presidente da República: seria, como foi, o deputado Célio Borja. Para que a votação, então? — é a pergunta que perguntavam, sem obter resposta.

E.S.P. - 19-01-75

Ano político
será ativo

BRASILIA — Partindo da premissa já por mais de uma vez acentuada pelo presidente Geisel de que não se deve pensar na revogação dos atos institucionais ou de outros instrumentos de exceção, nem por isso o ministro da Justiça, Armando Falcão, entende que 1975 será um ano político negativo ou pálido. Pelo contrário, ele se refere ao restabelecimento do diálogo entre o Exe-

cutivo e a classe política, bem como às eleições parlamentares do ano passado, como eventos demonstrativos de uma realidade cujo desenvolvimento não se poderá estancar agora. Em seu entender, o governo Geisel deu a partida, alterando posturas políticas e incentivando ao máximo o diálogo, o debate e a renovação. Continuará nesta linha. Mas agora cabe ao novo Congresso, eleito em novembro, atuar no mesmo rumo. Isto não quer dizer que o governo pretende cruzar os braços, abandonar a política e deixar tudo por conta de depu-

tados e senadores, mas simplesmente que esses também precisarão incorporar-se ao esforço pelo aprimoramento gradativo das instituições e do regime.

No âmbito informal do Conselho de Desenvolvimento Político, o governo vem debatendo cinco temas principais. Não são os temas mais importantes, referentes a uma profunda reforma institucional, uma vez que esses começariam pelo fim dos atos e a modificação da Constituição, iniciativas que o governo ainda não se julga em condições de promover. As cinco proposições levantadas

no diálogo do presidente com seus principais assessores políticos referem-se à fidelidade partidária, ao voto distrital, à coincidência de mandatos, à sublegenda e ao voto vinculado. Com exceção da primeira, as demais se relacionam com o processo eleitoral.

O fato de o governo examinar tais assuntos, julgando que possam ser revistos seus atuais conceitos, ou pelo menos debatidos e aprimorados, não quer dizer, segundo Armando Falcão, que o Executivo se vá antecipar ao Legislativo ou impor-lhe soluções. Poderão, obviamente, chegar ao Congresso

determinados pontos de vista a respeito desses e de outros problemas, mas a iniciativa de qualquer alteração terá de ser parlamentar — bem como as soluções finais, ainda que se saiba, por dispôr o governo de maioria nas duas Casas Legislativas, da natural composição de opiniões e tendências.

Cautela para evitar retrocesso

Por isso, o ministro da Justiça não se mostra pessimista com respeito ao ano político. Se o governo continuará em sua atual postura de debater,

dialogar e prestigiar a classe política, ao mesmo tempo promovendo inequívocos aperfeiçoamentos no funcionamento de determinadas instituições, e se de outro lado o Congresso se dedicar ao exame dos temas referidos e outros, então atravessaremos meses bastante profícuos de atividade política. Mas não se poderia, ainda pelo raciocínio do ministro, esperar alterações cirúrgicas ou precipitadas no quadro institucional do tipo da revogação dos atos, da convocação de uma Assembleia Constituinte ou similares. Isto seria abandonar a realidade pela ilusão e arriscar-se a

um retrocesso de consequências imprevisíveis. Para ele, a subversão continua latente, viva, apesar de sufocada. "Ao menor descuido poderemos encontrar pelo perigoso caminho infelizmente observado em outros países do mundo que não mantiveram a mesma firmeza, que nós".

O que o governo pretende deixar claro, no ano em curso, é que a atividade política não pode permanecer unilateralmente na dependência das suas próprias opiniões, iniciativas ou concessões. Ao Congresso cabe, de seu turno, a tarefa de buscar novas formulas, debater,

dialogar e chegar às melhores alterações — por certo que conhecendo as realidades da conjuntura e delas não transcendendo. O governo ajudará, como frisa Armando Falcão, encaminhando sugestões por meio das lideranças, mas deixando ao critério dos parlamentares adotá-las ou não, modificá-las ou não. Esta constituirá mais uma etapa no processo iniciado pelo quarto presidente revolucionário, com vistas ao cumprimento das metas do movimento de 64, entre as quais se incluía o aprimoramento das instituições democráticas.

Declarações de Freire

J.B. - 23-01-75

O Senador eleito Marcos Freire (MDB-PE) pediu ontem a demissão do Sr Delfim Neto da Embaixada do Brasil em Paris, antes mesmo de sua posse, ao rebater uma crítica do ex-Ministro da Fazenda sobre redistribuição da renda nacional, "pois, como funcionário público, ele não tem autoridade para divergir de uma posição do Governo".

Tênuas mudanças

Disse o Sr Marcos Freire que, "se admitirmos como honestas as intenções do Governo em relação à redemocratização do país, temos igualmente que considerar como muito tênues as mudanças verificadas", observando que o Governo apenas cumpriu com o seu dever ao respeitar o resultado eleitoral de novembro.

Outro ponto demonstrativo de uma certa tendência em favor da liberalização diz respeito ao relaxamento da censura à imprensa que, no entanto, segundo o Sr Marcos Freire, continua a ser exercida previamente sobre algumas publicações.

— Não se trata de uma prevenção contra esta ou aquela pessoa, mesmo porque não estão em jogo questões subjetivas, mas bastante objetivas. O Movimento de 64 teve como grande bandeira a restauração democrática, com a qual se comprometeram as Forças Armadas. O papel da Oposição será o de cobrar esse compromisso, fiel à confiança popular — disse, ainda.

Negou-se a considerar a hipótese de um retrocesso no processo político, alegando que não tem o dom das pitonisas para prever o futuro.

— No entanto — completou — a história dos últimos anos registra muitos retrocessos.

Identificação

Caberá ao MDB, como depositário das esperanças de milhões de brasileiros, "continuar a luta, em todas as frentes, sem medo e sem ódio, pela redemo-

cratização do país", segundo acentuou o Sr Marcos Freire, observando que o Partido "tem uma delegação popular que não poderá comprometer".

O resultado eleitoral provou, segundo o Senador eleito por Pernambuco, uma perfeita identificação da legenda oposicionista com o sentimento da grande maioria do povo brasileiro. As teses que os candidatos do MDB procuraram apresentar ao eleitorado, encontrando ampla receptividade, "precisam ser defendidas agora mais do que nunca".

Advertiu que aqueles temas não estão relacionados somente com substanciais mudanças no quadro político, "mas com alterações de profundidade em toda a estrutura política, econômica e social da Nação", dando a entender que as alterações no campo político estarão necessariamente vinculadas com aberturas nos campos econômico e social.

A propósito, observou que "o milagre econômico, pifou", uma vez que o atual Governo resolveu endossar grande parte das críticas oposicionistas à política econômica antes executada pelo Sr Delfim Neto, chamando a atenção para "as modificações efetuadas, que se acham claramente delineadas no II.º Plano Nacional de Desenvolvimento".

Rebateu recente declaração do Sr Delfim Neto, que criticou qualquer iniciativa destinada a elevar os níveis de distribuição da renda nacional, acentuando:

— O Sr Delfim Neto não tem autoridade para divergir do Governo, já que é um simples funcionário público. Acho que devia ser demitido.

Criticou a recente Lei de Comércio, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos e sancionada pelo Presidente da República — que impõe barreiras alfandegárias e estabelece uma política protecionista — afirmando:

— O Brasil deve ter uma posição mais homogênea em relação a assunto tão grave. Enquanto o Presidente da República, falando em nome da Nação, critica essa Lei, o Ministro da Fazenda vem aos

Jornais dizer que "não é tão ruim assim". Isso torna frágil a nossa posição".

Voltando a tratar de assuntos políticos, disse que as mudanças verificadas até agora "tem sido tênues". "Agora mesmo, informou, soube da prisão do ex-Deputado Marco Antonio Coelho, através de seus familiares, que não sabem de seu paradeiro". O ex-Deputado, eleito para a Câmara Federal em 1962 e cassado em 1964, foi condenado há tempo pelo Justiça Militar, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro.

Sustentou a tese de que, substancialmente, a situação não mudou tão radicalmente, lembrando que "mudou o tom da campanha oposicionista, que em 1970 não teve a mesma firmeza de 1974". Manifestou, todavia, a esperança de que venha a ser restaurada a confiança política na sociedade brasileira, sem demora.

De sua parte, propôs que o MDB convoque técnicos de diferentes especialidades para o trabalho de formular o modelo de uma democracia pluripartidária, com mudanças em toda a estrutura política, econômica e social. Disse que o MDB não poderá concorrer com o Governo em matéria de quadros, "mas poderemos formar nosso próprio núcleo e partir para o estudo da situação, projetando as alterações que se fazem necessárias em todo o quadro".

ESP -16-01-75

Proposta de Lysaneas

O deputado Lysaneas Maciel, indicado para integrar a comissão provisória que dirigirá o MDB do futuro Estado do Rio de Janeiro, disse ontem que vai propor a abertura dessa comissão ao ingresso de políticos de origem getulista e socialista, bem como de representantes dos estudantes, intelectuais e trabalhadores filiados ao partido da oposição.

Acha o deputado carioca que as oito vagas abertas na comissão provisória para oposicionistas sem mandato devem ser preenchidas segundo critério de representatividade popular, independentemente do julgamento eleitoral.

COMUNICADO DO MINISTRO DA JUSTIÇA

Jornal do Brasil -31-01-75

O Ministro da Justiça, Sr Armando Falcão, comunicou ontem ao povo brasileiro, através de uma cadeia de rádio e TV, a prisão de numerosas pessoas implicadas em atividades do Partido Comunista, inclusive no funcionamento de uma gráfica, localizada na Rua Anésia, em Campo Grande, na qual eram impressas várias publicações, inclusive o jornal Voz Operária, órgão oficial do PCB.

E a seguir, na íntegra, a declaração do Ministro Armando Falcão:

"Srs telespectadores, boa noite.

Peço a bondade de uns poucos minutos de sua atenção para o fato que passarei a focalizar resumidamente, e que diz respeito à vida política e à segurança interna do país. Como os senhores sabem, a Constituição da República atribui a todos os brasileiros, sem exceção, responsabilidade na defesa da segurança nacional. Precisam, então, os brasileiros saber o que se passa no país. O empenho do Governo do Presidente Ernesto Geisel é no sentido de que todos os brasileiros conheçam a realidade dos fatos nos diversos setores da vida nacional.

Nestas condições, desejo informar aos senhores que, após continuadas e cuidadosas investigações policiais, os órgãos de segurança do país descobriram a existência no Rio de Janeiro e em São Paulo de um sistema clandestino tipográfico mantido a serviço do Partido Comunista Brasileiro. A tipografia do Rio de Janeiro, para que os senhores tenham uma idéia da relevância desse trabalho subversivo dos comunistas, produzia, inclusive, o jornal Voz Operária, que, como sabem, é o órgão oficial, o portavoz do comitê central do Partido Comunista Brasileiro. Além de produzir o jornal Voz Operária, a tipografia do Rio de Janeiro também cuidava de inúmeras outras publicações subversivas: folhetos, panfletos, fascículos, pequenos cartazes, todos destinados à propaganda, à agitação do Partido Comunista Brasileiro, que procura, através de todos os processos, envenenar a consciência das pessoas desprevenidas, perturbar a nossa paz, interromper a nossa caminhada rumo ao desenvolvimento. Nos prédios das instalações gráficas descobertas, identificadas e já devidamente ocupadas pelos órgãos de segurança, foi possível também verificar, em resumo, o seguinte: a participação do Partido Comunista nas eleições de 15 de novembro de 1974, o intenso esforço, o específico trabalho desenvolvido pelo PC em favor de candidatos a diversos postos eleti-

vos no pleito de novembro próximo passado. Através das diligências realizadas e das que se estão completando, foi igualmente possível identificar melhor os dirigentes do PC dentro do território brasileiro e, ainda, qualificar devidamente pessoas que oferecem generosas contribuições em dinheiro para o Partido Comunista.

Ora, srs telespectadores, as atividades clandestinas do Partido Comunista violam frontal e flagrantemente a Constituição da República, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a Lei Orgânica dos Partidos e diversos outros diplomas legais que se acham em pleno e absoluto vigor. O Partido Comunista, como é notório, é uma organização estrangeira, que recebe orientação e dinheiro de fora do Brasil. Por isso mesmo, e ainda por ser um Partido totalitário, que quando assalta o Poder se considera o único com direito de existir, não se pode registrar perante a Justiça Eleitoral. Nesse ponto começa vulnerando a Constituição da República. Age na clandestinidade, procura, insiste, persiste, não desiste e se obstina em trabalhar contra a paz do povo brasileiro nos subterrâneos da subversão.

Em consequência do que se descobriu, como é natural, necessário e indispensável, já foram efetuadas numerosas prisões, de acordo com a lei; já foram instaurados os devidos inquéritos e virão, certamente, os processos competentes, para que sejam punidos os culpados, devida e legalmente, em nota oficial distribuída pelo Ministério da Justiça, são fornecidos à reflexão dos brasileiros maiores detalhes sobre a operação dos órgãos de segurança de que resultou a descoberta do sistema tipográfico clandestino do Partido Comunista. Desejo pedir aos brasileiros que leiam a nota oficial do Ministério da Justiça, onde estão indicados, inclusive, os locais em que estavam funcionando ou se preparando para funcionar as gráficas descobertas. Convém que os brasileiros leiam a nota oficial — insisto em fazer este apelo — e é também conveniente que meditem e reflitam sobre as informações prestadas à opinião pública do país acerca do fato a que me refiro.

Vejam todos os brasileiros que, enquanto a Nação luta pelo desenvolvimento no campo econômico e social, enquanto o Governo do Presidente Ernesto Geisel batalha em todas as frentes procurando dar ao Brasil e aos brasileiros melhores condições de vida, o Partido Comunista e a subversão não param, não deixam de atuar, não deixam de violar a lei, não desistem de violentar a Constituição, seguem, pros-

seguem no seu caminho, que é sempre o da subversão, do envenenamento da opinião pública e da destruição da democracia.

Senhores telespectadores, num mundo conturbado, onde a violência é a desconfortável presença de todos os dias, o Brasil é quase uma exceção. Talvez nem sempre nos lembremos disso, pela tranquilidade e a paz, como se diz são como a saúde, ou seja: só damos valor a elas quando as perdemos.

E hora então — é sempre hora e sempre oportuna — de os brasileiros se recordarem desta circunstância: num mundo semi-incendiado o Brasil é uma ilha de tranquilidade, de paz, de esforço pacífico, de trabalho, em que o Governo e o povo, de braços dados, procuram fazer do Brasil a grande Nação em que já se está transformando. Mas essa exceção de paz e de tranquilidade não é um milagre gratuito, não é uma graça pura e simples que surge e permanece por geração espontânea.

Não, senhores. A nossa paz, a nossa estabilidade política, a nossa tranquilidade geral, o nosso crescimento econômico, a nossa prosperidade nacional são o resultado de uma permanente vigilância dos Governos que se instauraram no Brasil a partir de 1964. Essa vigilância não pode, de forma alguma, quebrar a sua continuidade. O Governo coloca acima de todas as contingências e circunstâncias a paz do povo, a estabilidade do regime, a segurança das instituições democráticas, pois sem essas condições preliminares e básicas o Brasil perderia ou perderá todo o esforço desenvolvido, desde 1964, com vistas à construção da nossa grandeza. Esse esforço, esse trabalho, essa atividade governamental, insiste, vez por outra, se tenta perturbar. Muitos supõem que a subversão está morta no Brasil. Mas morta como, senhores, se ela, absolutamente, não desiste dos seus propósitos de perturbar e conturbar? Esta subjugada, jugulada, mas não extinta. O que acontece e que os Governos revolucionários não permitiram nem permitirão, em hipótese alguma, que a subversão novamente erga a cabeça em nossa terra. A vigilância continuará, firme e atenta, o Governo do Presidente Ernesto Geisel conta com a cooperação e a compreensão do povo brasileiro. Os brasileiros podem continuar confiantes, trabalhando em paz, crescendo em tranquilidade, porque, senhores, o Partido Comunista, o comunismo e a subversão não terão mais vez nesta paz.

Muito obrigado."

≡ A POPULAÇÃO ≡



Os trabalhadores brasileiros nunca tiveram a retribuição justa pelo esforço que dedicam à produção das riquezas do país. Nos últimos dez anos, entretanto, instalou-se um sistema particularmente lesivo aos nossos interesses. Atualmente, não só trabalhadores da cidade e do campo, mas também estudantes, intelectuais, artistas, comerciários, grande parte dos profissionais liberais, dos pequenos e médios proprietários vêem continuamente frustradas suas mais sentidas aspirações. Apenas beneficiam-se com a situação as grandes empresas, principalmente industriais e financeiras, e entre estas, as mais diretamente ligadas aos grupos internacionais. Essas empresas absorvem as menores que não conseguem resistir à concorrência, e aumentam ainda mais suas rendas. Os índices tão divulgados pelo governo mostram apenas que os lucros do grande capital não param de crescer. Entretanto, todos o sentem na própria carne — isso se faz à custa dos salários, que têm seu poder real de compra drasticamente reduzido pela política salarial do governo.

Isso tudo levou a um empobrecimento tão grande da população, que, à falta de consumidores, desvia-se a produção para os artigos de luxo e ostentação, destinados às classes de altas rendas; para as obras monumentais de utilidade duvidosa; e para o Comércio com o Exterior, enquanto nos faltam os mais elementares artigos de subsistência:

A carne e o óleo somem do mercado, e o seu preço é proibitivo. O trabalhador é obrigado a alimentar-se com o que há de pior. As filas para a péssima assistência médica do INPS estão cada vez

maiores, enquanto que luxuosas clínicas particulares prosperam. Os trens da Central estão sempre atrasados e superlotados, enquanto multiplicam-se os carros de luxo e arrastam-se as obras do metrô. As "casas populares" beneficiam apenas os grandes construtores. A localização inadequada, o tamanho, o material utilizado, a falta de instalação de água, drenagem e esgotos tornam as condições de vida nesses conjuntos tão precárias quanto nas favelas onde, além do mais, a remoção é uma ameaça constante, pressionada pelos especuladores imobiliários e permitida pela corrupção administrativa.

O ensino pago fecha as portas da universidade para os trabalhadores, e a super-exploração nas fábricas produz um esgotamento tal que lhes impede o acesso ao estudo, em qualquer nível.

E o mais grave é que essa situação não existe por acaso ou ignorância, mas é provocada intencionalmente pelo governo, que afirma ser a "concentração de rendas" a única forma de desenvolver o país.

Aparentemente, para o governo o país se reduz aos grandes proprietários, que são os únicos que efetivamente se "desenvolvem".

Falava-se em combate à corrupção e à subversão. A corrupção nunca foi tanta quanto agora e a subversão dos mais elementares valores humanos é praticada diariamente pelo governo.

Para manter a situação benéfica apenas aos poucos mas poderosos grupos com os quais o governo mostra entrosamento perfeito, toda a população é abafada e reprimida.

Os trabalhadores estão, na verdade, proibidos de reivindicarem até mesmo melhores salários. Os estudantes estão formalmente im-

pedidos, pelo decreto 477, de realizarem qualquer assembléia, seja para discutir o que for. As mais expressivas criações artísticas e intelectuais, aquelas que não podem deixar de refletir toda a injustiça social reinante, são mesquinhamente censuradas. As páginas dos jornais do mundo inteiro — menos os nossos, censurados — mancham-se com o sangue dos brasileiros que não se submetem à prepotência e dedicam suas vidas à manutenção — à qualquer preço, da dignidade humana.

A população, impedida de formular ela própria as diretrizes que gostaria de seguir, vê-se obrigada a optar entre dois partidos artificialmente criados para encobrir a completa ausência de representação legítima. Esses partidos, criados para se acomodarem, e não para lutar, raramente abrigam dentro de si pessoas vindas dos setores mais prejudicados da população.

E é assim que na GB, o meu próprio partido, ao qual se destinou o papel de Oposição — para não comprometer seu acomodamento, impede a mim — e a outros candidatos que procuram honrar seu mandato — o acesso aos programas gratuitos do TRE, violando inclusive a legislação eleitoral. Na Bahia, os "Autênticos" foram impedidos — a força — de participarem da Convenção do Partido.

Com tudo isso, eu e mais companheiros "Autênticos" consideramos justa e necessária nossa participação nas atuais eleições. Em que pese todo o cerceamento, abra-se a possibilidade de discutir com o povo todos os problemas aqui colocados, e não estamos em condições de desprezar essa oportunidade.

Temos, porém, perfeita consciência de nossas limitações. Sabemos que apenas a participação popular direta poderá resgatar todos os direitos subtraídos à população. Estamos assim comprometidos a ajudar a criar as condições para que os trabalhadores se unam, nas fábricas e bairros populares, para combater o arrocho e exigir melhores condições de trabalho e de vida, para que os estudantes lutem por um ensino livre e gratuito, para que artistas e intelectuais conquistem o direito de expressar, sem censura, suas opiniões, para que se possa ser cristão sem que isso levante suspeitas e, enfim, para que o povo brasileiro conquiste o direito de participar e viver!

Deputado Federal Lysâneas Maciel - MDB n.º 102

manifesto à nação

A caminho do cárcere, considero-me e continuo livre. Livres contraditoriamente, não são aqueles que, nesta hora, processam e aprisionam, estes já de si prisioneiros de interesses inconfessáveis.

Irei cumprir esta pena injusta nos cárceres infectos da ditadura, por on de passam e continuam passando, alguns nem deles saindo, tantos homens e tantas mulheres: pais, mães, e quantos integrantes da juventude idealista brasileira.

Mas, da prisão sairei, um dia, livre como entrei.

Bem que saiba, diante daquilo que prometia o governo, através do seu ministro da justiça, que a decisão do Supremo Tribunal Federal haveria de se identificar com a orientação emanada dos seus próprios algozes, que aquele Tribunal mutilou, cassando, em passado recente alguns dos seus membros, com o objetivo de transforma-lo num instrumento dócil e a serviço das forças de repressão.

" Um povo sem justiça não constitui uma nação: é um ajuntamento" já sentenciava Santo Agostinho. É ao que nos conduziram, com julgadores que julgam sob o império do Ato Institucional nº 5, e, diante de quem detem o poder de acionar os instrumentos arbitrários, dos quais o próprio governo proclama não abrir mão e aos quais ameaça recorrer para manter o medo e a opressão. Estes instrumentos excepcionais invadem as fronteiras do Poder Legislativo, nem se interrompem nos limites do Poder Judiciário. Condena-se a quem porque falou e fala a Verdade. Não quero a lição da mentira. Rejeito-a categoricamente.

Sei que o rancor do governo do general Geisel se manifesta, também, pelo fato de que concitei companheiros a não legitimarem à farsa de sua eleição, e, ainda, em razão de ter sido um dos redatores do DOCUMENTO-RENUNCIA que reprovava um processo eleitoral surrealista.

A represália do governo revela uma inequívoca posição que é a mais impatriótica e a mais nefasta ao caráter nacional, tentando arrastar outras instituições a um comportamento solidário à intolerância e à opressão.

Enfim, o governo está em festa. A euforia domina os seus arraiais. Ele já pode transferir e delegar responsabilidades cassatórias. A "DEMOCRACIA BRASILEIRA", assim, se aperfeiçoa e se aprimora o que se disputa agora é o primado da perseguição.

Este processo e esta condenação têm a sua razão de ser. Ninguém é tão ingênuo, assim, a ponto de admitir que ele se originou no fato de ter eu reprodutido críticas a um Pinochet qualquer.

Apesar de todo o arsenal da censura, e, portanto, com toda aquiescência do governo, a imprensa brasileira, antes e depois do meu processo, registrou, com fidelidade, as torturas, os assassinatos e a participação da CIA no Chile. Não foi, portanto, a reprodução notória desses fatos, o suporte do processo. Tanto isto é verdade que outros deputados, sobre Pinochet e outros chefes de Estado, repetiram críticas mais acerdas e acusações mais graves. E nada aconteceu, nem mesmo quando o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime, determinou ao procurador geral da república que formalizasse idêntica representação criminal contra um parlamentar da ARENA, que atacou um chefe de nação estrangeira.

Mas, o processo, movido contra mim, corresponde a necessidade de se calar uma voz. E por que ?

Desde o meu primeiro pronunciamento no congresso, fiel à bandeira de minha campanha eleitoral, defendi um modelo político que atendesse às aspirações do povo em confronto com espúrios interesses de grupos econômicos internacionais. Um modelo que não sufocasse a participação popular e estimulasse o nacionalismo existente em setores militares. A união de civis e militares tem demonstrado, no atual momento histórico, ser uma força capaz de romper as injustas estruturas econômicas e sociais, que mantem milhões de seres hu

← manos em condições precárias de sobrevivência. O que propugnávamos, na ocasião, era a compatibilização da convivência da liberdade com o desenvolvimento econômico. Mesmo porque, quando o desenvolvimento econômico é dirigido para todo o povo, não há razão para calar a sua voz, nem de seus representantes.

Isto é que precisa ficar bem claro: os instrumentos excepcionais que estrangulam as liberdades públicas, como a censura à imprensa, a proibição da livre manifestação do pensamento, que cerceia a criatividade dos escritores e teatrólogos, dos compositores, cineastas e artistas, dos produtores de rádio e televisão, bem como, a supressão do direito de associação, do direito de greve e do "HABEAS-CORPUS", a subordinação da ordem dos advogados do Brasil ao Ministério do Trabalho, a suspensão das garantias constitucionais da estabilidade, da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade dos vencimentos da magistratura, além da presença dos atos institucionais e do decreto 477, que atinge estudantes e professores, não são temas gratuitos. São sim recursos espúrios do governo para perpetuar, pelo medo e pelo temor, um crescimento voltado para interesses que não são os da pátria. Nem do empresariado nacional, nem muito menos dos trabalhadores, oprimidos pelo arrocho salarial, que permite a concentração de riquezas nas mãos de poucos. A proteção, contudo, às empresas multi-nacionais as oligarquias internas, atinge a nação que fica, assim, dependente e humilhada em sua soberania.

Deste modo, conseguiram agora o que já vinham tentando, desde a minha eleição à prefeitura de Feira de Santana.

Em 1964, tentaram levar a Câmara dos vereadores a cometer, contra mim, a primeira violência. Houve resistência. Ela não se intimidou diante das metralhadoras, nem das prisões de alguns dos seus membros, rejeitando o impedimento proposto. A participação do povo no governo de Feira foi considerado um ato subversivo. Instaurou-se um processo. A justiça militar de meu país absolveu-me por unanimidade. Tendo o Conselho de Justiça para o exército e o Superior Tribunal Militar, ouvido de mim próprio, a reafirmação de meus propositos políticos.

Lançaram-me candidato a deputado. E, aí, novamente, se levantaram contra mim facções mais radicais do sistema. O tribunal regional eleitoral e o tribunal superior eleitoral, negaram-se a participar daquela violência.

Eleito, a repressão buscou impedir a divulgação do meu primeiro pronunciamento, onde defendia a união entre civis e militares para a execução de um projeto político de profunda inspiração nativista. Em consequência, o diário do Congresso, pela primeira vez, deixou de circular durante seis dias.

Insistindo em negar ao povo as informações a que tinha e tem direito, prosseguiu o governo, censurando na imprensa brasileira, pronunciamentos de outros parlamentares.

Do mesmo modo, o sistema negava-se a responder a todas as 500 perguntas subscritas, também, pelo brilhante e corajoso deputado Alencar Furtado. Entre outras: a desnacionalização da economia brasileira, a corrupção, a improvisação de obras custosas: ponte Rio-Niterói, a estrada Transamazônica, o desenfreio endividamento externo e o pagamento extorsivo de juros, acima das taxas cobradas a outras nações, como ocorreu com o México. Na verdade, a transamazônica está sendo destruída. A ponte Rio-Niterói, ameaçada em sua estrutura. E, por mais de uma vez, interrompida sua utilização. Em consequência de ventos mais fortes. A dívida externa avoluma-se e já atinge a casa de 18 bilhões de dólares. No entanto, continua sendo um grande mistério, as diferenças de juros pagos e onde estão depositadas as reservas do Brasil. Enfim a nação está falida.

Mas, a luta prossegue: de um lado o MDB e os patriotas de todos os recantos deste país. Do outro lado, o governo e as empresas multinacionais.

Tinham, pois, que me cassar, como me cassaram para não serem cassados. Não ressalto a posição da minoria do Supremo Tribunal Federal que não quis retirar do parlamento esvaziado aquele mínimo de prerrogativas. Quem cumpre o dever, rejeita elogios. Por isto, não os farei a atuação, dedicada e cora →

←josa, dos advogados: prof. Josaphat Marinho, que chefiou a defesa, Paulo Bro ssard e a colaboração do prof. Heleno Fragoso, além da assistência dos seis, Inácio Gomes e Adelmo Oliveira.

Apresentar-me-ei para cumprir na prisão a pena pelo crime que não cometi. Em nenhuma circunstancia, contudo, me afastarei da minha pátria.

Esta terra não pertence aos ditadores passados, presentes ou futuros. Se, porventura, vier a perecer nos cárceres durante este período negro em que vi vemos, como aconteceu com o ex-deputado Rubens Paiva, sacrificar-me-ei conscientemente, como tantos outros patriotas pelo povo e pela pátria, pela democracia e pela liberdade.

Creio que hei de voltar, não de ver que voltarei.

Continuo a repetir: não há derrotas definitivas para a liberdade.

Francisco Pinto (outubro de 1974)

OAB PEDE RESPEITO AOS PRESOS

E.S.P.-10-12-74

O advogado José Ribeiro de Castro Filho, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, disse ontem, referindo-se às comemorações do 26.º aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que é necessário, "para a efetivação dos direitos estruturais da pessoa, mais que um simples documento e, sim, a presença de um instrumental, fixado a qualquer custo e que assegure, em realidade, esses direitos".

O instrumental seriam as garantias constitucionais do indivíduo, as quais somente a existência de um judiciário autônomo pode garantir que permaneçam intocáveis, explicou Castro Filho. Segundo seu presidente, a posição da OAB, por ocasião desse 26.º aniversário, é de defesa da dignidade e do fortalecimento do judiciário, de luta pela volta da plenitude do "habeas corpus", pela obrigatoriedade da comunicação da prisão ao juiz compe-

tente, que decidirá da legalidade do ato, pelo respeito à pessoa do preso e pelas prerrogativas do advogado.

"Os direitos fundamentais do homem deveriam chamar-se direitos estruturais porque são inerentes à personalidade humana. Não decorrem de concessões feitas pelo Estado, mas emanam dos próprios seres". Considerando-se a natureza dos direitos humanos, observa Castro Filho, não se pode admitir que permaneçam, durante determinadas épocas, "como que a flutuar no espaço, difíceis de serem atingidos. Isso acontece todas as vezes que são suprimidos os meios e os processos de os homens utilizarem plenamente seus direitos naturais".

Castro Filho disse que a melhor maneira de se comemorar o aniversário da Declaração dos Direitos Humanos é promover a pregação incansável desses direitos.

NORDESTE TEM APOIO DA IGREJA

ESP-17-01-75

A urgência de a Igreja, por meio da Pastoral, despertar as consciências para os reais valores do povo nordestino, "ajudando-o a libertar-se de tudo o que o oprime e marginaliza de alguma forma", é destacada no documento que a Regional Nordeste-1 da CNBB distribuiu à imprensa ontem, no encerramento da reunião que realizou em Quixadá, no Ceará.

O documento enfatiza a necessidade de valorização da dignidade humana e discute a "pedagogia" a ser seguida no processo libertador do povo nordestino, "evitando erros de uma sociedade de consumo que se debate num secularismo crescente, sem haver encontrado a satisfação de suas aspirações". Destaca a importância da "teologia da pobreza" para essa ação pastoral e lembra que ela deve partir da "fé vivida" pelo pobre e que o risco a ser evitado é o de "um humanismo totalitário e egocêntrico, que inevitavelmente chega ao puro secularismo da libertação".

CNBB: direitos humanos são violados

E.S.P.-11-12-74

"Muito se escreveu, em 1973, por ocasião do 25.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem: comentários, conferências, editoriais, relembraram o jubileu. Infelizmente, a dura realidade é que esses direitos continuam sendo violados, e até mais acintosamente, sob certos aspectos".

Esta é uma das afirmações do boletim da CNBB distribuído ontem na passagem do 26.º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, em que foi feito também um apelo para que os jornais dêem ampla divulgação aos princípios declarados pela ONU, pois "à imprensa cabe especialmente o direito à livre expressão da verdade, segundo o art. 19 da Declaração Universal".

E.S.P. - 12-01-75



ANA ROSA KUCINSKI WILSON SILVA

Estão desaparecidos desde o dia 22 de abril de 1974 ANA ROSA KUCINSKI, 32 anos, Bacharel em Química e Doutora em Filosofia, funcionária do Instituto de Química da Universidade de São Paulo e seu marido, Wilson Silva, Bacharel em Física pela mesma Universidade. Todas as indagações sobre a sorte de ANA ROSA KUCINSKI e WILSON SILVA, junto a hospitais, necrotérios e autoridades policiais e militares, inclusive através de pedido de Habeas Corpus ao TSM foram inúteis e a família de ANA ROSA KUCINSKI desesperada, apela a quem souber informar de sua sorte e de seu marido WILSON SILVA. Informações à Rua Viveiros de Castro, 352, Santana, ou pelo telefone 298-6706, em São Paulo.

São Paulo, 10 de janeiro de 1974

Majar Kucinski

500 OPERÁRIOS FAZEM MOTIM

ESP.-10-01-75

Sem dinheiro, passando fome, dormindo em alojamentos alagados e sem água e esperando apenas a hora de voltarem para sua terra, cerca de 500 operários da Man-Ter Engenharia e Comercio vivem quase como escravos perto do centro da cidade, na Barra Funda. Acostumados com uma vida dura e cheia de miséria, eles se limitaram a reclamar contra o atraso no pagamento. Mas na terça-feira, quando faltou o seu minguaço jantar diário, eles se revoltaram e começou um pequeno motim dentro do alojamento. Ontem, continuavam reunidos na rua J.J., travessa da avenida Thomas Edson, esperando que a policia resolvesse a situação.

Já anoitecia quando o cabo Peres e o soldado Julio Ziukevicius, da RP 2211, foram chamados para acalmar os operários. Mas quando chegaram ao alojamento eles se surpreenderam com as condições em que viviam os "peões". A água foi cortada há três dias e, por isso, os faxineiros não podem limpar os sanitários nem os alojamentos. O cheiro forte que sai dos banheiros e de um

lixão ao lado do alojamento, os mosquitos e até mesmo, os ratos, não deixam os peões dormir.

Gente simples — a maioria veio do interior de Minas e do Estado do Rio — eles conseguiram suportar tudo isso, mas quando faltou a comida se rebelaram. As refeições são fornecidas pelo Restaurante Rotativo, do português Armando Gonçalves Rocha. E por cada refeição os operários pagam Cr\$ 3,50 — a outra metade é por conta da firma.

Um dos peões conta que o português não levou as marmitas na terça-feira à noite porque a Man-Ter não lhe pagava. Mas todos dizem que a comida sempre foi ruim. Manoel Vieira de Souza, que trabalha como servente, disse que muitas vezes a marmita vinha quase vazia e "faz uma semana que a gente está comendo repolho".

As irregularidades da Man-Ter, empreiteira da Telesp e da Light, são muitas. Para o delegado de plantão do 2.º Distrito Policial, Jacomo J. Orselli, a denuncia mais grave contra ela é a de aliciamento. Quase todos os "peões" foram

trazidos em onibus da firma de Pavão, Aguas Formosas e Belo Oriente, no interior de Minas, e de outras cidades do Estado do Rio. A maioria não tem documentação, não é registrada e entre eles há muitos menores.

Joel Ferreira de Brito, de 20 anos, chegou de Belo Horizonte há cinco meses para trabalhar como servente na Man-Ter por Cr\$ 2,30 a hora. "Eu vim porque o encarregado da firma chegou na minha cidade — conta Joel — prometendo o céu. Disse que o alojamento tinha água encanada, luz e até televisão a cores. Falou que a gente seria registrado assim que chegasse o que teria todos os documentos. E eu acreditei".

Até hoje ele está sem a prometida documentação e como todos os outros operários não recebe há três semanas. Tossindo muito — vários homens apresentam começo de pneumonia — ele diz que ainda ontem levaram um operário para o Emilio Ribas com suspeita de meningite. E um apontador da firma confirma o que os

"peões" dizem: "já houve vários casos da doença no alojamento e um operário morreu de meningite".

Como não são registrados e não têm documentos, eles não sabem a quem recorrer. O delegado Jacomo Orselli, que ontem esteve no alojamento, disse que nada podia fazer a não ser encaminhar um relatório da situação, que considera muito precária, para o titular do 2.º Distrito Policial, Luciano Pantaleão. E é ele quem vai adotar as providências cabíveis no caso.

O menor Luis Goncalves Ruas, de 16 anos, que veio de Aguas Formosas, só quer, como todos os outros, voltar para sua casa: "A gente está vivendo como cachorro, passando fome, sem dinheiro e sem poder tomar banho nem lavar as mãos". Quase todos os dias, eles vão até a rua Boa Vista, 116 reclamar do pagamento atrasado. Mas a diretoria da Hegas, responsável pela locação da mão-de-obra da Man-Ter, diz apenas que no dia seguinte eles receberão. Mas os "peões" já não acreditam nas promessas dos aliciadores.

FERROVIARIOS PROTESTAM CONTRA TABELA

ESP.-14-12-74

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviarias da Zona da Paulista, Narciso Waldomiro Somaio, disse ontem que as orientações da Fepasa no sentido de disciplinar o pagamento de diárias, reembolso de despesas e ajuda de custo em serviço, que entraram em vigor a 1.º de janeiro último, "são prejudiciais a milhares de nossos associados e muitos deles já nos procuram, pedindo a interferencia do Sindicato".

Há uma serie de desvantagens e prejuizos apontada pelo presidente do sindicato para justificar o descontentamento dos ferroviarios. Em primeiro lugar,

as tabelas de diarias e ajuda de custo em serviço passaram a ser revistas pela diretoria da Fepasa anualmente, quando até dezembro os valores eram corrigidos no mesmo mês em que houvesse alterações de salarios. Além disso, ambas seguiam os padrões em que o ferroviario viesse a ser enquadrado em razão de promoções.

Somaio lembra, também, que as diárias foram congeladas com base nos salários vigentes a 1.º de julho de 1974, não levando em conta a majoração de 30 por cento que começou a valer a partir deste mês. Os empregados também não terão mais direito a diárias em

dobro quando se dirigirem a Brasília ou às capitais dos Estados, como ocorria antes, havendo nesses casos somente um acréscimo de 50 por cento sobre a importância correspondente ao pernoite.

Os horários de almoço e jantar também foram alterados — o primeiro de dez e meia para 11 horas e o segundo de cinco para seis horas da tarde — e foi estabelecido um limite de mais de 120 quilômetros de distancia da sede para justificar o pernoite, quando anteriormente o pagamento era feito "quando houvesse necessidade de hospedagem". Além disso, foi proibida a incidência cumulativa de

pernoite e lanche noturno.

Segundo o presidente do Sindicato da Paulista, foi estabelecido, ainda, "um conceito de remuneração que contraria a definição legal" e "essas alterações não podem vingar, diante do Artigo 368 da CLT". O Sindicato vai pleitear da diretoria da Fepasa que determine a revisão da portaria e suspenda seus efeitos, "até que dela sejam expurgadas as alterações prejudiciais aos empregados, sem prejuizo do imediato reajustados valores das diárias, da ajuda de custo e do lanche noturno, nos moldes que foram estabelecidos até 31 de dezembro de 1974 e com a elevação de 30 por cento, a partir de 1.º de janeiro".

MOTORISTAS DE TAXIS AMEAÇAM GREVE

ESP.-8-01-75

Os motoristas de taxi de São Paulo estão ameaçando entrar em greve caso a Secretaria Municipal dos Transportes não revogue a portaria assinada na semana passada, em comum acordo com o Sindicato dos Condutores Autônomos, e que prevê a pintura de uma faixa azul de identificação nas portas dos taxis que se apresentarem para a renovação dos alvarás. A decisão foi levada ontem ao sindicato por cerca de 200 motoristas, surpresos com

a nova exigência.

Embora haja um prazo de 60 dias para a pintura da faixa, o presidente do Sindicato, Rogério Atorre, e o assessor jurídico, Luis Turqueti, protestaram junto ao prefeito Colasuonno, que, entretanto, determinou que o assunto fosse discutido com o secretário dos Transportes, Mario Mello. O secretário, bastante rispido, disse não haver nada de irregular na identificação e que ela faz parte dos planos de melhoria do serviço, "todos conhecidos pelo Sindicato". Mario Mello disse que não iria res-

ponder "bestialógicos porque senão estaria dando um atestado de burrice e eu acho que burrice não é meu forte".

Rogério Atorre disse ter ficado surpreso ao ver cerca de 200 motoristas à procura de "uma faixa azul" no Sindicato e que realmente o secretário havia comunicado sobre a portaria, mas ele não acreditou que a medida fosse aplicada.

Embora o relacionamento entre a Secretaria Municipal dos Transportes e o Sindicato dos Autônomos tenha sido o mais amistoso possível, fato reconhecido pelos próprios dirigentes, a nova identificação

dos carros de praça parece não ter agradado aos motoristas, que receberam apoio da entidade de classe.

Para Mário Mello essa contrariedade é de apenas alguns "elementos incapazes de levar o serviço de taxi a uma solução que beneficie a classe, e, conseqüentemente, o atendimento à população". Segundo o secretário, as alegações de Rogério Atorre e Luis Turqueti não são válidas, pois o sindicato estava sabendo o que estava programado e todas as medidas foram tomadas de comum acordo.

Obra pára e aflige operários

Os 900 operários da Hofmann Bosworth Engenharia S/A, que trabalhavam na construção da fábrica de cimento da Soeicon — empresa pertencente ao grupo português Leiria —, implantada a 27 quilômetros de Belo Horizonte, estão preocupado com o recebimento do 13.º salário, do salário-família e com sua dispensa imediata, para que possam procurar outro emprego.

Desde a última terça-feira que a HB está impedida de ter acesso ao canteiro de obras, em decorrência da liminar de reintegração de posse que o juiz Newton Ribeiro da Luz Filho, da Comarca de Santa Luzia, concedeu à Soeicon, contra a empreiteira, acusada de descumprir cláusulas do contrato de empreitada, entre as quais o pagamento a subempreiteiras e o atraso de cerca de 6 meses no cum-

primento do cronograma previsto.

Ontem, os advogados da Soeicon entraram com nova petição, solicitando a imediata retirada dos equipamentos do canteiro de obras, sob a alegação de que "não poderão zelar por eles". Segundo o advogado Luis Carlos da Cunha Avelar, a ação judicial impetrada contra a HB visa resguardar a Soeicon de novos prejuízos, além do que a fábrica terá com o atraso no cronograma, uma vez que a produção diária será em torno de 3 mil toneladas de cimento e ela deveria entrar em operações em julho de 1975.

Os peões

Cerca de 60% dos contratados pela HB, que trabalhavam em Vespasiano — onde está a fábrica — são nordestinos. Suas reclama-

ções é anterior a ação judicial, pois há cerca de três semanas que a empreiteira havia cortado as horas extras, limitando-se a pagar a jornada de trabalho.

Para os serventes, a situação passou a se agravar desde então. Ganhando Cr\$ 1,90 por hora, são obrigados a gastar Cr\$ 3,79 por refeição, além de mais Cr\$ 1,30, pelo café da manhã, o que lhes possibilita uma sobra de Cr\$ 5,70 por dia, insuficientes, segundo eles, para sustentar a família.

Desde que os escritórios da HB saíram do canteiro, na terça-feira, os peões ficaram desassistidos, embora haja promessa de pagamento dos salários restantes, inclusive o 13.º e o salário-família, até o início da semana que vem.

Mas, a Soeicom manteve aberta a cantina existente no local da obra, onde os operários fazem suas refei-

ESP.- 30-11-74

ções, pagando os preços habituais. O único fato que vem de encontro à rotina, desde então, consiste em que as refeições são feitas por 20 peões de cada vez, que entram e saem do canteiro escoltados por soldados da Polícia Militar.

A medida, conforme explicação dos próprios peões, é para evitar que os operários façam qualquer perturbação durante as refeições, inclusive protestos contra a qualidade da comida, que é pouco farta e praticamente sem variedade e valor nutritivo.

Para os 900 peões o que interessa, de imediato, é sua rápida dispensa, com o pagamento das indenizações a que têm direito, para que possam se deslocar para outras obras, onde existe procura de mão-de-obra. Os peões têm mantido a calma, embora estejam preocupados com a "liberação de seus papéis, para começar a trabalhar em outro local".

ações trabalhistas aumentam 40%

ESP 8-01-75

Aumentou em 40 por cento o volume de reclamações trabalhistas ajuizadas na cidade de São Paulo, em 1974, com relação a 1973. A informação está contida em relatório elaborado pela Distribuição da Capital e ontem apresentado ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho, juiz Homero Diniz Gonçalves.

O magistrado acrescenta que se desconhecem, ainda, as causas do sensível crescimento no número de reclamações de empregados, "principalmente tendo-se em vista

que, em 1973, as ações trabalhistas haviam diminuído, referentemente a 1972".

Em 1974, de janeiro a novembro, inclusive, registraram-se 97.766 processos novos, na Capital paulista, para 69.981, em 1973, com um crescimento de 39,7%. Os dissídios coletivos para reajuste salarial também se elevaram, no ano passado, em todo o Estado: 292, para 228, em 1973. O movimento de recursos julgados pelo TRT foi maior em 1974 do que em 1973: respectivamente 11.443 e 9.043.

PRIETO DESCONHECE

E.S.P.- 18-01-75

Para o ministro do Trabalho são desconhecidas as razões pelas quais, no ano passado, houve um aumento de 40 por cento nas reclamações trabalhistas na cidade de São Paulo, com relação a 1973. Ouvido ontem na cerimônia de posse da nova diretoria da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Arnaldo Prieto esclareceu que "vamos entrar em contato com aquele órgão, para um estudo conjunto das razões desse crescimento".

Os dados oficiais, fornecidos pelo próprio TRT indicam que em 1973 houve 69.981 reclamações trabalhistas na cidade de São Paulo; em 1974 foram registradas 97.766, apurando-se um aumento de 39,7 por cento. Para o ministro muitas podem ser as causas do fenômeno, ainda não estudado. "Uma das causas pode ser a própria eficiência da Justiça do Trabalho, com o empregado se sentindo mais à vontade para se queixar nas ocasiões em que se sente prejudicado. Seria uma

ministério desconhece intervenção

16-01-75- ESP.

O Ministério do Trabalho ainda não tomou conhecimento, oficialmente, dos motivos que levaram o delegado Regional do Trabalho em São Paulo, Aluísio Simões de Campos, a intervir no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos.

Mesmo assim, o Secretário de Relações do Trabalho, Carlos Alberto Chiarelli, refutou as afirmações dos advogados da entidade, que denunciaram a incompetência do delegado regional do Trabalho para determinar a intervenção. Segundo Chiarelli, o delegado tem poderes para isso, embora sua decisão exija, posteriormente, homologação do Ministro do Trabalho.

OPERÁRIOS ARREMATAM TECELAGEM

14-12-74- ESP.

Os ex-operários da Fábrica de Tecidos Pelotas, cuja falência foi decretada em novembro de 1972, arremataram o patrimônio da massa falida — prédio, maquinaria, 11 terrenos e uma casa — avaliada em Cr\$ 2.177.844,85, durante leilão realizado terça-feira. O procurador dos ex-empregados (mais de 200, na maioria mulheres), Clovis Russomano, fez um lance de Cr\$ 2,6 milhões, coberto pelos créditos dos funcionários. Agora eles pretendem vender a fábrica — porque colocá-la em operação exigiria grandes investimentos — e a advogada Maria Traversi já avisou que, se a operação não for realizada logo, todo o patrimônio poderá ficar em poder do procurador, cujos honorários, até o presente, são de quase um milhão de cruzeiros.

intervenção em sindicato bahiano

ESP.- 10-01-75

O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, determinou ontem a destituição da diretoria do Sindicato dos Consertadores e Conferentes de Carga e Descarga de Salvador e a imediata constituição de uma junta governativa, com integrantes da própria categoria profissional.

Prieto decidiu pela intervenção na entidade depois que a Delegacia do Trabalho Marítimo constatou "graves irregularidades" e responsabilizou os dirigentes do Sindicato "por ação ou omissão". Esta é a primeira intervenção do ano e ocorre dias após a visita de Prieto à Bahia.

fiscalização no bradesco

ESP.-11-12-74

Até a tarde de ontem, a Delegacia Regional do Trabalho não havia recebido o comunicado do Ministério do Trabalho, determinando rigorosa fiscalização do horário de trabalho dos funcionários do Banco Brasileiro de Descontos. Mas, atendendo a igual solicitação feita pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo, determinou que sejam fiscalizadas todas as agências do Bradesco, pois muitas delas vêm funcionando até 22 horas, sem que seja feito rodízio de empregados ou efetuado pagamento de horas extras.

Segundo o presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo, Jesus Bizzioli, foram feitos dois pedidos paralelos de fiscalização: o primeiro, encaminhado pela própria Federação à Delegacia Regional do Trabalho, limita-se às agências do Bradesco no Estado de São Paulo; o segundo, feito pela Confederação Nacional dos Bancários, em Brasília, ao Ministério do Trabalho, solicita que uma ordem de fiscalização das agências do Bradesco seja enviada às Delegacias Regionais do Trabalho em todo o País.

Em São Paulo, a fiscalização pedida pela Federação foi iniciada ontem. A Delegacia Regional do Trabalho expediu ordem a todos os fiscais da capital e às divisões do interior para que sejam autuadas as agências que não cumprem o contrato de prorrogação de horas de trabalho, nem adotem sistema de rodízio, com duas turmas de funcionários trabalhando por dia.

sindicatos só filiam 20% na A.L.

ESP.-01-12-74

CIDADE DO MEXICO — O representante da Confederação dos Trabalhadores da América Latina, Henry Molina, afirmou que 80% dos trabalhadores da região são proibidos de organizar-se em sindicatos, contra os quais "existe um clima de violência em quase todos os países". Molina falou na 10.ª Conferência de Estados Americanos membros da Organização Internacional do Trabalho.

Segundo o representante da Confederação, tudo contraria os interesses dos trabalhadores, dos quais os países industrializados exigem maior produção de matérias-primas e alimentos para conjurar o fantasma da fome. Molina responsabilizou as empresas multinacionais e o neofascismo pela situação. "Um ditam medidas e políticas principalmente contra os sindicatos que se dizem revolucionários; o outro nega as liberdades, a associação sindical e os direitos humanos".

Sindicatos rurais criam Aliança

Representantes de 30 sindicatos rurais estão reunidos hoje, em Piraju, para debater a criação da Aliança de Sindicatos da Região da Sorocabana, entidade que congregará mais de 60 mil associados. Na reunião, marcada para as 10 horas, os sindicalistas debaterão os objetivos da nova entidade, sua estruturação e funcionamento e elegerão a diretoria.

NÃO CORRER RISCO DOS EUA, DIZ PORTELA

ESP.-07-12-74

Da Sucursal do RIO

O senador Petronio Portela, ao presidir ontem no Rio cerimônia de conclusão do curso de liderança sindical, promovido pela DRT, declarou que, "em meio ao tumulto existente no mundo, o Brasil não pode se prender em nenhuma hipótese a fórmulas caducas e céticas e, por amor a elas, correr o risco de viver o que está acontecendo nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento econômico apresenta resultados negativos, em consequência da instabilidade política de um sistema que, a pretexto de garantir a liberdade de todos, assegura a alguns o direito às contestações mais violentas, sem a contrapartida da ação corretiva do Estado".

"A política brasileira — frisou o presidente da Arena — se assenta em determinados pressupostos, entre os quais se destacam o desenvolvimento e a segurança, pois já não há lugar para a estagnação do Direito numa conjuntura em que existam super-Estados dentro dos Estados nacionais, desafiando os governos, contestando-os e até derrubando-os, como é o caso das empresas multinacionais".

Perguntando "por que não aparecem os doutores, tendo nas mãos as armas da democracia clássica", Portela salientou que, "quanto aos direitos dos cidadãos, o Brasil tem o dever de garantir os anseios de todos e não de uma minoria de asfalto, muitas vezes comprometida com interesses internacionais". Segundo o senador, o Brasil optou "pela sociedade plural, pelo sistema capitalista, admitindo que o esforço individual possa conduzir à acumulação de riqueza, e pela ação coordenadora do Estado nos casos de segurança e interesse nacional".

Muitos — salientou — e sobretudo aqueles que se afeccionam a fórmulas superadas afirmam, hoje, que ainda estamos longe do Estado de Direito. A eles respondo que o Estado tem de sofrer mudanças em suas diretrizes e sua configuração e a elas tem de se adaptar o Direito, para ser fiel às circunstâncias históricas em evolução por força de seu próprio desenvolvimento tecnológico.

CRÍSE EUROPEIA

Citando a crise econômica eutópica, o senador piauiense lembrou que, "em face desses exemplos, não podemos aceitar os arroubos demagógicos que surgem às vésperas das eleições, apresentando gráficos para ilaquear a boa-fé dos eleitores.

Os sindicatos devem entender que o impacto da tecnologia está modificando as relações de trabalho com o capital. As empresas de hoje já não são as mesmas, pois, nos grandes empreendimentos, os gerentes têm mais importância do que os patrões, demonstrando que está superada a luta de classes de que nos falava um homem genial, mas graças a Deus equivocou: Karl Marx".

Portela conclamou os dirigentes sindicais a participarem da vida política do País por meio dos partidos. "Essa participação — advertiu — deve ser feita nos partidos políticos, fora dos sindicatos, já que a estes cabe defender, exclusivamente, os interesses da classe que representam, sem ouvidos para os políticos que sensibilizam algumas áreas da imprensa com uma linguagem bonita, querendo sacrificar a liberdade de muitos em benefício da licenciosidade de poucos".

REIVINDICAÇÕES

Após o discurso de Portela o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Industrias Urbanas, Luiz Gonzaga de Miranda, leu um documento assinado pela maioria dos representantes sindicais que participaram do encontro, expressando sua concordância com as teses do senador.

Enquanto Portela pingava colírio nos olhos, Miranda reivindicava férias de 30 dias, com pagamento em dobro, participação nos lucros e na gestão das empresas, supressão do limite de idade para admissão de trabalhadores e alteração da correção monetária. O presidente dos gráficos pediu a Portela que "o governo não perseguisse nem adotasse represalias contra os trabalhadores que ingressassem nos partidos políticos".

STENZEL

O deputado Clovis Stenzel disse na cerimônia que o Brasil "está avassalado pelo materialismo capitalista, naturalista e marxista-leninista", renunciando também "dias difíceis para todos". Para eles, os trabalhadores precisam conhecer a origem e o fim de seus direitos, antes de reivindicá-los.

Segundo o deputado, "os deveres precedem os direitos e basta ler o mais antigo e perfeito código — os mandamentos de Deus — para verificar que a primeira palavra do Criador nos diz o que devemos fazer e não o que devemos reivindicar". "Só há uma alternativa — afirmou Stenzel — que é a cruz. A fé cristã que é nossa origem e nosso destino. Sem ela, nos perderemos nesse mundo ameaçador, conflituado, onde não é possível haver otimismo".

A bendita RAE informe JB

12-01-75

Há algum tempo a *Revista de Administração de Empresas* da Fundação Getúlio Vargas transformou-se num poderoso facho de luz sobre a zona de sombras que rondam a economia brasileira.

No seu último número, traz um artigo do professor Flávio Matarazzo Suplicy intitulado *Alguns Aspectos da Política Salarial*.

* * *

Nele, há alguns tópicos dignos de reprodução:

- Enquanto o produto real *per capita* do Brasil cresceu 58% de 1961 a 1973, o salário mínimo real médio diminuiu 55%.
- Enquanto o produto industrial real aumentou 62% no período 1969/73 e o produto por pessoas empregadas na indústria 35%, o salário médio real cresceu apenas 28% no mesmo período.
- Na agricultura, enquanto o produto real aumentou 39% e o produto real por trabalhador empregado na agricultura 28% de 1966 a 72, o salário real médio cresceu apenas 2%.

Como vencer esse incômodo recorde?

Revista *Diário Industrial* - dez. 74

Naturalmente, um título que o Governo não quer para o Brasil é o de campeão mundial de acidentes de trabalho. Só no ano passado, registraram-se em nosso país 1.632.696 acidentes (com 13 mil mortes e 50 mil incapacidades), para um total de 10.956.956 empregados, o que custou ao país mais de 5 bilhões de cruzeiros. São Paulo, líder incontestado entre os Estados brasileiros, acusa para o primeiro semestre de 1974, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional da Previdência Social: número de empregados, 4.913.014; número de acidentes, 395.059; simples assistência médica, 132.085; incapacidade temporária, 249.647; incapacidade permanente, 12.537; morte, 790; dias de benefícios pagos, 4.994.582; dias perdidos, 5.868.610; média de acidente por dia útil, 2.582; média de dias em tratamento, 18,64; despesas com benefícios, 167.138.473,17 cruzeiros; despesas com assistência médica, 56.553.799,08 cruzeiros; custo médio por acidente, 566,22 cruzeiros.

Com a finalidade de discutir as causas e as consequências desses acidentes e estabelecer um programa objetivo para conseguir uma redução e controle dessa verdadeira calamidade nacional, a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho organizou, sob o patrocínio do Ministério do Trabalho, no período de 27 a 31 de outubro passado, em São Paulo, o XIII Conpat — Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

Os temas oficiais discutidos: prevenção de acidentes e segurança do trabalho na indústria química; segurança de trabalho na manutenção de linhas energizadas; aspectos jurídicos na prevenção de acidentes, higiene e segurança do trabalho; as CIPAS e sua relação com o serviço especializado em segurança, higiene e medicina do trabalho; organização e posicionamento do serviço de segurança, higiene e medicina do trabalho; prevenção das doenças profissionais; participação das entidades sindicais de trabalhadores na Campat — Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho; papel do dirigente de empresa na prevenção de acidentes.

A adaptação de normas estrangeiras às nossas condições de trabalho, até que a ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas tenha condições de elaborar as normas brasileiras que regem o assunto, e a necessidade de atribuir-se a uma entidade vinculada ao Governo a competência de aprovação dos projetos de indústrias químicas e petroquímicas, elaborados nas próprias empresas, visando a anular as condições inseguras desde a fase de projeto, foram as principais conclusões dos participantes do Conpat sobre o tema "Prevenção de acidentes e segurança do trabalho na indústria química".

Unidade da Federação Por Região	Número de Empregados	Acidentes Típicos	Doenças do Trabalho	Trajetos	Total	% de Acidentados
Norte						
Amazonas	90.566	8.725	—	86	8.811	9,73
Pará	159.545	16.640	127	111	16.878	10,58
Acre	3.930	170	—	—	170	4,33
Nordeste						
Maranhão	42.927	3.257	—	13	3.270	7,62
Piauí	33.298	1.323	—	58	1.381	4,15
Ceará	155.026	13.125	61	140	13.326	8,60
R. G. Norte	48.489	6.366	—	20	6.386	13,17
Paraíba	65.867	5.787	—	91	5.878	8,92
Pernambuco	328.130	30.077	15	369	30.461	9,28
Alagoas	62.358	5.628	—	33	5.661	9,08
Sergipe	44.954	3.698	2	51	3.751	8,34
Bahia	491.470	77.750	5	732	78.487	15,97
Sudeste						
Minas Gerais	927.097	133.218	150	2.505	135.873	14,66
Esp. Santo	173.358	25.743	3	257	26.003	15,00
R. de Janeiro	435.734	86.721	18	1.290	88.029	20,20
Guanabara	1.534.075	147.844	55	3.753	151.652	9,89
São Paulo	4.242.170	678.510	980	12.322	691.812	16,31
Sul						
Paraná	555.703	71.031	2	1.138	72.171	12,99
Sta. Catarina	309.090	63.692	133	1.591	65.416	21,11
R. G. Sul	901.293	183.216	185	2.988	186.389	20,68
Centro Oeste						
Mato Grosso	53.919	7.847	—	134	7.981	14,90
Goiás	124.983	10.688	45	311	11.044	8,84
D. Federal	172.155	21.461	3	402	21.866	12,70
Total	10.956.956	1.602.517	1.784	28.395	1.632.696	14,90

Fonte: Coordenação de Planejamento da Secretaria de Seguros Sociais do INPS.

Acidentes do trabalho ocorridos no Brasil em 1973

As atividades com coeficientes de frequência mais elevado, no ano de 1973, são as seguintes:

Atividades	N.º Empregados	N.º Acidentes	Coefficiente
Derivados de Petróleo e Hulha	7.532	3.374	185
Extrativa Vegetal	16.678	6.990	173
Madeira e Cortiça	200.677	63.872	131
Construção Civil	1.423.569	413.118	120
Mecânica, Mat. Elétr. e Eletrônico	465.915	134.734	119
Metalúrgica	351.857	93.277	109
Mobiliário	119.438	31.695	109
Artefatos Plásticos	57.029	13.136	95
Bebidas	91.999	20.126	90
Produtos Alimentícios	581.587	123.044	87

Atividades com coeficiente de frequência mais elevado em 1973

Tomando como base o ano de 1970, a evolução dos acidentes do trabalho, no Brasil, apresenta o seguinte aspecto:

Ano	N.º Empregados	Acidentes - Totais	% Emp. Acidentados
1970	7.284.022	1.220.111	16,75
1971	7.553.472	1.330.523	17,61
1972	7.773.374	1.504.723	19,36
1973	10.956.956	1.632.696	14,90

Fonte: Coordenação de Planejamento da Secretaria de Seguros Sociais do INPS.

Evolução dos acidentes do trabalho, tomando como base 1970

Na área de segurança do trabalho na manutenção de linhas energizadas, ressaltou-se a necessidade de aplicação, de critérios de reciclagem de treinamento de segurança para trabalhadores com determinado tempo de serviço e de elaboração de um manual uniformizado para treinamento. Deverá ser dada maior importância aos exames de seleção profissional e à padronização, pela Eletrobrás, de normas de segurança das diversas empresas do setor energético.

Quanto ao aspecto jurídico, foram feitas as seguintes recomendações:

■ Em face da importância da tarifação individual do seguro de acidentes do trabalho na prevenção destes, recomenda-se ampla divulgação dos critérios legais e administrativos para sua obtenção.

■ A ofensa física intencional pode constituir causa de acidente de trabalho e, por isso, recomenda-se atenta

observação de todos os empregados no início de cada jornada de trabalho, para evitar que ingressem no estabelecimento pessoas que não estejam em condições de trabalhar ou que estejam portando armas, sob pena de, na ocorrência de incidente provocado por um desses fatores, responder o próprio empregador pela ação sumária de indenização.

■ Sendo, muitas vezes, o acidente do trabalho uma consequência do desrespeito do empregado às normas de segurança, faz-se um apelo às entidades sindicais, para que procurem esclarecer os integrantes de todas as categorias profissionais sobre os reflexos, no contrato de trabalho, da desobediência às normas legais e internas das empresas.

Considerando a importância do conhecimento dos aspectos legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, sugere-se ao ministro da Educação e Cultura a introdução, no

currículo dos cursos jurídicos, de disciplina relativa ao assunto.

Jorge Duprat Figueiredo, presidente da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, admitiu, em entrevista, que o excesso de horas extras cumpridas por trabalhadores pode ser uma das causas dos acidentes de trabalho, fato aceito por grande parte dos empresários presentes ao Conpat e comprovado por uma pesquisa sobre "A influência do fator humano nos acidentes de trabalho", apresentado por Leda Leal Flora, da Faculdade de Medicina da USP: entre 4.011 acidentes graves registrados no INPS, em São Paulo, entre 1969 e 1973, apenas 22% podiam ser atribuídos a atos inseguros cometidos pelas vítimas. Aproximadamente 40% desses acidentes teriam acontecido por ausência de proteção das máquinas; e o restante pelo acúmulo dos dois fatores.

inaugurado presídio "político"

ESP.-01-75

"Deferência toda especial do governo do Estado, atendendo a reclamos do governo federal". Com estas palavras, o secretário da Segurança Pública, coronel Antonio Erasmo Dias, explicou os motivos da inauguração, ontem, do presídio para os condenados nos termos da Lei de Segurança Nacional, construído ao lado do presídio Romão Gomes, da Polícia Militar, no Barro Branco (Tremembé).

Segundo o secretário, a inauguração desta prisão especial — "impar no País inteiro" — vai ao encontro das necessidades da Justiça Militar Federal, a de conceder "prisão sem rigor penitenciário" aos que transgridem a Lei de Segurança Nacional. Além da ausência do rigor penitenciário, o coronel Antonio Erasmo Dias enumerou as "vantagens" dos futuros reclusos daquele presídio: "assistência médica, familiar e religiosa, acesso a revistas, jornais e livros, permissão para ficarem de posse de rádio e televisão". O secretário ainda considera que o próprio isolamento, dos presos comuns, "já é uma vantagem".

Outro aspecto ressaltado pelo secretário da Segurança é o de que "estamos atendendo os direitos, mesmo dos que atentam contra a Segurança Nacional". Reafirmou, ainda que, ao contrário do que se noticia no Exterior, "nós brasileiros, não estamos postergando os direitos humanos; pelo contrário, nós os respeitamos, até mesmo com terroristas".

O primeiro presídio político do País começará a receber ocupantes ainda nos próximos 15 dias, espaço de tempo em que será elaborado o seu regimento interno, baseado na Lei de Segurança Nacional. O regulamento, além de publicado oficialmente, será entregue a cada preso.

De início, para ali serão remanejados 33 presos, atualmente na Casa de Detenção. De acordo com elementos vincula-

dos à Auditoria Militar em São Paulo, ainda não está previsto o critério a ser obedecido para a colocação dos detentos nas celas, com capacidade para 10 pessoas cada uma: possivelmente, a disposição nas 4 celas existentes — além de 3 "solitárias" — dependerá da idade dos presos: os mais jovens ficarão juntos, ocorrendo o mesmo com os de idade mais avançada.

A prisão

A área construída é de aproximadamente 750 metros quadrados, nos quais foram gastos cerca de 1,2 milhão de cruzelros. Em cada cela (de 6x4 metros) existe um lavatório, banheiro e chuveiro; os ocupantes dormirão em cinco beliches (duas camas em cada um), havendo ainda um armário, com 10 compartimentos.

As celas solitárias medem 2x4 metros, e a prisão ainda conta com um alojamento para o corpo de guarda, 2 salas de visita — para o recebimento de familiares e advogados — um refeitório um "patio de sol", onde os presos poderão "praticar esportes e fazer ginástica", entre 8 e 11 horas da manhã. Não há cozinha, pois as refeições virão de fora, fornecidas "por restaurante", segundo o secretário Erasmo Dias.

A guarda será composta por um batalhão da Polícia Militar, assim como a direção da prisão, a cargo de um capitão PM, já designado. A direção administrativa, entretanto, ficará com um dos auditores militares em São Paulo, ainda não escolhido: os próprios auditores farão a escolha entre si.

Apesar de construído pelo Governo do Estado, o presídio ficará subordinado à Justiça Militar Federal. O envio de presos para o local obedecerá a critério estabelecido pela Auditoria Militar da 2.ª Região Militar: de início, os ocupantes serão apenas os já condenados definitivamente e os já julgados em 1.ª instância.

FILA SÓ NÃO TEM NO CARTÃO

ESP.-15-12-74

"Os postos de assistência médica do INPS funcionam em três turnos: das 7 às 11; das 11 às 15 e das 15 às 19 horas. Para sua maior facilidade, o segurado e seus dependentes devem procurá-los no segundo e no terceiro turno". Totalmente diverso da realidade, este aviso está afixado nos postos de assistência médica. Os contribuintes que não confiam nele e se informam com os funcionários conseguem uma resposta muito mais precisa: "Seu quiser marcar consulta, venha lá pelas cinco horas da manhã, porque às seis a fila já rodeou o quarteirão e você não a consegue no mesmo dia".

Mantendo uma tradição que está ligada a toda a sua existência, a assistência médica do INPS continua formando filas de madrugada, embora o nume-

ro de funcionários e médicos tenha aumentado bastante. O posto da rua Santo Antonio, por exemplo, conta com 123 médicos, 64 funcionários para-médicos e 59 administrativos e não consegue atender satisfatoriamente a todos que o procuram. O caso ocorrido com um contribuinte de Ribeirão Preto não é uma exceção: Sofrendo de câncer, ela se trata no Hospital

A. C. de Camargo, de onde foi encaminhada ao posto, para exames de urina e sangue e radiografia. Depois de permanecer na fila dois dias, conseguiu fazer os exames, mas os resultados não ficaram prontos na data marcada. E no dia seguinte também não, o que fez com que ela explicasse a urgência dos exames. Como resposta, recebeu o endereço do laboratório responsável, onde lhe informaram que os resultados já tinham sido enviados ao posto.

LAVRADOR NÃO ACEITA DAR LUGAR A REPRESA

E.S.P.-11-01-75

Até o final de 1976, cerca de 10 mil famílias de quatro municípios baianos banhados pelo São Francisco serão transferidas para áreas de limitadas condições habitacionais e agrícolas, para abrir espaço às águas do reservatório de Sobradinho, cuja barragem está sendo rapidamente construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Nos quatro municípios vivem cerca de 100 mil pessoas, mas a maioria delas se recusa a aceitar as opções que lhe oferecem para quando suas terras estiverem inundadas em São Romanso, Casa Nova, Pi-

lão Arcado e Sento Sé.

Uma empresa de consultoria contratada pelo Ministério do Interior concluiu que "existe por parte da população uma residência latente à mudança, pela nenhuma garantia de sobrevivência num meio novo e estranho". O resultado, segundo a empresa, pode ser um "enorme impacto e sérios prejuízos materiais e sentimentais". Além disso, prevê-se um possível "aumento da tensão social que se propagará como ondas, atingindo inclusive as grandes cidades e capitais da região".

TRABALHO INVESTIGA DENUNCIA

ESP.- 11-12-74

O ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, disse ontem ter acionado a Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso para apurar as denúncias, feitas em Brasília, pelo lavrador Alcides de Oliveira Martins, que acusou a empresa Trans-Mato Grosso de maus tratos e de assassinato de sete de seus empregados. Esta não é a primeira vez que o ministro reúne a imprensa para anunciar uma investigação em torno de denuncia de trabalho escravo no interior do País. Até hoje, entretanto, nenhuma sindicância foi concluída pelo Ministério.

Somente este ano, por mais de uma vez, a Secretaria de Relações do Trabalho recebeu denúncias de maus tratos, demissão sumária de gestantes ou aliciamento de trabalhadores, mas até hoje o Ministério do Trabalho não divulgou o resultado de uma só das inspeções determinadas pelo titular da pasta. Segundo um funcionário do Ministério, isso é praticamente impossível, "porque, na verdade, nenhuma dessas inspeções foi realizada".

Na rápida visita que fez ontem à sala de imprensa do Ministério do Trabalho, Arnaldo Prieto, garantiu aos jornalistas que também agiu junto ao Departamento de Polícia Federal para obter esclarecimentos em torno das denúncias contra a Trans-Mato Grosso, devendo, se necessário, enviar missão especial ao local, "com o fim de apurar irregularida-

des e punir os responsáveis".

Segundo um funcionário do Ministério, devia ser exigido das empresas que saem pelo interior do País à procura de trabalhadores — com ofertas mirabolantes, que nunca chegam a ser cumpridas — a contratação dos empregados já em seu lugar de origem, e não somente quando chegam ao local onde lhes foi prometido emprego.

Sustentando sua opinião no tocante à conclusão das investigações determinadas por Arnaldo Prieto, o informante recordou que, em agosto deste ano, depois de denúncias feitas pela imprensa, o ministro anunciou que, com o apoio da Polícia Federal, seria feita uma inspeção para apurar as reclamações de dois agricultores que teriam trabalhado sob regime de escravidão, durante seis meses, na fazenda Agua Branca, no município de Criciá, Norte de Goiás, às margens do rio Araguaia. As denúncias feitas por Eurípedes Barbosa e Sebastião Sérgio também envolviam assassinatos de trabalhadores, mas nada foi apurado.

Outro caso que também ficou sem esclarecimentos foi o da demissão sumária de diversas gestantes, por firmas de Goiânia. As gestantes, além de perderem o emprego, também deixaram de receber o Fundo de Garantia, pois as empresas para que trabalhavam não faziam o recolhimento.

TRABALHO ESCRAVO É CADA VEZ MAIOR

ESP.- 22-12-74

A falta de fiscalização da legislação trabalhista está sendo apontada como a principal responsável pelos casos de aliciamento de trabalhadores ou da já conhecida "escravidão branca", cujos números aumentam a cada dia. Um funcionário do Ministério do Trabalho, em relatório reservado enviado ao ministro Arnaldo Prieto, sobre uma inspeção que fez em Paragominas, no Pará, afirma que seu trabalho "é um mero paliativo diante dos milhares de casos que se repetem e ficam sem qualquer solução". Apenas o autor desse relatório e mais quatro inspetores são encarregados de fiscalizar a aplicação da CLT em toda a Amazonia, onde só o setor agropecuario emprega quase meio milhão de trabalhadores e registra as principais denúncias de escravidão branca.

Lavrador que denunciou ameaçado de morte

J.B.-14-01-75

Brasília — O lavrador Alcides de Oliveira Martins, que recentemente denunciou a existência de escravidão branca nas fazendas do Norte de Mato Grosso, voltou ontem ao Ministério do Trabalho para se queixar da perseguição que vem sofrendo por parte de quatro homens armados, que o têm acompanhado sempre, com a intenção de matá-lo.

Enquanto aguardava oportunidade de avistar-se com o Ministro Arnaldo Prieto, o lavrador contou fantásticas histórias de torturas físicas, perseguições e assassinatos praticados por fazendeiros. Disse ter presenciado um indivíduo alemão, empregado da Fazenda Transmatogrosso, assassinado vários trabalhadores, pelo simples fato de não mais se prestarem ao trabalho, por terem sido acometidos de malária.

Regresso

Contou Alcides que, quando esteve em Brasília da última vez, recebeu da Confederação Nacional dos Trabalhadores a importância de Cr\$ 380,00 para regressar a Cuiabá. Iniciando viagem, reparou que estava sendo seguido "por quatro sujeitos mal-encarados" e por isso resolveu ficar em Goiânia.

Como as perseguições continuaram, Alcides achou melhor voltar a Brasília, mas mesmo aqui os indivi-

duos continuaram a segui-lo.

Segundo ele, a existência de uma enorme legião de escravos não é nenhum segredo para os moradores da cidade de Porto dos Gaúchos, naquele Estado, embora os homens que chegam em caminhões, vindos principalmente do Nordeste, não mais voltem a ser vistos pela população, ficando aprisionados nas fazendas.

Esta situação, no entanto, não parece preocupar muito as autoridades do Ministério do Trabalho, mais interessadas, no momento, na elaboração de um anteprojeto de lei propondo a alteração do texto do artigo 455 da Consolidação das Leis do Trabalho de tal forma que, nos contratos de empreitada, o dono da propriedade em que for realizada a tarefa fique também responsável pelas obrigações trabalhistas dos empregados do empreiteiro. Pretendem essas autoridades oferecer maior amparo legal aos que trabalham no interior do País, mas sabem, de antemão, que isso não será suficiente para reduzir os casos de escravidão branca, porque, segundo expressão de um funcionário mais realista, "para o combate dessa prática, mais do que leis são necessários fiscais do trabalho".

A inspeção trabalhista em toda a Amazonia legal é feita por grupos volantes, constituídos por aqueles cinco funcionários do Ministério do Trabalho que tem sua ação coordenada pelo Grupo Tarefa da Amazonia. Este Grupo Tarefa, inicialmente criado para dar assistência aos trabalhadores da Transamazonica, teve, mais tarde, aumentada sua área de atuação para toda a região Norte do País, permanecendo, no entanto, com o mesmo número de funcionários que atuavam nos trabalhos de abertura da rodovia. Nos últimos 17 meses, o GTA realizou 45 inspeções, acolhendo denúncias de escravidão branca feitas em sua maioria, pela imprensa. Os resultados dessas investigações, no entanto, por ordem do ministro do Trabalho, são mantidas em segredo.

José Smith Braz, coordenador do Grupo Tarefa da Amazonia, acha que a imprensa "não reconhece nosso trabalho" e prometeu sugerir ao ministro Arnaldo Prieto a liberação dos relatórios feitos pelos grupos volantes. Ele é de opinião que a maior concentração de problemas sobre aliciamento de trabalhadores está exatamente na região de Paragominas — onde já foi descoberto um cemitério, "entre outras coisas" — e não em Mato Grosso, embora os casos registrados neste Estado tenham merecido maior divulgação por parte da imprensa. Smith Braz reconhece que o número de funcionários que integram os grupos volantes de inspeção "é muito reduzido" e afirma que, para melhor desempenho de sua missão, seriam necessários, pelo menos, 50 inspetores de legislação trabalhista.

Um novo modelo industrial

O discurso do presidente Ernesto Geisel no dia 19 de março último, quando definiu as diretrizes básicas do Governo, realçava que a "prioridade número um da estratégia econômica será a de manter altas taxas de crescimento do produto real". Propunha, porém, uma "revisão de prioridades" para a consecução desse objetivo.

Essas novas prioridades, que foram melhor explicitadas e quantificadas em setembro com a publicação do II Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 1975—79, abrangem, no setor industrial, a indústria de bens de capital, a indústria eletrônica pesada (especialmente computadores), a siderurgia, os não-ferrosos e os produtos químicos (inclusive fertilizantes e petroquímicos).

Esse novo padrão de desenvolvimento, calcado não mais nas indústrias de ponta, mas nas de base, vai requerer rearticulações financeiras e institucionais para apoiar e incentivar uma mudança que somente será visível, talvez, no fim do período do II PND. O acelerado crescimento da economia brasileira nos últimos sete anos, baseado no setor de produção de bens duráveis de consumo e mais recentemente no de construção residencial, foi possível em grande parte graças ao apoio do sistema financeiro privado na concessão de capital de giro e para consumo. Essa política, diz Luiz Gonzaga Berliuzzo, professor de economia da Universidade Estadual de Campinas, foi a saída mais correta: utilizou-se a capacidade ociosa da indústria (instalada na segunda metade da década de 50), através do incentivo ao consumo. Isso, no entanto, lembra Luiz Gonzaga, trouxe problemas para os projetos de expansão e instalação de indústrias básicas que, por serem de longo prazo, não eram beneficiados. Agora, com o novo enfoque dado pelo Governo ao desenvolvimento industrial, alguns setores, até então pouco estimulados, receberão diversas vantagens financeiras e uma garantia maior de demanda por seus produtos. Outros, principalmente aqueles que estavam precisando do crédito direto ao consumidor para vender seus produtos, sofrerão os efeitos da política de contenção da expansão.

O novo núcleo dinâmico

Assim, para o financiamento do novo núcleo dinâmico, constituído pelas indústrias de base e de bens de capital, foi necessário efetuar uma mudança estrutural no sistema financeiro que permitisse a orientação de fundos, utilizados anteriormente na preservação e expansão do consumo de bens duráveis, para o financiamento das inversões nos setores agora prioritários. A principal alteração, em termos

de financiamento, foi a transferência

dos recursos do PIS e do Pasep — importantes poupanças institucionais da esfera da Caixa Econômica Federal, onde serviam de suporte ao financiamento do consumo e do capital de giro indiscriminado à economia — para a esfera do BNDE que, com estes recursos, duplicou sua capacidade de aplicação nos programas prioritários. Além disso, foram constituídas três empresas subsidiárias do BNDE (Ibrasa — Investimentos Brasileiros S.A.; Fibase — Insumos Básicos S.A. Financiamento e Participações; e Embramec — Mecânica Brasileira S.A.) que, através de capital de risco, pretendem incentivar as empresas nacionais.

As medidas de retenção da expansão de determinados setores já estão sendo tomadas: o CIP — Conselho de Desenvolvimento Industrial resolveu suspender a concessão de seus incentivos às indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos e de uma série de produtos metálicos, não-metálicos, alimentícios e de perfumaria; o CIR — Conselho Interministerial de Preços vai ser utilizado como instrumento de diferenciação setorial, através da adoção de uma política de controle de preços compatível com a estratégia adotada; foram reduzidos os prazos de financiamento ao consumo de bens duráveis de 48 para 24 meses. Enquanto as medidas de retenção se tornam efetivas, as de apoio ainda estão, em grande parte, no plano das intenções, devendo ocorrer, até o começo de 1975, diversos encontros entre empresários e Governo para que aqueles fiquem mais seguros do sucesso de seus novos investimentos. É o caso, por exemplo, de pequenos e médios empresários das indústrias de apoio aos setores prioritários nos programas de investimento do Governo que já se declararam interessados em participar mais ativamente do processo e que buscam conhecer com antecedência os volumes de encomendas que deverão receber nos próximos anos.

Dinheiro caro

Pelo lado da demanda, o Governo já assegurou que as empresas estatais darão preferência à indústria nacional, o que, no caso dos bens de capital, assume grande importância, pois essas empresas são responsáveis por 50% da demanda. Quanto aos recursos financeiros necessários à expansão dos setores prioritários, a situação muda para as indústrias com o fortalecimento do BNDE. Esta mudança parece significar a liquidação das expectativas de que os conglomerados financeiros privados pudessem desempenhar um papel significativo na determinação do processo de expansão da economia e que se constituíssem em complexos financeiros industriais.

Apesar de o BNDE ser atualmente o maior responsável pelo financiamento aos industriais e, como banco estatal, ter condições de emprestar dinheiro a juros baixos para os projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico do país, ainda assim muitos empresários gostariam que os juros cobrados pelo BNDE e os prazos de pagamento dos empréstimos fossem mais suaves. O industrial Cláudio Bardella, vice-presidente da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, lembra que, enquanto no Japão e na Espanha o setor de bens de capital se expandiu graças aos empréstimos a juros subsidiados, no Brasil o financiamento do BNDE ainda é muito caro. Com a constituição da Embramec, no entanto, a situação para o setor de produção de bens de capital deverá melhorar. Agora, uma empresa que desenvolva um projeto no setor poderá obter um empréstimo do BNDE de até 60% do investimento e capital de risco da Embramec de até 19%, reduzindo seu esforço próprio a 21% do investimento total. Além disso, outras medidas estão sendo implantadas pelo Governo para diminuir os gastos com a importação de bens de capital que cada vez pesam mais no balanço de pagamentos — no primeiro semestre deste ano, gastou-se 1,1 milhão de dólares (CIF) em máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e elétricos, contra 807 mil no primeiro semestre de 1973.

Entre as medidas de incentivo, além da Embramec, estão: equalização de tratamento tributário das vendas internas de equipamentos às vendas para o exterior, mediante a eliminação da carga tributária do IPI e ICM dos equipamentos vendidos internamente; ampliação da linha operacional da Finame, que passa a oferecer aos produtores e compradores de equipamentos produzidos no país condições de prazo, carência e juros análogas às dos produtores externos.

Indústria de base

No novo modelo industrial, proposto pelo Governo, a indústria de base recebe também um destaque especial, devido ao peso negativo que tem no balanço de pagamentos e também pelo seu aspecto de complementariedade com o outro setor prioritário — o de bens de capital. No primeiro semestre deste ano o país gastou 222 mil dólares (CIF) com importações de fertilizantes (contra 62 mil no mesmo período de 1973), 730 mil (CIF) com ferro fundido (contra 213 mil), 254 mil (CIF) com cobre, alumínio e zinco (contra 88 mil). Para este setor, o II PND prevê investimentos de 218 bilhões de cruzeiros durante os cinco anos do plano, dos quais menos de 50% caberão ao Governo. Dada a importância do setor

← privado na indústria de base, deverá ser bastante significativo o apoio do BNDE, através do seu Programa de Produção de Insumos Básicos, com investimentos de 3,4 bilhões de cruzeiros este ano, 5,1 bilhões em 1975, 6,7 bilhões em 1976, 8,5 bilhões em

1977 e 9,9 bilhões em 1978. Além desse programa, a Fibase apoiará com capital de risco as iniciativas do setor. A expansão da indústria de base ocorrerá com a participação direta das grandes empresas estatais do setor (aço, barrilha, refino de petróleo,

etc.). Nos segmentos dessa indústria, onde a empresa privada nacional não apresentar dinamismo ou se defrontar com a multinacional, poderá ser utilizada a fórmula "tripartite" (empresa nacional privada, empresa estrangeira e empresa estatal), como aconteceu no setor petroquímico. Assim, a empresa estatal assume papel duplamente importante nos dois setores industriais prioritários do novo modelo industrial: como principal cliente das indústrias de bens de capital e como produtor direto e promotor da criação de *joint-ventures* na indústria de base.

Tecnologia

Com a substituição da tecnologia importada, outra das metas prioritárias do PND, procurar-se-á sanar um grave problema do balanço de pagamentos e dar às indústrias nacionais um maior grau de autonomia do exterior. O BNDE, através do Programa de Desenvolvimento Tecnológico (Funtec), ampliou os estímulos às empresas nacionais de *engineering* e de *design* — os investimentos previstos por esse programa, para pesquisa tecnológica e pesquisa aplicada à indústria, somam 240 milhões de cruzeiros em 1974, 300 milhões em 1975, 420 milhões em 1976, 500 milhões em 1977 e 580 milhões em 1978. Por outro lado, os setores tecnológicos de ponta (aeroespacial, de computação, nuclear e mecânico) são apoiados em linhas de financiamento de até 80% do investimento total, com juros de 3% a 6% ao ano, carência de até três anos e amortização em quinze anos. Apesar desses planos, a tecnologia será um dos principais problemas para a expansão de setores industriais de base, na medida em que essa expansão vai requerer um grande esforço de adaptação da tecnologia importada e criação de um *know-how* nacional. Dentro desse quadro, a falta de recursos humanos parece ser o maior entrave ao desenvolvimento, pelo menos nos próximos anos. Cláudio Bardella dá uma explicação para essa situação: "Como a tecnologia vem junto com o equipamento importado, as indústrias não se interessam em promover inovações tecnológicas, mesmo porque os clientes privados e estatais sempre preferiram e confiaram mais na tecnologia estrangeira. Como o país é caudatário da tecnologia externa, o projetista tinha mais um papel de tradutor do que de criador. o que desestimulou a formação de engenheiros de projetos". Atualmente só a Escola Politécnica da USP forma um pequeno número de engenheiros de projetos e, entre o pessoal altamente especializado necessário ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional, a carência maior se concentra nos projetistas.

A falta de recursos humanos de alto nível torna-se ainda mais grave ao se conhecer a distância, às vezes grande, entre a teoria e a prática. Se

	Cr\$ 1.000.000				
	1974	1975	1976	1977	1978
I - Programa de Insumos Básicos	3.400	5.110	6.720	8.570	9.900
1. Mineração	100	330	550	880	880
2. Siderurgia, fundidos, forjados e ferros-liga	2.000	2.530	2.750	3.080	3.300
3. Metalurgia de não-ferrosos	100	220	440	660	770
4. Química e petroquímica	700	940	1.100	1.200	1.430
5. Fertilizantes	100	380	720	1.100	1.320
6. Celulose e papel	190	380	720	1.100	1.430
7. Cimento	260	330	440	550	770
II - Programa de Produção de Equipamentos Básicos	1.250	2.260	3.410	4.620	6.160
1. Bens de capital sob encomenda	160	390	550	770	990
Incluindo Finame	700	1.430	2.090	2.860	3.850
2. Outros equipamentos básicos	390	440	770	990	1.320
III - Programa de infraestrutura	1.250	1.930	2.580	3.190	3.800
1. Ferrovias	700	1.100	1.480	1.650	1.820
2. Rodovias	200	280	380	550	770
3. Outros setores	350	550	720	990	1.210
IV - Programa de Consumo Básico	400	550	800	1.100	1.600
1. Alimentos	50	150	250	350	500
2. Medicamentos	50	100	200	350	600
3. Distribuição	300	300	350	400	500
V - Programa de Fortalecimento da Empresa Privada Nacional	3.300	5.050	7.800	10.650	14.500
1. Modernização e Reorganização das Indústrias (FMRI)	1.000	1.000	1.000	1.250	1.500
2. Financiamento de Capital de Giro (Progiro)	1.200	1.500	2.500	3.200	4.000
3. Reforço de Capital das Empresas	100	500	800	1.200	2.000
4. Financiamento através de Agentes					
a) até o limite de 217.000 ORTN	500	1.150	2.000	3.000	4.000
b) até o limite de 17.000 ORTN	500	900	1.500	2.000	3.000
VI - Programa de Desenvolvimento Tecnológico (Funtec)	240	300	420	500	580
1. Pesquisa tecnológica	170	180	220	250	280
2. Pesquisa aplicada para a indústria	70	120	200	250	300
VII - Outros Projetos	1.610	2.800	4.270	6.370	8.460
TOTAL	11.200	18.000	26.000	35.000	45.000

Os investimentos previstos pelo BNDE para 1974-78

← gundo S. C. Wahle, chefe do escritório de São Paulo da Cobrapi — Companhia Brasileira de Projetos Industriais, entre vinte bons engenheiros, um pode ser aproveitado para trabalhos de projeto. E acrescenta: "Eu não acredito no engenheiro de projeto teórico; se ele não tem vivência dos problemas do setor onde vai trabalhar, não poderá ser aproveitado". Outro fator que prejudica esse mercado é o rodízio de profissionais entre escritórios de engenharia. Uma empresa de engenharia, afirma S. C. Wahle, por mais planejada que seja, em certos períodos tem serviço demais e em outros a capacidade ociosa torna-se excessiva. Neste caso, o escritório de engenharia costuma despedir parte do pessoal, que leva tempo para se adaptar a outro emprego.

As conseqüências

A mudança da ênfase no modelo industrial brasileiro trará conseqüências positivas para a indústria de base e de bens de capital, mas deverá gerar um crescimento mais lento nas indústrias de bens de consumo duráveis, enquanto as de bens de consumo não-duráveis deverão ser pouco afetadas. As medidas restritivas ao setor de bens de consumo duráveis visam a conseguir um crescimento mais equilibrado para o setor industrial e indiretamente a controlar melhor a inflação, via limitações ao crédito direto ao consumidor. Além disso, para que o setor de bens de consumo duráveis continuasse crescendo a taxas elevadas, seria necessária uma maior concentração de renda, para trazer a esse mercado um maior contingente de consumidores.

Algumas indústrias de bens de consumo duráveis, como a automobilística, já estão preparando planos de reestruturação da linha de produção, mais de acordo com a nova política industrial, para que suas vendas não caiam muito abaixo das dos últimos anos. Mas, de modo geral, o setor parece estar consciente de uma queda no ritmo de crescimento, esperando somente que essa fase não se prolongue por muito tempo. A política global de emprego para os próximos cinco anos prevê a criação de 6,6 milhões de empregos novos, o que deverá suavizar os problemas de demanda que o setor de bens duráveis está enfrentando já há alguns meses.

As indústrias de bens de consumo não-duráveis também serão beneficiadas pela política de emprego e pelo esforço de fortalecimento da empresa nacional. Os planos de expansão desse ramo poderão agora ser incentivados pela compra de ações preferenciais sem direito a voto, através da Ibrasa, propiciando capital de risco às empresas nacionais, de modo a não haver interferência direta do Governo na administração interna das mesmas.

Demanda recíproca

Sem contar a demanda autônoma (a do Governo), as indústrias de base e de bens de capital deverão ter seu crescimento assegurado nos próximos anos, graças ao fato de esses dois setores, durante sua expansão, gerarem demanda recíproca. Assim, só após o período de ampliação e instalação de ambos, nos próximos cinco anos, é que a demanda das indústrias de bens de consumo se tornará importante para a preservação da taxa de crescimento da indústria de base e de bens de capital. Ao mesmo tempo, a indústria de ponta, que deverá passar alguns anos por um crescimento mais moderado, fará menos pressão por novos equipamentos.

Mas, justamente por gerar demanda recíproca, a indústria de bens de capital poderá ter seus planos de expansão limitados pela oferta não satisfatória de insumos básicos a essa indústria. Recentemente, a ABDIB — Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base reclamou que as usinas siderúrgicas não estavam atendendo encomendas de chapas de aço e pediu também que fosse determinado um preço ponderado entre a chapa nacional e a importada. Essa situação igualmente pode inverter-se, na medida em que o setor de bens de capital não consiga atender os pedidos de equipamentos para as indústrias básicas.

Nos próximos anos deverá acentuar-se a tendência de que o setor de bens de capital "puxe" a economia. Até 1970, a indústria de bens de consumo duráveis foi a maior responsável pela alta taxa de crescimento apresentada pelo setor industrial (média de 10,4% entre 1966 e 1969), mas a partir de 1970 o setor de bens de capital vem liderando os aumentos da expansão da capacidade instalada, elevando a taxa média do setor industrial para 16% entre 1970 e 1973. Em termos de expansão da capacidade, a alta taxa de 27,7% no setor de bens de capital entre 1970 e 1973 deverá ser superada nos próximos cinco anos.

As perspectivas de cada setor

O setor de bens de capital (maquinaria pesada e elétrica e equipamentos industriais; tratores e implementos agrícolas; construção naval; material ferroviário; caminhões e ônibus; ma-

terial eletrônico e de comunicações) apresentou em 1966—69 uma taxa de crescimento de 7,5%, que pulou para 16,9% em 1969—73. Em 1973 sua produção alcançou a soma de 55,7 bilhões de cruzeiros, para uma importação de 18,9 bilhões, equivalendo a 26% do consumo total; isto significa que pouco mais de um quarto das necessidades do país, em bens de capital, é suprido pelo exterior.

Apesar das medidas positivas da Financeira — Agência Especial de Financiamento Industrial, que só no primeiro semestre deste ano liberou 687,8 milhões de cruzeiros — mais 60,1% em comparação ao mesmo período de 1973 — para o financiamento de compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional, até 1971 o setor ficou prejudicado pelas isenções do IPI e do ICM nas importações de bens de capital sem similar nacional.

Os investimentos governamentais de infra-estrutura (principalmente geração e transmissão de energia elétrica) vão estimular muito a demanda de maquinaria pesada e elétrica e de equipamentos industriais em geral. Em termos de material elétrico, o país tem condições de fornecer todos os equipamentos para transmissão e distribuição de energia elétrica, mas, como a demanda apresenta perspectivas de grande crescimento, já existem grupos estrangeiros interessados em se implantar nesse ramo.

A taxa de crescimento esperada para o setor de maquinaria pesada e elétrica e equipamentos industriais, para os próximos anos, é de 12,3% ao ano, alcançando em 1979 a produção de 1,6 milhão de toneladas. Nessa perspectiva, acredita-se que a capacidade ociosa da indústria de equipamentos sob encomenda diminua até o nível de 15%, considerado ideal para esse tipo de indústria. Em 1972 esse nível estava em 37%, passou para 32% em 1973 e parece estar por volta de 28% este ano. A participação nacional nesse mercado cresceu pouco nos últimos anos (50,6% em 1972; 52,7% em 1973; 60,6% no primeiro semestre de 1974), mas deverá dar grandes saltos até 1979.

O ramo de tratores e implementos agrícolas será beneficiado pela busca de uma maior produtividade da agricultura, o que necessariamente acar-

Crescimento industrial					
Setor	Participação na taxa de crescimento		Taxa de crescimento do setor		Ponderação
	1966/69	1970/73	1966/69	1970/73	
Bens de capital	8,8	27,8	7,5	27,2	11,4
Bens de consumo duráveis	18,5	15,6	16,2	18,4	10,3
Bens de consumo não duráveis	28,8	17,5	8,4	7,2	33,7
Bens intermediários	43,9	39,1	9,5	11,4	44,6

O crescimento industrial em oito anos

Produtos	Consumo		Capacidade		Necessidade de acréscimo da capacidade
	1973	1979	Atual	Programada	
Aço em lingote	9.400	19.000	8.600	32.300	—
Laminados planos e perfis pesados	—	—	4.100	13.100	—
Lam. não-planos e aços especiais	—	—	4.400	8.300	—
Fundidos de ferro e aço	982	1.960	1.229	—	833
Forjados de aço	188	419	207	296	123
Alumínio	165	350	120	190	160
Estanho	3	4	13	—	—
Cobre	90	186	10	80	106
Zinco	89	179	33	58	121
Chumbo	57	95	35	—	60

Fonte: IPEA

A capacidade das indústrias metalúrgicas será elevada

reta um uso mais intensivo de maquinaria. Entre as medidas de apoio ao setor, o CPA — Conselho de Política Aduaneira decidiu isentar a importação de componentes — até junho de 1975 — devido à falta no mercado interno, que estava levando algumas empresas a trabalharem com capacidade ociosa, apesar de a demanda superar facilmente a oferta nacional. No primeiro semestre deste ano foram produzidos 23.612 tratores de rodas, 30,7% mais do que em igual período de 1973. Espera-se um crescimento de 12,4% ao ano para o setor no próximo quinquênio.

A política de redução dos custos de transporte, e conseqüente menor incentivo ao setor rodoviário, e a maior participação dos estaleiros nacionais nos serviços de reparo vão gerar uma crescente demanda para a indústria de construção naval. A elevada ociosidade do setor deverá ser reduzida com o Programa de Construção Naval lançado em agosto último para o período 1975—79, através do saneamento dos dois principais problemas: baixo financiamento e descontinuidade de pedidos. Estão previstos investimentos de 25 bilhões de cruzeiros para a construção de 765 embarcações. Como o programa não conseguirá dar plena utilização aos estaleiros, espera-se conseguir algumas divisas com a exportação de navios. O crescimento estimado para o setor é de 17,5% ao ano.

As perspectivas para o ramo de material ferroviário são excelentes, graças à política governamental de "ressuscitar" a ferrovia, o que deverá diminuir grandemente a capacidade ociosa das empresas do setor, hoje por volta de 35%. De acordo com o Plano Nacional de Viação, as ferrovias deverão transportar mais 127% em 1978 (69.601 t) em relação a 1972, enquanto o Plano Ferroviário (1974—78) prevê 2.303 km de novas linhas. A maior razão para esses planos de expansão é a necessidade de assegurar um melhor escoamento da produção para o exterior, através dos denominados "corredores de exporta-

ção". Os investimentos no transporte ferroviário alcançarão 30 bilhões de cruzeiros nos próximos quatro anos, sendo que o Governo pretende comprar trezentas locomotivas e 20 mil vagões nesse período. Em 1974 a produção nacional vai ficar por volta de 4 mil vagões e oitenta locomotivas. O setor de caminhões e ônibus deverá apresentar um bom crescimento nos próximos anos — 11,5% ao ano para os caminhões e 12,1% para os ônibus, chegando-se a 1979 com uma produção de 108 mil unidades para os primeiros (contra 64.890 em 1973) e 11.600 para os segundos (contra 6.068 em 1973). Apesar das novas medidas do Governo no sentido de dar maior preferência ao transporte ferroviário, fluvial e marítimo, o déficit atual de caminhões (principalmente Diesel) e a versatilidade dos ônibus permitirão um crescimento bastante satisfatório nos próximos anos. Os investimentos governamentais na infra-estrutura de comunicações vão gerar uma grande demanda para as indústrias de material eletrônico e de comunicações. A Embratel vai instalar a Nova Rede Nacional de Telex, que permitirá a operação de mais 11.800 aparelhos em todo o país, iniciará as operações da Rede Nacional de Estações Costeiras e ampliará os canais de telecomunicações entre o Norte e o Centro-Oeste. Nos próximos cinco anos, a Telebrás pretende investir 20 bilhões de cruzeiros na expansão dos terminais telefônicos nas grandes cidades. O subsetor de computadores vai depender muito da modernização das práticas administrativas das empresas públicas e privadas, além da capacidade das indústrias produtoras de absorver a moderna tecnologia desenvolvida no exterior.

Metalurgia

As empresas mais importantes do setor siderúrgico, as estatais, vêm operando a plena capacidade, com bom ritmo de absorção de tecnologia moderna e em escala economicamente adequada. Apesar do crescimento de

9,7% na produção de aço em 1973 (em relação a 1972), totalizando 7,1 milhões de toneladas, a demanda vem superando a oferta interna, sendo necessário recorrer-se às importações, principalmente de produtos planos. A atual capacidade instalada para laminados planos e perfis pesados permitirá a produção de 4,1 milhões de toneladas de lingotes este ano, devendo passar para 13,1 milhões em 1979. Esse salto será possível com a segunda fase da expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Siderúrgica Paulista e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e a implantação do projeto Siderbrás/Klockner, para aproveitar semi-acabados do Projeto de Tubarão, no Espírito Santo, com a instalação de um laminador para bobinas a quente.

Para laminados não-planos e aços especiais, a capacidade instalada de 4,4 milhões de toneladas por ano em lingotes equivalentes em 1973 deverá passar para 8,3 milhões em 1979, através da expansão e implantação de projetos estatais e privados. A Usina Siderúrgica Mendes Jr. vai implantar uma usina de aços não-planos em Minas Gerais; ela deverá produzir 2 milhões de toneladas anuais a partir de 1978. A Aços Anhangüera e a Companhia Siderúrgica da Guanabara ampliam suas instalações.

Com a implantação da usina de semi-acabados em Tubarão e em Itaquí, no Maranhão, procurar-se-á satisfazer o mercado externo. A Siderbrás participa nos dois projetos com 51% do capital total e o restante pertence a capitais estrangeiros. Com Tubarão, espera-se uma capacidade de 3 milhões de toneladas por ano já em 1977, mas apenas metade se destinará à exportação, porque o restante vai ser laminado pela usina Siderbrás/Klockner. Em 1980, Tubarão deverá estar produzindo 6 milhões de toneladas; finda a primeira etapa de Itaquí, deve-se chegar a 10 milhões de toneladas de semi-acabados. As fundições de ferro e aço estão trabalhando atualmente com capacidade ociosa e com tecnologia deficiente. O consumo interno deverá crescer 13% ao ano, atingindo 1,96 milhão de toneladas por ano em 1979, sendo 1,77 milhão de ferro e 190 mil de aço. A atual capacidade (1,2 milhão de toneladas por ano) é insuficiente para a demanda presente, mesmo que se aumente a produtividade das fundições. Os planos de expansão das ferrovias e da construção naval vão estimular o crescimento do setor, pelo lado da demanda, que será apoiado pelo Governo, visando a um menor gasto com as importações. No primeiro semestre deste ano, comprou-se do exterior 2 milhões de toneladas de ferro fundido e aço (mais 244,4% em relação ao mesmo período de 1973), o que acarretou um dispêndio de 730,7 milhões de dólares, 342,2% mais do que em 1973.

As forjarias de aço continuam apresentando uma boa evolução, graças

à demanda da indústria automotiva. O nível de utilização da capacidade é bastante razoável, com a produção enfrentando problemas de oferta interna de aço especial, o que vem obrigando o setor a importar. A demanda de forjados de aço deve crescer 14,3% ao ano, atingindo 419 mil toneladas por ano em 1979. A capacidade atual das forjarias é de 207 mil toneladas anuais e os projetos de ampliação conhecidos visam a chegar a 296 mil. Porém, de acordo com o consumo previsto para 1979, serão necessárias mais 123 mil toneladas para equilibrar o mercado.

As metalúrgicas que trabalham com metais não-ferrosos (alumínio, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel) estão apresentando uma oferta insuficiente, em grande parte devido à limitada produção nacional de minério. A oferta interna dos três principais produtos — alumínio, zinco e cobre — vem sendo suplementada pelas importações que, no primeiro semestre deste ano, alcançaram 155 mil toneladas (48,2% mais do que no mesmo período de 1973), no valor de 254 mil dólares (mais 288,3% em relação a 1973). A oferta interna deficitária é resultante também da pequena capacidade instalada nas unidades de transformação dos metais, além da relativa heterogeneidade tecnológica do setor, que apresenta algumas usinas operando em escala não econômica. Por todos esses problemas, o setor receberá apoio considerável do Governo: o Programa de Insumo Básico do BNDE prevê investimentos de 2,2 bilhões de cruzeiros para a metalurgia dos não-ferrosos entre 1974 e 1978; a Fibase vai colaborar com capital de risco e o CDI com isenções para equipamentos importados.

O consumo de alumínio deve crescer 13,2% ao ano até 1979, alcançando nesse ano 350 mil toneladas. Como a capacidade em 1979 deverá estar por volta de 190 mil t (contra 120 mil t em 1973), a oferta só cobrirá 55% do mercado interno. A bauxita da região do rio Trombetas poderá satisfazer a demanda do setor, mas, como é indispensável ter energia elétrica para produzir alumínio, o projeto vai depender também da construção da hidroelétrica do Pará; essa usina só estará pronta em 1980 e, portanto, a extração do minério se fará para exportação, ao menos numa primeira fase. As três fábricas que produzem alumínio têm projetos de expansão: a Alcoa — Companhia Mineira de Alumínio, de 30 mil toneladas para 70 mil em 1978; a Votorantim — Companhia Brasileira de Alumínio, de 30 mil t para 42 mil em 1975 e 70 mil em 1976; a Alcan — Alumínio Minas Gerais, de 55 mil t este ano para 100 mil futuramente.

O aumento do consumo de estanho está previsto em 4,2% ao ano, com 4 mil toneladas em 1979. A oferta interna é suficiente para satisfazer o mercado nos próximos anos. A demanda de cobre em 1979 deve alcançar 186 mil toneladas, apresen-

Produtos	Consumo		Capacidade		Necessidade de acréscimo da capacidade
	1973	1979	Atual	Programada	
Química (1.000 t)					
Acido sulfúrico	1.320	4.226	973	3.388	838
Soda cáustica e barrilha (em Ba ₂ O)	385	826	255	700	126
Cloro	253	1.059	200	593	466
Fertilizantes	2.000	3.600	561	1.199	2.401
Resinas termoplásticas	316	1.044	358	891	153
Resinas termoestáveis	85	175	92	107	68
Fibras artificiais e sintéticas	162	287	140	253	34
Elastômeros sintéticos	131	281	106	239	42
Detergentes sintéticos	39	98	27	75	23
Eteno	286	921	193	741	180
Amônia	675	1.712	268	577	1.135

Fonte: IPEA

A indústria química receberá maiores incentivos

tando um crescimento anual de 12,6%. A capacidade atual é de 10 mil t e a única saída dentro do país — o projeto de metalurgia de cobre na Bahia — pode elevar a capacidade para 80 mil, não sendo portanto suficiente. O Governo está procurando participar de explorações no exterior, no Chile principalmente.

O consumo de zinco deverá crescer 12,2% ao ano, com a oferta interna bem abaixo das necessidades — 58 mil toneladas, para uma demanda de 179 mil t em 1979. A Companhia Mineira de Metais (Votorantim) dobrará sua capacidade para 50 mil t em 1975, mas a Inga Companhia Mercantil e Industrial não tem planos para elevar sua capacidade atual de 7.200 t.

A produção nacional de chumbo vai continuar insuficiente ainda durante alguns anos, pois a capacidade atual (35 mil t) está muito aquém da demanda (57 mil t em 1973) e não existem planos de expansão. O consumo vai crescer 9,2% ao ano, chegando em 1979 a 95 mil t.

Química

Desde 1967 o consumo de produtos da indústria química vem crescendo 19,2% ao ano, esperando-se nos próximos anos que essa taxa se situe em 12,9%. A produção nacional deve cobrir 92% do consumo em 1979, quando o valor da produção estará por volta de 140 bilhões de cruzeiros. Entre 1975 e 1979, estão previstos (no II PND) investimentos de 59 bilhões de cruzeiros por parte do Governo e do setor privado, de modo a reduzir os gastos com as importações de produtos químicos inorgânicos, que alcançaram 115 milhões de dólares (CIF) no primeiro semestre deste ano, contra 46 milhões no primeiro semestre de 1973.

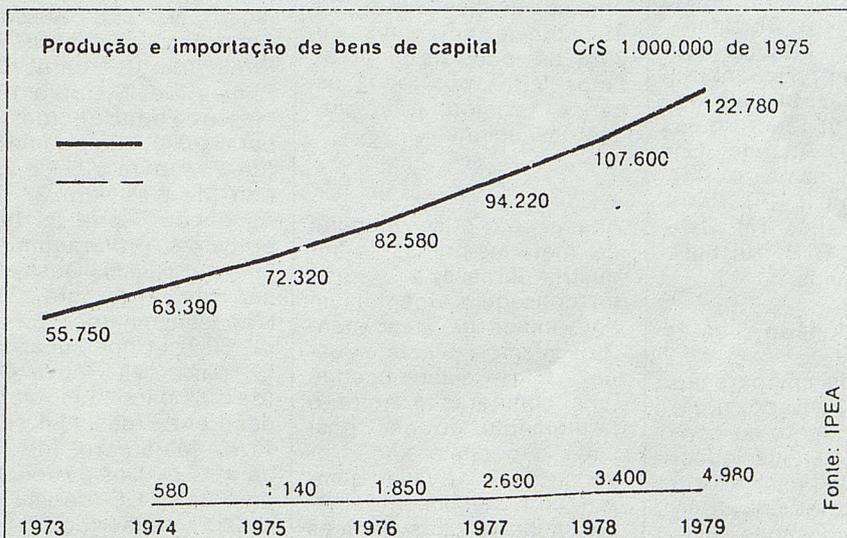
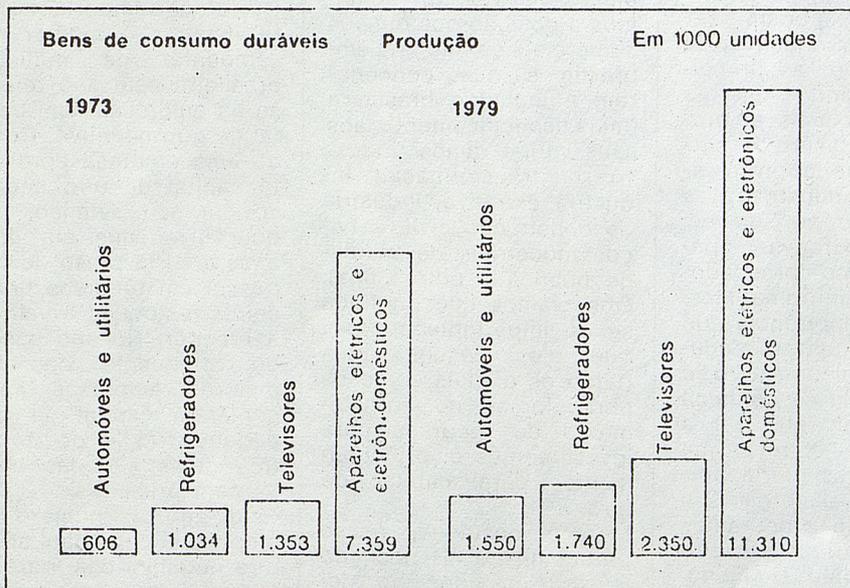
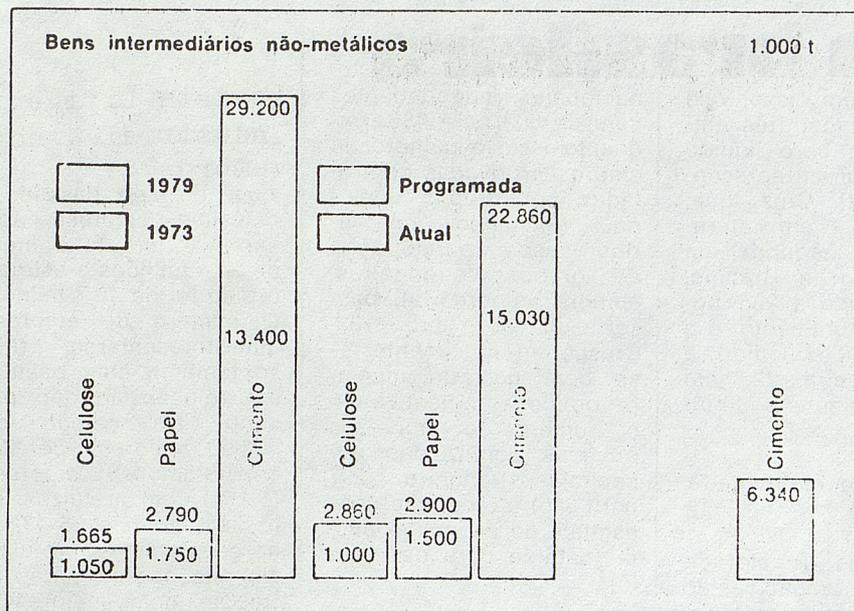
Bens intermediários

O consumo de minerais não-metálicos cresceu 16% ao ano nos últimos anos, enquanto o de papel e celulose aumentou 10,5%. No ramo dos minerais não-metálicos destaca-se o cimento, que vem apresentando um bom crescimento devido ao boom imobiliário residencial e às obras públicas. As indústrias de papel e celulose serão grandemente incentivadas, de modo a tornar o país auto-suficiente; hoje a dependência do exterior está em 60%, para papéis. Os investimentos previstos em celulose e papel pelo BNDE, em seu Programa de Insumos Básicos, saltarão de 190 milhões de cruzeiros, em 1974, para 1,4 bilhão em 1978. Até 1979, o consumo de minerais não-metálicos crescerá 13,4% ao ano e o de papel e celulose, 14,4% ao ano.

Bens de consumo

As indústrias de bens de consumo duráveis já estão suficientemente fortalecidas, apresentando, na maioria dos casos, uma produção acima das necessidades do mercado. As perspectivas para o setor não são tão favoráveis como nos últimos anos. A taxa de crescimento de 16,2% ao ano entre 1966 e 1969 e de 15,7% ao ano entre 1969 e 1973 deverá agora sofrer redução em alguns ramos (automobilístico, por exemplo) e estabilização em outros.

As indústrias de bens de consumo não duráveis são as de menor dinamismo entre as indústrias de transformação e deverão ainda passar alguns anos crescendo a taxas moderadas. O crescimento do valor da produção nos últimos anos (8,5% ao ano) deve persistir em futuro próximo. Os investimentos previstos no II PND para o setor (58,1 bilhões de cruzeiros)



são superiores aos esperados, na medida em que a produção apresenta taxa de crescimento muito baixa e a capacidade ociosa é muito alta.

Como o consumo para a indústria têxtil deverá crescer 6,2% ao ano, a exportação terá papel muito importante. Prevê-se um aumento de 11% nos próximos anos na exportação, o que dará ao país 1,6 bilhão de cruzeiros nas vendas de têxteis para o exterior em 1979, correspondendo a 3,2% do valor da produção nesse ano (51 bilhões de cruzeiros).

Para o ramo de vestuário e calçados, o aumento do consumo será de 10,5% ao ano, sendo que as exportações deverão crescer 20% ao ano. Em 1973 a exportação do subsetor alcançou 530 milhões de cruzeiros e para 1979 espera-se um valor total de 1,9 bilhão. Graças a essas exportações, o valor da produção deverá crescer 11,1% ao ano nos próximos anos, atingindo 23,9 bilhões de cruzeiros em 1979.

As indústrias de produtos alimentícios estão passando por crescentes inovações tecnológicas, mas mesmo assim a absorção de mão-de-obra pelo setor deverá situar-se em 3,3% ao ano. O crescimento dessas indústrias estará calcado em grande parte nas exportações, que se expandirão a uma taxa de 16% ao ano, contra 3,1% ao ano do consumo interno. O valor estimado da produção para 1979 é de 122 bilhões de cruzeiros, portanto um crescimento anual de 9,3%.

Para o setor de bebidas, as perspectivas são de um consumo que crescerá 6,2% ao ano; o valor de produção subirá 6,3% anualmente, atingindo, em 1979, 9 bilhões de cruzeiros. Como o setor trabalha quase que a plena capacidade (94%), serão precisos novos investimentos para acompanhar o crescimento da demanda.

As empresas do setor de fumo podem esperar um crescimento da demanda interna de 7,4% ao ano, nos próximos anos; o aumento da população traz implícito novos consumidores para esse mercado que cada vez mais tem menos donos; a concentração no setor é grande. Em 1979, espera-se que o valor da produção alcance 5,4 bilhões de cruzeiros.

Apesar de um crescimento esperado da demanda em torno de 7% ao ano, o setor editorial e gráfico talvez não consiga acompanhar essa taxa devido ao crescente custo do papel. Em um setor onde predomina a pequena e média empresa, num total de aproximadamente 5 mil estabelecimentos, as que conseguirem fazer modernizações deverão superar os problemas dos custos da matéria-prima básica, através de uma maior produtividade. As exportações desse setor devem crescer 14% ao ano, mas pouco significarão em termos de valor da produção, que estará por volta de 11,2 bilhões de cruzeiros em 1979.

Radiografia da indústria brasileira

Foi um ano de dificuldades. De um lado, quase todas as indústrias enfrentaram, pelo menos no fim do exercício, a retração do crédito. De outro, continuou a escassez mundial de matérias-primas, com uma elevação acentuada nos seus preços. Mas, mesmo diante desses obstáculos, a indústria brasileira cresceu bem: seu faturamento médio conseguiu ficar acima dos índices de inflação admitidos pelo Governo.

É o que mostra esta verdadeira radiografia financeira, na qual uma rápida análise leva à conclusão de que, como um todo, o grupo das mil maiores empresas industriais que operam no país se deslocou sensivelmente para cima.

O destaque, mais uma vez, ficou para a Petrobrás, que conseguiu aumentar em 49,7% seu faturamento durante o último exercício, sendo a empresa brasileira melhor situada sempre que se fala em valores absolutos de cruzeros. Além disso, também é a que tem maior número de empregados e a que mais cresceu em valores absolutos de faturamento, patrimônio líquido e lucro líquido.

As cinco primeiras do ano passado são também as cinco primeiras deste ano. E, entre as trinta maiores, há três novas: Chrysler, Olvebra e Samrig. O caso que mais impressiona é o da Chrysler, que passou do 401.º lugar, no ano passado, para 18.º neste ano, com um crescimento nominal no seu faturamento de 1.732,5%. Perderam seu lugar entre as maiores trinta a Votorantim (a maior queda: passando de 20.ª para 36.ª), a Gessy Lever e a Mannesmann. Nas demais posições deste grupo houve apenas ligeiras trocas.

Dois outros fatos merecem atenção, pois também revelam uma evolução: diminuiu o número de empresas com prejuízo (eram 51 no ano passado; agora são apenas 35) e também caiu o número de indústrias com capital de giro negativo (passando de 50

para 45). Além disso, vale a pena destacar três empresas pelo lucro líquido que conseguiram apresentar: a Souza Cruz, que, sendo a 11.ª em faturamento, é a segunda em lucro líquido; a Brahma, que, ocupando a 26.ª posição em faturamento, é a oitava em lucro líquido; e a Belgo-Mineira, 22.ª em faturamento, sétima em lucro líquido.

Empresas de eletricidade e mineração

As empresas de eletricidade e mineração estão agrupadas em duas tabelas independentes. E foram classificadas separadamente porque, evidentemente, não podem ser consideradas indústrias de transformação: as primeiras, produzindo energia elétrica, são mais empresas de prestação de serviços, fornecendo infraestrutura às indústrias; as de mineração, por sua vez, são mais extrativas, aparecendo como fornecedoras de matéria-prima. Mas, dada a importância de ambos os grupos no quadro industrial brasileiro, é essencial que se conheça o seu desempenho.

Sua inclusão entre as mil maiores representaria, portanto, uma distorção no conceito que procuramos dar à indústria nesta edição. De qualquer modo, apenas a título de ilustração, se fossem incluídas, a lista das vinte primeiras ficaria assim: 1) Petrobrás; 2) Volkswagen; 3) Shell; 4) General Motors; 5) Light; 6) Ford; 7) Sanbra; 8) Copersucar; 9) Vale do Rio Doce; 10) Siderúrgica Nacional; 11) Atlantic; 12) Pirelli; 13) Souza Cruz; 14) Mercedes-Benz; 15) Rhodia; 16) Nestlé; 17) Usiminas; 18) CESP; 19) Furnas; 20) Philips.

Controle acionário

Fazendo uma comparação com o ano passado, notamos que o quadro de controle acionário das indústrias que compõem a lista das mil maiores sofreu algumas modificações, uma delas bastante significativa: o número de empresas

nacionais independentes caiu de 603 para 485. Enquanto isso, o número de empresas privadas controladas por grupos nacionais (incluindo, em vários casos, participação de grupos estrangeiros, embora minoritária) passou de 86 para 183. Cresceram igualmente — se bem que de maneira pouco significativa — o número de empresas privadas controladas por capital estrangeiro (297 para 315) e o de empresas estatais de economia mista (catorze para dezesse- te).

Crédito

Mais uma vez apresentamos a posição dos bancos comerciais quanto aos empréstimos que concederam à indústria brasileira (mais especificamente, aos seus vários ramos: indústria de transformação, indústria extrativa, indústria da construção civil, serviços industriais de utilidade pública e outros fins). Observamos que continua sendo importante o papel que eles desempenham (tanto os oficiais como os particulares) no fornecimento de recursos para investimentos e, principalmente, para capital de giro.

Merece destaque, nesse particular, o Banco do Brasil, que, sozinho, foi responsável por mais de 50% do total dos recursos colocados pelos bancos oficiais à disposição da indústria e por mais de 30% de todos os empréstimos feitos por todos os bancos comerciais à indústria nacional.

.

Apesar da crise mundial de matérias-primas, a indústria brasileira parece ter conseguido manter um bom índice de crescimento. Podemos constatar esse fato estabelecendo uma comparação entre o faturamento do ano passado e o deste ano. Observaremos, quase sempre, um crescimento médio superior aos índices de inflação admitidos pelo Governo. Tanto assim

Revista Dirigente Industrial - novembro 74.

que, no ano passado, a milésima empresa apresentava um faturamento de 24,4 milhões e este ano o piso foi de 40,7 milhões. O número de empresas que apresentaram prejuízo também caiu bastante em relação ao ano passado. Na edição das "1.000 Maiores" de 1973 constatamos 51 empresas (5,1%) com prejuízos. Este ano, apenas 35 (3,5%) apresentaram prejuízos. No ano passado, três entre as cem maiores — 61.ª, 80.ª e 84.ª — tiveram prejuízos; este ano, apenas uma — 98.ª.

Outro dado importante para mostrar o melhor desempenho da indústria brasileira este ano refere-se às empresas com capital de giro negativo. Quando uma empresa apresenta capital de giro negativo em seu balanço, isto quer dizer que ela deve mais a curto prazo do que possui em recursos financeiros, estoques e valores a receber. No ano passado, cinquenta das mil maiores empresas apresentaram capital de giro negativo (5% do total), três delas situadas entre as cem primeiras.

Este ano, o número de empresas com capital de giro negativo caiu para 45 (4,5% do total) e apenas uma está entre as cem primeiras.

Algumas evoluções em relação ao ano passado: Sanbra (de 7.ª para 6.ª), Pirelli (de 12.ª para 10.ª), Philips (de 19.ª para 16.ª), Massey-Ferguson (de 23.ª para 20.ª), Belgo-Mineira (de 25.ª para 22.ª) e Bordon (de 30.ª para 27.ª).

As quedas entre as trinta primeiras: Votorantim (de 20.ª para 36.ª), Gessy Lever (de 22.ª para 38.ª), Mannesmann (de 28.ª para 32.ª), Copersucar (de 6.ª para 7.ª), Souza Cruz (de 10.ª para 11.ª), Mercedes-Benz (de 11.ª para 12.ª), Matarazzo (de 16.ª para 17.ª), Cosipa (de 18.ª para 24.ª), GE (de 24.ª para 25.ª), União (de 27.ª para 29.ª) e Goodyear (de 29.ª para 30.ª).

Pensar com mais ousadia no mercado interno

Rev. VEJA - 1-01-75

Um incansável leitor de textos acadêmicos sobre história, particularmente interessado no marquês de Pombal, o ministro que realizou a dura obra de restauração da monarquia absoluta em Portugal — nos fins do século XVII —, assim é Severo Fagundes Gomes, o ministro da Indústria e do Comércio. Após nove meses no cargo, ele conseguiu transformar a sua área de atuação no governo num tema para densos e proveitosos debates. Como aquele que manteve, recentemente, com cerca de 150 estudantes da Universidade de Brasília por quase quatro horas. “O erro não tem vida própria. Como o sonho, vive do pedaço de realidade que nele se contém”, disse o ministro na ocasião. “Por este motivo, os grandes erros serão sempre a distorção de grandes verdades.” Paulista de 50 anos, advogado, ex-ministro da Agricultura no período Castelo Branco, fazendeiro e agora disciplinado e assíduo aluno de pilotagem nas aulas dominicais no Aeroclube de Luziânia (pequena cidade a 50 quilômetros do Distrito Federal), o liberal Severo Gomes recebeu André Gustavo Stumpf, chefe da sucursal de VEJA em Brasília, para uma longa conversa em torno dos aspectos mais incisivos da política econômica brasileira:

VEJA — Em recente debate com universitários de Brasília o senhor classificou o desenvolvimento brasileiro como periférico e dependente. Esta é uma expressão muito comum entre os críticos do modelo brasileiro.

SEVERO GOMES — *Ninguém desconhece que, afinal de contas, nossa dependência foi muito maior no passado. É importante ter consciência dos objetivos e das necessidades que tivemos num determinado momento, quando se assumiram certas atitudes ligadas a situações históricas. Se pensarmos no que ocorreu em anos recentes, há que se reconhecer um elevado grau de dependência externa. Cada vez mais, porém, temos instrumentos para reduzir o nível dessa herança.*

VEJA — Quais seriam as ferramentas para realizar tal operação?

SEVERO GOMES — *Penso que as linhas de ação neste campo são: 1) desenvolvimento de uma indústria de bens de capital; 2) desenvolvimento tecnológico; e 3) fortalecimento da empresa nacional.*

VEJA — O raciocínio nos leva a um controle mais ativo sobre os investimentos estrangeiros?

SEVERO GOMES — *Independência econômica e capital estrangeiro não são necessariamente conflitantes. O que importa é saber como o investidor vem e, mais importante, o que vem fazer. Acho que hoje existe um campo muito grande para tais investimentos, como, por exemplo, na produção de alumínio e de fertilizantes no Brasil. Não há conflito visível como consequência dessas atividades.*

VEJA — Mas haveria áreas de choque, por exemplo, entre empresas estatais ligadas à energia e as multinacionais?

SEVERO GOMES — *Um conflito nesses termos poderia ocorrer evidentemente em momento determinado, sem se propagar ao instante subsequente. É natural que possam ocorrer choques quando a redução da dependência não seja do interesse da empresa estrangeira. Podemos ter limitações: de investimentos, tecnologia ou outros aspectos. Mas jamais contradições que venham ferir a possibilidade de uma união dentro do país. Esses conflitos poderiam até mesmo alterar as regras do jogo de ação das multinacionais. No entanto este é um fenômeno que ocorre em todo o mundo.*

VEJA — Qual seria a doutrina que envolve este “jogo de ação”?

SEVERO GOMES — *O importante é que o investimento estrangeiro se aplique em atividade da nossa conveniência e que seja feito com capital de risco em lugar de empréstimos. A transferência de tecnologia é outro aspecto sedutor, desde que a indústria aqui instalada traga efetivamente seus conhecimentos. O que nos incomoda é a empresa estrangeira desmemoriada, que ainda paga assistência técnica à matriz pela informação tecnológica que já não pode desconhecer, fugindo assim de uma parte importante do interesse nacional no investimento.*

VEJA — Como, então, julgar cada proposta de investimento estrangeiro?

SEVERO GOMES — *Por um grande número de pequenas coisas. Não se pode tomar o caminho maniqueísta, recusando simplesmente o capital estrangeiro ou favorecendo sua absorção a qualquer preço. A questão deve ser resolvida por negociações constantes, onde nossa posição melhora dia a dia, na medida em que o país se torna economicamente mais forte. Os vários tipos de investimento devem sofrer julgamentos diários do equilíbrio de interesses envolvidos.*

VEJA — Estas negociações pragmáticas não provocariam perigosas confusões? Não seria útil estabelecer uma base firme de conceitos?

SEVERO GOMES — *O perigo está em abandonar a realidade enquanto se procura marchar sobre belos roteiros apoiados em idealizações. Ou seja, poderíamos inventar uma nova nação chamada Brasil, descrita apenas no cérebro do negociador, que desconheceria nossas limitações reais. Da mesma forma, não devemos ignorar nossa força, inclusive a de poder negociar da melhor maneira possível. É claro que o investidor estrangeiro vem ao Brasil procurando otimizar seus lucros, obter maiores vantagens. Precisamos recebê-lo manejando as relações de interesse que estão em jogo e que mudam constantemente.*

VEJA — Isto justificaria, por exemplo, a busca de um desenvolvimento de melhor qualidade, mesmo à custa de concessões na taxa de velocidade da expansão industrial?

SEVERO GOMES — *O crescimento da economia é necessário para a melhoria das condições de vida. Mas o custo social do desenvolvimento ou seus efeitos destruidores sobre a natureza devem ser considerados. No fundo, é preciso reconhecer que os mecanismos do mercado não são suficientes para identificar as aspirações humanas.*

VEJA — Mas não é o empresário que faz as opções? E, para ele, o mercado não é um ponto de referência decisivo?

SEVERO GOMES — *No panorama mundial, o desenvolvimento econômico e tecnológico foi orientado, nestes últimos trinta anos, pelas atividades bélicas ou pela competição no mercado. Mesmo que este não possa (e, na verdade, pode) ser manipulado, seus mecanismos baseiam-se no interesse individual dos consumidores, que muitas vezes conflita com o dos próprios consumidores, como um todo.*

VEJA — Mas o que poderia substituir o mercado como referência do interesse coletivo?

SEVERO GOMES — *O mercado é ainda um instrumento importante para a condução das decisões. Mas é insuficiente. Por ele não se podem conhecer as necessidades de uma coletividade em termos de saúde, transporte, educação, etc. Daí a importância da ação do Estado, com sua interferência para resguardar este mesmo interesse coletivo, cuja expressão não ocorre através do indivíduo isolado, mas por instituições. Alianças*

socials, partidos políticos e universidades são o que pode interpretar o desejo coletivo.

VEJA — E o Estado?

SEVERO GOMES — Bem, sua função é a de harmonizar os interesses conflitantes dentro da sociedade, sejam eles setoriais (nacional e estrangeiro, rural e urbano), regionais (regiões atrasadas e desenvolvidas) ou de classe (distribuição da renda, por exemplo). Harmonizar não quer dizer fazer média, mas compartilhar esses interesses com a aspiração política nacional, com a sociedade que se deseja construir e da qual o Estado deve ser a expressão.

VEJA — E qual a sociedade que se deseja construir? Ela não deveria ser o produto de um desejo coletivo? As instituições formais de representação tendem a retomar seu papel?

SEVERO GOMES — Pode-se dizer que um dos aspectos negativos dos últimos anos foi a desagregação e a falta de representatividade da sociedade civil, vista de um modo geral. Não se trata de imaginar um arquétipo de sociedade, que sempre se constitui numa fantasia. Mas de reconhecer que a nação não pode prescindir de instrumentos sociais de representação. Acredito que estamos marchando no sentido de uma elaboração social mais complexa e expressiva, principalmente no plano da política, como um sinal de amadurecimento dos tempos atuais. Tem-se a consciência de que a disputa dentro da sociedade, o jogo de interesses, as pressões dos grupos sociais constituem um fenômeno político natural. Há clareza de que este exercício não implica o desejo de destruir o opositor; de que não é preciso destruir para existir.

VEJA — Como sua cota de contribuição a este processo de distensão, o governo estaria disposto

a aceitar um crescimento econômico mais lento, ofertando em contrapartida uma melhor distribuição da renda nacional?

SEVERO GOMES — A distribuição da riqueza pode influir negativamente, a curto prazo, no vulto dos investimentos necessários ao país. O desenvolvimento, no entanto, também deve ser avaliado por outros aspectos que não a simples taxa de expansão do Produto Nacional Bruto. A industrialização das regiões atrasadas, o controle da poluição e uma efetiva distribuição da renda pela melhoria dos salários reais são diretrizes qualitativas que podem, muitas vezes, limitar com vantagem um crescimento puro.

VEJA — A descoberta do petróleo pode favorecer a qualidade ou a quantidade do desenvolvimento brasileiro. Qual a melhor opção?

SEVERO GOMES — É inegável que uma descoberta como a do litoral do Rio de Janeiro muda muita coisa. Primeiro, é a própria atitude psicológica do país que visivelmente se altera. Depois, modificam-se as possibilidades da nação, que passa a contar com uma maior liberdade para decisões. O empresário tem à sua frente perspectivas de investimento incomparavelmente melhores. Mas acho perigoso fazer previsões sobre a atividade econômica. Não há dúvida de que o petróleo será uma alavanca poderosa. Hoje, por exemplo, o Brasil precisa conceder incentivos fiscais para a exportação. Estes estímulos significam, na verdade, vender mais barato para o consumidor externo. Com a possibilidade de reduzir tal sacrifício, vislumbrada através da conquista de uma balança comercial mais equilibrada, pode-se pensar com mais ousadia no desenvolvimento do mercado interno, que deve representar a mais importante questão na ordem da política econômica.

SEVERO GOMES DEFINE PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

O GLOBO - 27-12-74

O Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Fagundes Gomes, defendeu ontem no Rio a participação estatal na economia. Disse, entretanto, que a iniciativa privada deve ser estimulada de todas as maneiras e que essa é uma constante preocupação do Governo

Severo Gomes reconheceu que o aumento das iniciativas do Estado provocou uma continuada polémica em torno de seus supostos ou verdadeiros méritos ou malefícios. Ante essa situação, o Ministro destacou que não se deve limitar a ação do Estado, sempre que a empresa privada não seja capaz de cumprir uma tarefa básica e necessária. Assinalou que amplos setores da economia, como petróleo, siderurgia e energia, ou seriam controlados pelo Estado ou pelas empresas estrangeiras, o que resultaria em um poder externo de dimensão intolerável e incompatível com a própria existência de um país independente.

O pronunciamento do ministro Severo Gomes foi feito em almoço de fim de ano oferecido aos presidentes e

altos funcionários de empresas e autarquias subordinadas ao ministério da Indústria e do Comércio, na nova sede do Jockey Club do Rio de Janeiro.

É a seguinte a íntegra de seu pronunciamento, segundo o original manuscrito pelo próprio ministro e distribuído à imprensa:

"A atividade econômica desenvolvida pelos grandes empreendimentos estatais tem marcado o perfil da economia brasileira nestes últimos 30 anos.

O crescimento dessas iniciativas provocou uma continuada polémica em torno de seus supostos ou verdadeiros méritos ou malefícios.

A presença neste almoço dos dirigentes de um grande número de empresas e institutos responsáveis pe-

la participação do Estado na vida econômica é boa oportunidade para trazer uma contribuição a esse debate, tão atual e tão importante para a definição de políticas na área econômica.

Uma justificativa

É preciso lembrar que o empresário nacional não estava habilitado em recursos e tecnologia para tomar a seu cargo as grandes iniciativas assumidas pelo Estado. Cumpre assinalar, também, que muitas dessas iniciativas não apresentavam uma perspectiva de rentabilidade, indispensável à motivação empresarial.

Aguardar o lento aparecimento de condições favoráveis seria condenar o País ao atraso. Admitir por outro lado que os amplos setores da siderurgia, petróleo, energia, transportes e tantos outros viessem a ser ocupados pelas empresas estrangeiras, seria aceitar um poder externo de dimensão intolerável na economia e incompatível com a própria existência de um País independente.

Tivesse a história corrido por essa vertente, e os antagonismos gerados desbordariam, certamente, para a rutura violenta e revolucionária.

O papel histórico das empresas estatais superou, assim, o horizonte da economia para vida social e política, compondo uma paisagem original e propícia a um desenvolvimento menos dependente e a preservação de valores históricos e culturais.

A participação do Estado na economia é hoje muito grande. Devemos, por isso mesmo, estimular por todas as maneiras a iniciativa privada, e esta tem sido uma constante preocupação do Governo, para o indispensável fortalecimento do empresariado nacional e para a vitalização da economia do mercado.

Não devemos, no entanto, limitar a ação do Estado, sempre que a empresa privada não seja capaz de cumprir uma tarefa básica e necessária.

GUDIN DESTACA EFICÁCIA DA PRIVATIZAÇÃO

ESP.-15-12-74

"Quero de início confessar a emoção que me infunde a presença nesta sala de tantos e tão bons amigos que tiveram a bondade de aqui comparecer, para trazer-me a expressão de sua simpatia, de sua amizade, e de seu apreço.

A Revolução

As Forças Armadas assumiram o poder. Mas o fizeram através de um dos grandes vultos da história nacional, o estadista Humberto de Alencar Castello Branco, que deu as maiores provas de desambição e que tudo fez para restabelecer o respeito à tradição do poder moderador. Era um general, que como dizia madame de Stael de Napoleão, mais parecia sair da Enciclopédia do que da Escola Militar.

Depois de Castello Branco tivemos, nos últimos sete anos, governos chefiados por militares patriotas e dedicados, mas com pouca propensão ao diálogo e mais afeitos ao governo hermético. Prosseguiram, com grande proveito para o país, a obra de restauração econômica. O que se deve, em grande parte, ao fator "tranquilidade" de que gozavam esses governos, em contraste com a "agitação" inseparável da plena democracia, mesmo em países de bem mais alta educação política do que a nossa, como a França, a Itália e a Inglaterra.

Nosso problema político não pode ser equacionado em termos de volta à democracia. Porque não se pode voltar ao que nunca existiu. Voltar só poderia ser ao regime de oligarquia de 1891-1930 ou à ditadura de 1930-1945. Em política não se volta ao que era. Evolui-se para uma situação condizente com as circunstâncias, a época e as lições da experiência. Seria uma imprudência cedermos à tentação ideológica — conquanto de certo sedutora — de um regime de plena democracia, sem os necessários parapeitos de resguardo contra os abusos, que poderiam destruí-la.

Um dos estrangeiros mais afeiçoados ao Brasil, Lincoln Gordon, escreveu que na América Latina, a democracia é uma planta fragil.

Resolver o mais difícil de todos os problemas humanos, qual o de estabelecer um governo, escolhido pela maioria, mas agindo dentro da Lei e com respeito aos direitos da minoria, é tarefa que exige um alto padrão de educação política.

Compromisso

Estas reflexões não são estranhas ao espírito do presidente Ernesto Geisel. Em seu discurso inaugural comprometeu-se sua excelência a "enviar sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo e estimulando uma maior participação das elites". Acrescentou, com real sabedoria, que precisamos adaptar as práticas democráticas às condi-

terísticas do nosso país e ao estágio alcançado por sua evolução social e política.

E' difícil dizer melhor. A execução é sem dúvida delicada. Mas as diretrizes aí estão traçadas. O que tem dificultado a execução é o hermetismo, que faz lembrar o caso daquele Nathanael, de André Gide, que se guiava pela luz da lâmpada que ele próprio empunhava. E' preciso abrir o diálogo.

Havemos de caminhar, dentro da filosofia exposta pelo presidente, para um sistema que não se afaste dos princípios da Constituição de 1967, assinada por Castello Branco, de quem os generais Geisel e Golbery foram dedicados colaboradores.

Começando por devolver ao Poder Judiciário as garantias de inteira independência, inerente à sua função em um país civilizado. Restabelecendo a vigência dos direitos fundamentais, mas ao mesmo tempo formulando e promulgando leis eficazes de salvaguarda e de remédios legais, prontos e seguros, indispensáveis à garantia da ordem e da segurança para o exercício do governo.

Que mais vos direi eu, meus caros amigos, senão que o resto é história contemporânea que conheceis melhor do que eu e que não há de ser contada por um retardatário sobrando do Século XIX.

Minha qualidade de economista, mesmo ultrapassado, não permite entretanto omitir-me diante da obra realizada pela Revolução.

Vivemos numa fase marcante da história econômica do mundo ocidental. Os padrões tradicionais das nações líderes de nossa civilização estão passando por sérias vicissitudes, sem que se possa antever com segurança o rumo que tomarão.

O flagelo atual

Um dos flagelos que torturam os governos, no mundo atual, é a inflação. O surto-violento e incontornável verificado na Alemanha de após a I Guerra ensinara ao mundo tudo quanto lhe faltava saber sobre inflação. Mas poucos anos depois, foi a economia mundial assaltada por outro mal, ainda mais perfido e de mais trágicas repercussões: a grande depressão, que, surgida nos Estados Unidos e na Europa no início dos anos 30, invadiu o mundo inteiro.

O combate à depressão, a manutenção do pleno emprego e o desenvolvimento econômico, passaram assim, depois da II Guerra Mundial, para o primeiro plano dos objetivos que as nações deveriam perseguir. Nos Estados Unidos introduziu-se na Constituição a obrigação para o governo de manter o pleno emprego.

Mas aí aparece um conflito. E' que na realidade os objetivos da maximização do Produto Nacional Bruto e da minimização do desemprego de um lado, e do controle da in-

flação de outro, são conflitantes. Certa vez comparei o caso com o de uma locomotiva da qual se exigia o máximo esforço de tração, mas à qual se vedava uma pressão elevada na caldeira.

Se os governos da Revolução que sucederam ao do presidente Castello Branco tivessem continuado sua política antiinflacionária, teríamos hoje acabado com a inflação. Mas não teríamos realizado o chamado "milagre econômico".

Do entrechoque das providências adotadas pelos governos, em um e em outro sentido, chegou-se, em vários países desenvolvidos ao estranho fenômeno da chamada estagflação, conúbio espúrio da depressão e da inflação.

A desordem monetária

Foi assim que se implantou no mundo a desordem monetária, com taxas cambiais flutuantes e imprevisíveis.

A esse fator de desordem veio se sobrepor o flagelo da quadruplicação repentina dos preços do petróleo, por obra de um cartel organizado pelos países árabes contra o resto do mundo.

Envolvidos por esses dois flagelos, o da desordem monetária e do desequilíbrio dos balanços de pagamentos, mesmo as nações mais experientes e mais desenvolvidas têm sido vítimas de insidiosa inflação. E' que a inflação não é mais, como era até 1930, um fenômeno, puramente econômico. Passou a ser uma questão política, qual a de saber até que ponto a opinião pública aceita ou rejeita as medidas antiinflacionárias.

Mário Henrique Simonsen tem repetidamente lembrado que fazemos parte deste planeta. E já seu colega Cournot dizia, há mais de um século, que o homem é concessionário geral do planeta.

Vulneráveis, como somos, diante da necessidade da importação de petróleo, estamos atravessando um dos períodos mais atormentados de nossa história econômica. Graças à feliz inspiração do presidente Geisel, temos ao leme da economia nacional talvez o mais capaz dos economistas brasileiros. Mas muito depende do que lhe soprar a Ninfa Egéria para ajudá-lo a romper a leia das dificuldades que o afligem.

A "decolagem" e a estatização

A Revolução de 1964 veio dar à nossa economia um dos maiores impulsos já registrados na história econômica do País, transpondo a etapa da "arrancada" que Walter Rostow cognominou de "decolagem", "take-off", feito que, em vários círculos econômicos, desta e de outros continentes,

tem sido crismado de milagre brasileiro.

Há, contudo, uma observação, que não poderíamos omitir, mesmo neste rápido esboço de nosso panorama econômico. E' o da abrangente estatização da economia nacional.

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão nas mãos das empresas privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas.

Este nosso capitalismo sui generis é muito diverso do da Suécia, onde 90% das atividades econômicas são exercidas pelo setor privado, em que a eficiência é muito maior. O distributivismo vem depois. Ao contrário do que acontece com as empresas privadas, não têm as empresas estatais a preocupação de obter capital para sua expansão e melhoramento, porque esse capital é arrecadado sem dificuldades por um processo parafiscal, em que o consumidor é chamado a supri-lo. Cairmos assim na hipótese assinalada por von Mises em seu livro "Omnipotent Government" em que a quase onipotência econômica conduz à onipotência política.

Os governos autoritários que temos tido desde a revolução têm podido ser quase imunes aos vícios das empresas estatais nos regimes democráticos — ingerência política, empirismo, ineficiência sem sanções. Salvo o excessivo empirismo militar, sobretudo nas empresas estatais, cada vez mais numerosas, o que é incompatível com o exercício do Poder Moderador e com o plano em que se devem situar as Forças Armadas no conjunto nacional.

O excessivo domínio do Estado sobre a economia brasileira já tem sido assinalado na imprensa estrangeira, o que pode prejudicar o afluxo do capital para o país.

Temos agora que enfrentar a dura etapa da atual conjuntura, com espírito de sacrifício e fortaleza de ânimo, na esperança de conseguirmos, dentro de um par de décadas, desvencilhar-nos definitivamente do subdesenvolvimento e tornar-nos lugar entre as grandes nações.

Mais uma vez, muito obrigado, meus caros amigos.

Modelo econômico beneficia o empresariado, diz Veloso

O GLOBO - 21-01-75

"Assim como ocorre em muitos países europeus, o Brasil resolveu desenvolver as áreas de infra-estrutura, principalmente, através de empresas públicas, a fim de poder entregar os setores diretamente produtivos, inclusive dotados de maior rentabilidade, à iniciativa privada, uma vez que esta não poderia cuidar de tudo simultaneamente" — declarou o Ministro do Planejamento, Reis Veloso durante aula inaugural do curso de Economia Brasileira para os Níveis de Doutorado e Mestrado, da Fundação Getúlio Vargas.

Ao analisar as críticas sobre o poder estatizante na economia e a concorrência que a iniciativa privada estaria sofrendo diante da participação governamental em setores básicos, Reis Veloso afirmou que a experiência brasileira de desenvolver a infra-estrutura, através da empresa governamental, tem sido válida. "Se a Revolução, alienadamente e sem senso prático, se houvesse encantado por um modelo capitalista vigente nos Estados Unidos, ou mais apropriadamente, nas manchas solares, não teria havido o milagre brasileiro. E hoje estaríamos tentando juntar os cacos de uma arremetida inconsciente", frisou.

Pronunciamento

É o seguinte, na íntegra, o pronunciamento do Ministro Reis Veloso: "É sempre útil que, de vez em quando, alguém assuma posição extrema, em relação, por exemplo, a assuntos como capital estrangeiro, estatização da economia etc., para permitir uma reavaliação.

O nosso querido Prof. Gudín, combativo e lúcido na vitalidade de sua eterna juventude, deixou de lado, há pouco, o tema da fusão para, como "Homem de Visão", focalizar a "abranhente estatização da economia nacional".

Naquela oportunidade, e na discussão que se seguiu, chegou-se a repetir expressões atribuídas a comentarista no exterior, segundo as quais "o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas".

Para começo de conversa, se isso fosse verdade, o chamado "milagre brasileiro" nunca teria acontecido. Como a indústria, a agricultura e muitos outros setores estão nas mãos da iniciativa privada, não se teriam verificado as taxas de crescimento escandalosas que apresentamos, caso o setor privado vivesse atazanado por um Estado complicador e avassalador.

O fato é que, em muito do debate recente, conduzido em certas áreas em tom alarmista, tem-se negligenciado o elemento fundamental da experiência econômica da Revolução: a aliança, a solidariedade, a informalidade de convívio entre Governo e setor privado. Ainda há pouco, dirigentes de grande empresa multinacional nos dava testemunho de que o clima de relacionamento desconfiado entre homens do Governo e empresários, no Brasil, é algo que dificilmente se encontra, em qualquer outro país.

Muitos regimes latino-americanos têm preconceito contra o lucro. No Brasil, diferentemente, a sociedade, inclusive os meios militares, assimilou a idéia do desenvolvimento pelo setor privado.

Mas vejamos o ponto central da invectiva do Prof. Gudín: "Setores industriais, como os de Energia Elétrica, Siderurgia, Petróleo, Navegação, Portos, Estradas de Ferro, Telefones, Petroquímica, Alcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão nas mãos das empresas privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a Rede Bancária, que controla o crédito para as empresas privadas".

É fato que tais setores, nos Estados Unidos, estão nas mãos da iniciativa privada. Mas, e daí?

Tomando um caso extremo, o último filme de Polanski, "Chinatown", recorda a época em que, em importante cidade americana, o reservatório de água era de propriedade de uma empresa privada. É fácil imaginar as consequências econômicas, sociais e políticas, para tal sociedade, de uma dependência como esta.

A verdade é que estamos, aqui, diante da mais fundamental opção feita pela Revolução, ou seja: como viabilizar o capitalismo (ou, se preferirem, o modelo de mercado) brasileiro.

Não se trata de criar um modelo econômico fora do tempo e do espaço, mas de realizá-lo na década de 70, em nosso país subdesenvolvido.

Não é à toa que, no mundo subdesenvolvido, em maior ou menor escala, campeiam os ventos de nacionalismo e estatização. O Brasil optou pelo regime de mercado, mas sem bancar escoteiro, consentido dos imperativos e condicionantes do atual estágio mundial e nacional, como sejam:

1) A implacável competição econômica e tecnológica dos países que já construíram sua estrutura industrial. Tais países, inclusive, para expansão de investimentos e exportações, dispõem de empresas multinacionais gigantescas, cuja produção é superior ao PIB de muitas nações. O Brasil é uma economia emergente, neste quadro em que tantas já têm posição consolidada.

2) Os condicionantes tecnológicos da economia moderna, que exige, para setores complexos, grandes empreendimentos.

3) A corrida contra o tempo: em duas ou três décadas, estamos construindo uma infra-estrutura econômica e social e estruturando um setor industrial poderoso.

4) A consciência da época: queremos assegurar aumento de renda real a todas as categorias sociais, expandir aceleradamente o emprego, colocar os mais pobres sob a proteção da sociedade etc. Os monopólios e outros abusos de poder econômico devem ser evitados.

5) A afirmação nacional: o modelo e a estratégia devem ser de inspiração nossa.

Se a Revolução, alienadamente e sem senso prático, se houvesse encantado por um modelo capitalista vigente nos Estados Unidos, ou, mais apropriadamente, nas manchas solares, não teria havido "milagre brasileiro". E hoje estaríamos tentando juntar os cacos de uma arremetida inconsequente.

O que se fez, de 64 para cá, principalmente, foi, com objetividade, construir o modelo viável, ante os condicionantes referidos. Ou seja, uma economia moderna de mercado, para as circunstâncias brasileiras e para o estágio de nosso desenvolvimento, "com as conquistas a ela incorporadas, nas economias desenvolvidas, nos últimos 40 anos: condução da estratégia de desenvolvimento, ativamente, pelo Governo; preocupação contínua com o crescimento; preservação de grau adequado de competição no sistema. Forte conteúdo social."

O II PND procurou tornar bem nítidas, nesse modelo, as atribuições do setor público:

"Além de responsável pela estratégia e pelas funções públicas propriamente ditas (segurança, justiça etc.), o Governo considera como seu campo de atuação direta:

"1) Os setores de Infra-Estrutura Econômica, normalmente através de empresas governamentais, em Energia, Transportes e Comunicações, operando articuladamente com os Estados e Municípios. Nessas áreas de concessão de serviços públicos, o setor privado atuará complementarmente, na forma que for definida.

"Todavia, as indústrias produtoras de equipamentos e materiais para tais setores, pertencentes à Indústria de Transformação, não são áreas de responsabilidade do Governo, e sim da iniciativa privada.

"2) As áreas de Desenvolvimento Social, freqüentemente em ação conjugada com a iniciativa privada: Educação, Saúde, Previdência Social (a Habitação é caso especial, pois a ação executiva cabe, em geral, ao setor privado)."

Assim como ocorre em muitos países europeus, o Brasil resolveu desenvolver as áreas de infra-estrutura, principalmente, através de empresas públicas, a fim de poder entregar os setores diretamente produtivos, inclusive dotados de maior rentabilidade, à iniciativa privada, uma vez que esta não poderia cuidar de tudo simultaneamente.

Fora de qualquer dúvida, o empresário nacional não poderia responder pelo investimento nos setores de infra-estrutura. Talvez o próprio empresário estrangeiro não o pudesse fazer, se lembrarmos que, além da tarifa, com correção monetária, está-se tendo de usar impostos únicos e empréstimos compulsórios (ou seja, recursos públicos) para realizar o

Programa de investimentos em Energia, Transportes e Comunicações (que chega a Cr\$ 440 bilhões, em 5 anos). E ainda hoje estaríamos no maior cipoal político e no imobilismo empresarial, caso tivéssemos tentado entregar tais áreas, maciçamente, à empresa estrangeira.

Podemos, sem hesitação, dizer que a experiência brasileira de desenvolver a infra-estrutura econômica, primordialmente, através da empresa governamental, tem sido válida. E resulta em favor da iniciativa privada, que dispõe de serviços abundantes, razoavelmente eficientes (salvo as exceções conhecidas), a custos suportáveis. Claro, muito ainda pode ser melhorado, e não é outra a motivação do Governo ao realizar o Programa Ferroviário e o Programa de Constituição Naval.

Exatamente porque partiu da citada definição, o II PND pôde ser nítido, igualmente, em relação aos setores atribuídos à empresa privada:

"Constituem campos de atuação próprios da área privada os setores diretamente produtivos: Indústrias de Transformação, Indústria de Construção, Agricultura e Pecuária, Comércio, Seguros, Sistema Financeiro (ressalvada a função pioneira e de estímulo atribuída aos bancos oficiais).

"Nesses setores, não apenas o Governo confia seu desenvolvimento à iniciativa privada, como procura provê-la das condições para um desempenho satisfatório, através de incentivos fiscais, financeiros, política de preços e outros estímulos."

Então, cabe indagar claramente: está ou não certa a divisão de trabalho apresentada? Se não está, ponhamos em xeque a orientação do Governo, e apresentemos melhor alternativa. Mas haverá quem julgue viável, econômica e politicamente, entregar a infra-estrutura, precipuamente, à iniciativa privada, no presente momento, inclusive levando em conta que a solução atual permite maior flexibilidade em relação ao tratamento da empresa estrangeira em outros setores?

Em resumo: o que se fez foi, ao invés de acenar para o setor privado com tarefas platonicamente amplas, e para as quais ele não teria fôlego suficiente, reservar-lhe claramente um campo de ação viável, e de maior rentabilidade.

Se está certa a definição, vamos cobrá-la do Governo, inclusive, quanto à área industrial, em que a posição do PND é muito clara: "Na Indústria, consequentemente, a orientação é de deixar com a iniciativa privada a função de investir e de produzir, com rentabilidade adequada. Só haverá projetos sob controle de empresas governamentais se, na prática, a iniciativa privada, claramente demonstrar que não pode, ou não deseja, realizá-los (por motivos ligados ao volume dos investimentos, à baixa rentabilidade direta dos projetos ou à tecnologia), a exemplo do que aconteceu na siderurgia de produtos planos. Ainda mais: mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão normalmente as empresas de Governo associar-se ao setor privado utilizador do insumo a produzir, e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários."

Essa orientação geral se aplica também aos esquemas de participação montados pelo BNDE, pela PETRO-

QUISA e por outras entidades governamentais (mecanismos tipo IBRASA), que se destinam a criar a grande empresa nacional, ou a dar ao empresário nacional oportunidade de participar de grandes empreendimentos, ou a expandir-se sem irracional estrutura financeira. Mas que não significam nenhum propósito de, como se tem feito em alguns países europeus, criar um sistema de controle estatal sobre áreas industriais.

Poder-se-ia dizer que é correta a definição programática, mas na prática as empresas governamentais levam vantagem, em relação à empresa privada, pelos favores creditícios e fiscais de que dispõem.

Em primeiro lugar, a prevalecer o esquema apresentado, as empresas governamentais não tendem a estar, com frequência, em competição direta com as privadas, porque as estatais, grosso modo, estão nos setores que fornecem os insumos básicos para as empresas privadas, e não no mesmo estágio da estrutura produtiva que estas últimas.

No tocante ao crédito, diferentemente do que se possa pensar, a existência de bancos oficiais, como o Banco do Brasil e o BNDE, constitui fator de viabilização da empresa privada, no Brasil, porque as condições de prazo e taxa de juros por eles proporcionados são muito melhores do que as do sistema financeiro privado (sem que isso, evidentemente, seja argumento para ampliar-lhes a esfera de ação). Além disso, a parcela de crédito por eles destinada às empresas governamentais é pequena: o BNDE, de um total de aplicações, em 1974, de Cr\$ 22 bilhões, destinou cerca de 70% para a empresa privada (e, pois, somente 30% para o setor público, e isso por causa da infra-estrutura). Ora, há dez anos as posições eram inversas.

Em Insumos Básicos, o Banco destinou 90% dos seus recursos ao setor privado, na Indústria de Equipamentos, 98,5% e em outras indústrias, 99,5%.

Por outro lado, no momento, o BNDE, se excetuarmos a Siderurgia, só detém o controle, provisoriamente, de 2 empresas (isto mesmo, duas), e isso por inadimplência de mutuários.

No tocante ao tratamento fiscal, note-se, de passagem, que esse fator não é determinante decisivo da capacidade de investir e crescer das empresas governamentais. Essas empresas atuam na dimensão dos programas aprovados, e, nas áreas de infra-estrutura, para realizá-los, recebem aportes de recursos de outras fontes, principalmente públicas (imposto único, empréstimo compulsório). Isso mostra a importância de que tais programas não sejam superdimensionados, de um lado, e de que não se permita a atuação de empresas governamentais fora da área delimitada, de outro lado.

Mas, voltando à questão fiscal, foi o próprio Governo quem levantou a lebre, e é bom que se esclareça a matéria.

Primeiro, as empresas governamentais, pela Constituição, estão sujeitas ao mesmo regime fiscal das empresas privadas, exceto no caso de monopólio. Assim, elas pagam normalmente IPI e ICM, e devem pagar o imposto de renda. Mesmo a PETROBRAS só está isenta de imposto de renda no tocante às atividades de monopólio (distribuição, por exemplo, é sujeita a imposto).

O que acontece é que, na prática, a legislação era conflitante, e grande número de empresas procurava eximir-se do Imposto de Renda, sob a justificativa constitucional de não poderem a União, os Estados e os Municípios tributarem-se a si próprios. A nova legislação, que se está preparando, irá dirimir quaisquer dúvidas, com o propósito de exigir a cobrança do Imposto de Renda, salvo sobre a parcela de lucro efetivamente entregue ao Tesouro.

Senhores: diante de todo esse quadro, podemos concluir.

Não nos parece oportuno reedificar acusações genéricas e desbordantes, que põem dúvidas sobre as convicções do Governo. Da mesma forma que não fariam sentido, por parte de homens do Governo, referências vagas ao "desejo de lucro" do setor privado. Se há empresários que abusam, que se coibam os abusos, mas não se coloque sob suspeita toda uma classe, indiscriminadamente.

Em 1974, o Governo só fez demonstrar, na prática, que deseja viabilizar o setor privado. Disso é prova a ação conjuntural, preservando o gradualismo no tratamento da inflação, procurando garantir mercado e reduzir ônus em relação aos setores mais atingidos, evitando controles quantitativos de importações, dando estabilidade ao sistema financeiro privado, num ano de crise mundial.

Por outro lado, em poucos países existe tão poderoso, amplo e variado sistema de incentivos (e, por que não dizer, de subsídios, segundo o caso do crédito agrícola) ao setor privado, como no Brasil.

Todo esse sistema está sujeito a aperfeiçoamentos, como se fez em relação aos incentivos fiscais, regionais e setoriais, recentemente. Ainda aí, não houve estatização. É fora de dúvida que, para a empresa privada operando no Nordeste e na Amazônia, o novo sistema é melhor que o anterior — e este é o aspecto fundamental.

Creio possível dar sentido positivo à preocupação de evitar qualquer avanço da estatização — e esse é um compromisso do Governo do Presidente Gêsel. Como? Procurando auxiliar o Governo na tarefa de viabilizar a ocupação, pelo setor privado, da área bem definida que, segundo o exposto, lhe está reservada.

O setor público tem sido fértil na criação de mecanismos para proporcionar as quatro coisas que, agora, se fazem indispensáveis à iniciativa privada: tecnologia, capital, crédito de longo prazo, capacidade gerencial. É o FMRI, o PNTE, o CEBRAE, o FINAME, as trigêmeas do BNDE, os inúmeros incentivos fiscais. Muitos outros instrumentos e medidas podem, ainda, ser adotados, num esforço em que todos nós devemos associar.

É importante propor alternativas, sugerir novos mecanismos e campos de ação, ou, mesmo, denunciar qualquer desvio na orientação definida.

Na hora em que a preservação do crescimento acelerado exige cabeça fria, solidariedade entre empresa e Governo, um enorme esforço nacional e a ajuda dos céus, vamos reduzir as divergências às devidas proporções."

O CRESCIMENTO DO BRASIL SEGUNDO SIMONSEN

ESP.-29-12-74

Com base em relatório preparado pela sua assessoria econômica, o ministro da Fazenda, Maro Henrique Simonsen, afirmou que "o Brasil aumentou neste ano a margem relativa de crescimento econômico, em comparação com os demais países do mundo". A informação, acompanhada de números considerados "quase definitivos", foi dada pelo ministro ontem durante encontro com jornalistas no qual fez uma análise do desempenho da economia brasileira em 1974 e algumas previsões para o próximo ano.

Citando 1973 como referência, declarou Simonsen que a taxa de crescimento do produto real brasileiro foi de ... 11,4% e a dos países desenvolvidos de apenas 6,4%, resultando numa diferença favorável a nosso País de 5%; neste ano, o quadro mudou: o produto real brasileiro cresceu 10%, mas o dos países desenvolvidos foi zero por cento, o que correspondeu a uma diferença favorável ao Brasil duas vezes maior que a registrada no ano passado, isto é, de 10%.

Inflação

Nos meses de janeiro e fevereiro próximos, a taxa inflacionária poderá ser superior a dois por cento, que foi o percentual relativo a dezembro corrente, em virtude dos reajustes nos preços dos cigarros e dos combustíveis, que entrarão em vigor a partir de 15 de janeiro. Mas no período janeiro-dezembro essa taxa será bem menor do que a de 1974, que ficou entre 33,3 por cento, pelo Índice de Custo de Vida da Guanabara, e 35,4 por cento, com base no Índice de Preços por Atacado, no Conceito de Disponibilidade Interna.

Simonsen disse que o cigarro, que contribui com cinco por cento no cálculo do custo de vida, terá um aumento de 17 por cento, enquanto a gasolina, que tem o mesmo peso, será reajustada entre 12 e 15 por cento. A vigência desses aumentos, a partir de 15 e não no início de janeiro, é uma estratégia para evitar que a absorção seja feita totalmente num só mês, distribuindo-se a repercussão nos meses de janeiro e fevereiro.

Índices

Ainda com referência à inflação, os dados fornecidos pelo ministro da Fazenda foram os seguintes, nos três conceitos adotados pela Fundação Getúlio Vargas:

Índice de custo de vida da Guanabara — 33,8%.
Índice de preços por atacado (disponibilidade interna) 35,4%.
Índice geral de preços 34,6%.

As taxas médias mensais do crescimento inflacionário, con-

siderando-se os dois semestres e tendo em vista os três conceitos de cálculo, foram as seguintes:

Índice de custo de vida da Guanabara:
 1.º semestre 3,2% ao mês.
 2.º semestre 1,7% ao mês.

Índice de preços por atacado (disponibilidade interna):
 1.º semestre 3,5% ao mês.
 2.º semestre 1,6% ao mês.
Índice geral de preços:
 1.º semestre 3,5% ao mês.
 2.º semestre 1,6% ao mês.

A acumulada, para cada semestre, apresentou os seguintes números, calculados durante o encontro pelo ministro da Fazenda:

Índice de custo de vida na Guanabara:
 1.º semestre 20,8%
 2.º semestre 10,8%

Índice de preços por atacado (disponibilidade interna):
 1.º semestre 23,3%
 2.º semestre 9,9%

Índice geral de preços:
 1.º semestre 22,6%
 2.º semestre 9,8%

"Redeas curtas"

O ministro considerou difícil estimar quanto de "inflação contabilizada" ou "herdada" do ano anterior poderia ser adicionada à taxa relativa ao primeiro semestre, mas assegurou que esse fenômeno não ocorrerá no próximo ano, pois os preços estão "com redeas curtas" e o governo pretende aperfeiçoar ainda mais o sistema de controle.

Extra-oficialmente, no entanto, há indicações de que a "inflação contabilizada" representou cerca de 20 por cento da taxa inflacionária registrada no primeiro semestre deste ano. Simonsen destacou dois produtos que mais pesaram no crescimento da inflação no primeiro semestre: os combustíveis, que tiveram correções excepcionais de preços, para chegar ao preço real, e a carne; juntos, esses produtos foram responsáveis por uma taxa não inferior a nove por cento.

Já no segundo semestre houve um "picadinho", com todos os itens dando maior ou menor contribuição ao aumento da inflação e do custo de vida.

Balanco de pagamentos

Simonsen forneceu também dados, "sujeitos a retificações mínimas", do balanço de pagamentos deste ano, que apresentou um "deficit" de 1,4 bi-

lhão de dólares (10,22 bilhões de cruzeiros) e que apresenta os seguintes números, em bilhões de dólares:

Exportação (FOB) ... + 7,7
Importações ... - 12,4
"Deficit" comercial ... - 4,7
"Deficit" de serviços ... - 2,3
"Deficit" em conta corrente ... - 7,0

Movimento de capitais

Investimentos diretos ... + 1,0
Ingresso bruto (empres-timos) ... + 6,4
Amortizações ... - 1,0
Saldo líquido do mov. de capitais ... + 5,6
"Deficit" do balanço de pagamentos ... - 1,4

O ministro esclareceu, ainda, que a dívida bruta elevou-se de 13 para 17,6 bilhões de dólares (128,48 bilhões de cruzeiros) e que a dívida líquida (dívida bruta menos reservas) subiu para 12,5 bilhões de dólares (91,25 bilhões de cruzeiros). As reservas, que em dezembro de 1973 somavam 6,4 bilhões de dólares, fecharão este ano com apenas 5,1 bilhão de dólares, sendo de 1,3 bilhão de dólares a erosão.

A relação dívida líquida/exportações, um dos índices mais expressivos de credibilidade externa, elevou-se de 1,04, em 1973, para 1,62, este ano, igualando-se ao índice de 1969 e sendo superado pelo de 1970, que chegou a 1,70.

Simonsen informou ainda que o itens bens de capital, com quatro bilhões de dólares, foi o que mais pressionou as importações, seguido do petróleo, com 2,8 bilhões de dólares, e do aço e ferro fundido (2 bilhões) e minérios não ferrosos.

A defesa da política

O ministro da Fazenda refutou, uma vez mais, as críticas de setores empresariais ao caráter estatizante da economia, afirmando que, ao contrário, todo o esforço governamental vem sendo dirigido no sentido de reforçar a empresa privada, inclusive com injeção de recursos oficiais, que somaram cerca de um bilhão de cruzeiros este ano.

A criação das empresas subsidiárias do BNDE foi apontada pelo ministro da Fazenda como o interesse do governo capitalizar o setor privado, assim como a legislação do imposto de renda, especialmente o decreto-lei 1338. No próximo ano, a nova lei das sociedades anônimas completará o ciclo de iniciativas governamentais destinadas a reforçar o setor privado.

Simonsen negou intenções

estatizantes à criação dos fundos para administrar os incentivos fiscais, dizendo que os principais prejudicados foram os intermediários financeiros, que ganhavam lucros inescrupulosos com a captação. Agora, sob o regime de rígido orçamento e disciplina das agências do governo (Sudam, Sude-ne) na aprovação dos projetos, ao mesmo tempo em que se acabará com a intermediação na captação será também evitado o fenômeno das "meias-fabricas" — empreendimentos que são apenas iniciados e em seguida paralisados por falta de recursos

Perspectivas para 1975

Ao abordar as perspectivas para a economia do País no próximo ano, o ministro da Fazenda começou ironizando notícia divulgada por alguns jornais na última sexta-feira, segundo as quais haverá um "superavit" no balanço de pagamentos, em 1975, no montante de um bilhão e 760 milhões de dólares. O ministro considerou um "exercício de futurologia" exageradamente refinado, uma estimativa incluindo até virgula, quando "nem mesmo chutes" podem ser dados no momento.

"O que se pode afirmar — disse Simonsen — é que a taxa de crescimento do produto real será boa, principalmente em comparação com o desempenho dos países industrializados. A inflação será bem menor do que a deste ano, com taxas elevadas nos dois primeiros meses, tendendo a estabilizar-se no restante do período".

O "deficit" comercial também será menor, não só em razão do crescimento das exportações, como da redução relativa das importações, motivada por uma maior disciplina nas compras governamentais, que em 1975 serão subordinadas a uma prévia orçamentação, como pela desova dos estoques, especialmente de aço (entre 1,5 a dois milhões de toneladas) e fertilizantes (entre 400 e 600 mil toneladas). Pode-se estimar, portanto, um "deficit" comercial da ordem de dois bilhões de dólares, com as exportações perto de dez e as importações em torno de doze bilhões de dólares.

O balanço de pagamentos também continuará deficitário e as reservas sofrerão nova erosão, mas os números serão "substancialmente menores" do que os registrados este ano.

Orçamento monetário

O orçamento monetário, "que

já está pronto", contempla uma expansão dos meios de pagamentos da ordem de 30 por cento, o que significa que o crédito continuará sob certa tensão, com a diferença de que, no próximo ano, será distribuído com homogeneidade ao longo do período, ressalvando-se, naturalmente, os aspectos sazonais (na época de fim de ano haverá um maior afluxamento).

O crédito agrícola, no entan-

to, continuará livre e, em termos reais, não sofrerão qualquer limitação, tal como ocorreu este ano, pois a intenção do governo é impedir que o agricultor deixe de plantar ou colher sob a alegação de falta de crédito, especialmente para o custeio agrícola.

Além da nova lei das sociedades anônimas, cujo projeto, já elaborado, "está muito bom", e começará a ser discutido a partir de 15 de janeiro, o mi-

nistro apontou como uma das tarefas mais importantes no próximo ano a regulamentação da tributação por parte das sociedades de economia mista, no sentido de melhor homogeneidade, "mesmo que algumas saiam ganhando e outras perdendo".

O ministro da Fazenda acrescentou que não se deve esperar, para o próximo ano, novos "projetos-impacto" na área econômica e que a fase de montagem do sistema, especial-

mente a estruturação legislativa, foi dada como concluída, restando apenas a lei das sociedades anônimas, que será enviada ao Congresso, a criação de um fundo para distribuição de recursos do LCM aos Estados mais necessitados, e que exige reforma constitucional, além de uma alteração no sistema de cobrança do Imposto Territorial Rural, destinado a gravar com maior rigor as terras improdutivas, o que poderá ser feito mediante decreto-lei.

Campos prevê que 75 será mais fácil

ESP-15-12-74

Em entrevista ao "O Estado", o embaixador Roberto Campos fez uma análise econômica do ano de 1974, que considerou "de difícil transição", e uma previsão para 1975 — cujo transcorrer, para o ex-ministro do Planejamento, "será mais fácil sob alguns aspectos". Disse o seguinte o embaixador Roberto Campos:

"1974 foi um ano de difícil transição. Internamente, tivemos de passar do "triumfalismo esufisante", com inflação represada e uma conjuntura internacional favorável, para um "realismo agastante, com inflação corretiva e conjuntura internacional recessiva".

"Externamente, a crise do petróleo, que agravou a crise monetária internacional e se superpôs a outras crises, como a alimentar e a inflacionária, criou um ambiente de pessimismo e "sinistrose". Foi um ano de turbulência para as lideranças políticas do mundo ocidental; tanto o sistema democrático como a estrutura capitalista entraram num "túnel de prova" que lhes testa a resistência. A meu ver, ambos sobreviverão, não porém sem reajustamento e adaptação a um novo tipo de sociedade, em que as aspirações cresceram mais que a capacidade de produzir satisfações".

"Aqui mesmo, o Brasil em 1974, ainda cresceu muito satisfatoriamente, com um diferencial até mesmo alargado em relação ao mundo ocidental e ao Japão, pois que mantivemos uma taxa de dez por cento num mundo em relativa estagnação. É verdade que diminuiu, como era de esperar, o ritmo de crescimento industrial, mas melhorou o de produção agrícola".

"1975 será mais fácil sob alguns aspectos. Já absorvemos

grande parte do impacto inicial da inflação represada e da inflação importada. As magnitudes monetárias e fiscais estão sob controle. Mas o problema de balanço de pagamentos continuará sério. Do lado favorável, graças aos estoques existentes, tenderão a diminuir as importações, apesar do atraso de alguns programas de substituição de importações, no setor de aço e fertilizantes. Mas aumentará a resistência às nossas exportações, exceto talvez no tocante aos produtos agrícolas, como soja e açúcar; nesse capítulo, entretanto, o volume das colheitas dependerá muito mais de São Pedro que do Ministério da Agricultura. O petróleo de Campos, num primeiro estágio, que pode durar de três a cinco anos, aumentará a demanda de divisas para equipamento e tecnologia; seu efeito benéfico, de curto prazo, será mais na dilatação de nossa capacidade de endividamento do que na poupança de divisas".

As eleições tiveram vários aspectos construtivos. Primeiramente, revelaram em tempo oportuno a existência de insuspeitada pressão nas caldeiras, pressão que extravasou pelas válvulas eleitorais. Em tempo oportuno, porque tendo ocorrido no início do atual governo, a responsabilidade pelo insucesso do partido governamental pode, sem injustiça, ser partilhada com o governo anterior. E também porque resta ainda bastante tempo para uma retificação de rumos, antes de nova confrontação eleitoral.

Em segundo lugar, a figura presidencial saiu engrandecida do pleito, reconhecidamente talvez o mais livre de nossa história, porque o acesso igual à televisão, assim como o transporte e alimentação gratuita

dos eleitores, reduziram enormemente o impacto do poder econômico. Em terceiro lugar, não houve modificação fundamental na estrutura do poder, já que o governo detem o controle dos dois órgãos legislativos. Há sem dúvida alguns efeitos desavoreáveis: "governar" tornou-se uma tarefa bem menos confortável, exigindo paciência para a tarefa de persuasão, conciliação e avaliação crítica. Mas isso não chega a ser um desastre.

O presidente Castello Branco demonstrou a possibilidade de reformas profundas e dolorosas, mesmo com uma oposição então desabrida, e em meio à proliferação de comissões de inquerito às vezes ideológicas ou personalistas. E agora a tarefa é mais fácil.

Por um lado, as reformas a serem feitas são mais de retificação e aperfeiçoamento do que de radical transformação. Por outro, o partido da oposição parece ter amadurecido, adquirindo experiência e moderação. E reconhecendo que a democracia pode ser morta tanto pelos que a desprezam por se julgarem iluminados, como pelos que a amam, ao se tornarem indisciplinados.

Sem dúvida, o governo passará a enfrentar dificuldades antes inexistentes. Por exemplo, a votação de emendas constitucionais se tornará intranquila, perdido o controle de dois terços da Câmara. Isso poderá atrasar a institucionalização jurídica da Revolução, a ser alcançada pela inserção, na Constituição, de alguns poderes e dispositivos especiais, considerados essenciais à segurança, mas hoje cercados de arbítrio excessivo.

Como o ótimo é inimigo do bom, se a Oposição preferir liberalização irrealista a uma distensão pragmática, poderá bloquear iniciativas de institucionalização. Às vezes, desejando demais, a gente acaba obtendo menos. Outro problema será o processo da eleição

dos governadores: perdido o controle de importantes Assembleias Legislativas estaduais, mais valerá voltar ao texto constitucional de 1967, suspenso em duas eleições sucessivas. Mas isso não chegará a ser um desastre, uma vez que tanto a experiência de Castello Branco, partidário de eleições diretas ao nível estadual não é melhor nem pior que a eleição ecumênica. Parte do recente insucesso eleitoral deveu-se sem dúvida a que o eleitorado achou que seu grau de participação no processo político havia sido desnecessariamente coarctado, pela não aplicação da Constituição de 1967, que, vista em retrospecto, parecia uma razoável conciliação entre o desejo de participação em vários níveis, e a necessidade de sustar o "plebiscito dos demagogos", que anteriormente caracterizava as eleições presidenciais.

Agora, acreditado que no exterior o efeito das eleições tenha sido muito mais positivo que negativo. Demonstrou que a configuração ditatorial que se atribuía ao Brasil era simplista e exagerada. Além disso, os investidores sentem que, se por um lado, o revigoramento do legislativo pode, em certos casos, diminuir o grau de racionalidade do comportamento econômico (particularmente no tocante ao combate à inflação), por outro, pode aumentar o grau de estabilidade das regras do jogo. E é sempre bom saber que há válvulas na caldeira.

O que poderia afetar a confiança dos investidores seria antes a deterioração do balanço de pagamentos, resultante da crise do petróleo e do salto anormal das importações em 1973. Mas tudo indica que a febre importadora se abateu, e as recentes notícias do setor petrolífero, se bem que ainda seja prematuro cantar vitória, parecem indicar que o Brasil readquiriu viabilidade, a médio prazo, em termos energéticos.

CONSTRUÇÃO TEM CAPITAL EXTERNO

ESP-12/12

O fortalecimento das empresas de construção civil deverá ser uma das principais recomendações do II Encontro Nacional da Construção, que termina amanhã, no Rio. A opinião é do presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil, Haroldo Graça Couto, que

citou como as maiores preocupações das empresas de construção civil a falta de capital e as dificuldades para conseguir financiamento. E que isso vem provocar o maior temor dos empreiteiros: a penetração do capital estrangeiro no ramo.

QUANDT EXIGE CAPITAL NACIONAL

ESP-19-1-75

O Brasil implantará suas centrais CPA (centrais telefônicas semi-eletrônicas controladas a programa armazenado) tão logo sejam definidos e padronizados dois tipos desses sistemas por grupo de trabalho que estuda o problema no Ministério das Comunicações. Mas as indústrias subsidiárias estrangeiras só poderão fabricar essas centrais se atenderem à exigência de se associarem ao capital privado nacional.

O ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oli-

veira, está irredutível quanto a essa orientação geral. Ontem, ao visitar Mogi das Cruzes para receber o título de cidadão mogiano, ele disse em entrevista exclusiva ao Estado que "é essencial assegurar à indústria as perspectivas da economia de escala, a partir da padronização de componentes, equipamentos e sistemas, evitando-se que sete fabricantes produzam, isoladamente, essas centrais em quantidades reduzidas, com problemas de compatibilização técnica e mais caras.

Exportações estatizadas?

Rev. Visão - 13-01-75

A expectativa de maior participação governamental no comércio exterior vem intranquilizando certo número de empresários privados que, em memorial assinado pelo presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, Giulitte Coutinho, transmitiram suas apreensões às autoridades federais.

Foi a partir do final de outubro que amadureceu, nas esferas oficiais, a decisão de aprofundar a atuação do Governo no comércio exterior. Soja, algodão, milho, cacau, amendoim, sorgo, farinha de mandioca, óleo de mamona, sisal e alguns manufaturados entrariam na lista de mercadorias que a Cobec(*) poderá exportar.

Basicamente, são os seguintes os argumentos utilizados em defesa da entrada do Governo nas exportações:

- As transações com países socialistas e a conquista de certos novos mercados encontram menores resistências quando conduzidas por organismos oficiais.
- A comercialização de produtos agrícolas, realizada em grande proporção por monopólios ou cartéis privados, tem resultado no aviltamento

(*) A Cobec — Companhia Brasileira de Entrepostos de Comércio foi criada, no último Governo, com o propósito de dar apoio infra-estrutural ao sistema privado de exportações.

dos preços pagos ao produtor. Técnicos do Governo recordam que uma empresa multinacional comprou soja no mercado interno a 150 dólares a tonelada, no último ano, revendendo-a no exterior a 215 dólares, em "manobra típica de especulação".

■ Com a entrada da Cobec nessa área, a remuneração dos produtores teria razoável acréscimo.

Segundo técnicos oficiais, o esquema de exportação da Cobec dará prioridade à soja. Espera-se que a safra deste ano atinja cerca de 9 milhões de toneladas, dos quais poderiam exportar-se de 5 a 6 milhões.

Ao se tornarem conhecidas as intenções do Governo — e a possibilidade de instituição de um monopólio oficial nessas áreas de comércio —, empresários do setor começaram a movimentar-se e a discutir o assunto. Em documento enviado no fim de novembro ao ministro da Fazenda, exportadores pedem:

■ Regulamentação das resoluções do Banco Central que tratam da formação de empresas exportadoras.

■ Desestímulo à criação de empresas exportadoras pelos bancos oficiais, "por uma questão de fidelidade ao princípio de estímulo à atividade privada". Segundo o documento, essas empresas teriam maior poder de com-

petição na busca de participação acionária de bancos privados, gozariam de um suporte financeiro "que normalmente deveria ser destinado às empresas comerciais exportadoras particulares" e, finalmente, fugiriam "ao objetivo principal das entidades bancárias oficiais".

■ Criação de faixa adicional de financiamento para produtos semimanufaturados e primários, que representam a maior parte das exportações brasileiras, dando às *trading companies* privadas condições de redução de custos e maior poder de competição.

Culpa do empresário?

Cópias do memorial foram enviadas aos ministros do Planejamento e da Indústria e Comércio e ao diretor da Cacex.

Além desse documento, assinado pelo presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, nenhuma outra manifestação pública foi realizada pelos empresários, embora, em conversas informais, tenham deixado transparecer grande preocupação.

Na opinião de um grande exportador, parte da responsabilidade do avanço do Governo em atividades tipicamente privadas pode ser atribuída ao próprio empresariado.

Mantidas no "Fundão" as tendências estatizantes

E.S.P.-13-12-74

O governo, depois de uma consulta às entidades financeiras, manteve, em suas grandes linhas, o anteprojeto que modifica a sistemática da aplicação dos incentivos fiscais, agora transformado em decreto-lei. A maior crítica feita ao texto inicial — suas tendências estatizantes — não o levou a modificar o anteprojeto, o que não deixa de ser preocupante. Apenas modificações de detalhes foram introduzidas no texto, das quais só uma de significação.

Ao analisar o anteprojeto, notávamos que o sistema dos incentivos fiscais — já estatizante na parte relativa à escolha dos investimentos aprovados pelas agências de desenvolvimento (Sudene, Sudam, Embraur etc.) — tornar-se-ia mais estatizante ainda, pelo fato de as possibilidades de opção dos contribuintes serem limitadas praticamente a nada. O governo respondeu que, na realidade, os contribuintes teriam grande liberdade, já que podiam escolher a área dos incentivos. Demonstramos o

que havia de ilusório no exercício dessa liberdade: como os incentivos poderiam ser aplicados somente em alguns fundos "melhores do que os outros", o governo teria, um dia, de decidir a transferência dos recursos de um fundo para outro.

Reconhecendo a procedência de nossa observação, as autoridades se adiantaram, introduzindo no texto definitivo um parágrafo que estabelece: "O poder Executivo poderá determinar a subscrição de quotas de um fundo para outro". Isso significa que um contribuinte que escolher, por exemplo, o reflorestamento, poderá acabar proprietário de quotas da Sudene ou da Sudam... O governo, que queria salvar as aparências deixando a liberdade de escolha aos contribuintes, está agora claramente desmascarado: essa liberdade é ilusória. Podemos então indagar por que, nesse caso, não criou um só fundo quem tem poderes para unificá-los?...

Essa modificação permite antever que os novos fundos, administrados por ins-

tuições financeiras (despreparadas para essa atividade), terão de receber instruções de cúpula. Naturalmente os projetos prioritários (que por exigirem grandes recursos estão quase sempre em mãos dos poderes públicos) serão atendidos também prioritariamente. A nossa sistemática, assim, somente poderá apressar a estatização de nossa economia, principalmente em regiões menos desenvolvidas.

Tais empresas, gozando de privilégios inexistentes para a livre iniciativa em outras áreas do território nacional, formarão, podemos prevê-lo, o núcleo de estatização da economia nacional. À sombra de privilégios que incluem agora recursos fornecidos pelo setor privado, poderão fazer uma concorrência desleal a empresas privadas implantadas em outras regiões e poderão até absorvê-las a longo prazo...

O texto definitivo acrescentou ao anteprojeto uma frase importante, ao estabelecer que as agências de desenvolvimento deverão apresentar ao CDE os seus orça-

mentos de comprometimento, "em função dos quais serão efetivadas as aprovações dos projetos de investimentos". Sempre criticamos as agências de desenvolvimento, por aprovarem mais projetos do que comportam seus recursos. O novo diploma legal reconhece essa crítica e fixa como norma que a aprovação de projetos deve depender dos recursos disponíveis.

Entretanto, a decisão, que parece muito sábia, somente pode reforçar o processo de estatização. Já que o CDE fixará as grandes linhas prioritárias, as agências de desenvolvimento aprovarão os projetos e os bancos oficiais canalizarão os recursos disponíveis, podemos estar seguros de que as empresas estatais terão absoluta preferência, pois atuam em campo prioritário.

O governo certamente não teve objetivos estatizantes ao propor a reforma, mas a estatização será uma decorrência natural do processo. O único meio de evitá-lo teria sido deixar ao setor privado a administração dos fundos...

PRIORIDADE NO SUPORTE A EMPRESA NACIONAL

Com apoio creditício e garantia de mercado, o governo pretende atingir a meta de assegurar à empresa nacional papel importante na estrutura industrial do País, evitando, desde já, sua desnacionalização. O campo da estatização não deve ser ampliado, deixando-se à iniciativa privada a função de investir e produzir. Mas se propicia ao empresário brasileiro condições especiais, encorajando-o a continuar expandindo seus negócios, mesmo quando encontre forte concorrência de grandes firmas atuantes em seu setor de produção. Esta a política definida e que, desde o ano passado, vem sendo seguida por órgãos governamentais, conforme orientação dos ministros de Estado da área econômica.

O Conselho de Desenvolvimento Industrial passou a investigar as causas que levam industriais brasileiros à renúncia do comando de suas fábricas, antes de decidir sobre os processos de transferência de controle acionário de empresas nacionais para empresas estrangeiras. O pedido ao CDI, de sua concordância com tal transferência, impõe-se com a concessão de incentivos fiscais ao industrial peticionário, para a implantação ou ampliação de fábrica, cujo projeto já fora apreciado e aprovado por esse órgão do Ministério da Indústria e do Comércio.

Se da investigação a que procede surge, como causa preponderante da transferência de controle acionário, a insuficiência de recursos

financeiros, o CDI, mediante entendimento com o BNDE, oferece ao industrial o crédito necessário à continuidade de sua posição majoritária no empreendimento. Mas nem sempre o problema é financeiro, encontrando-se, também, como causa, a falta de poder de concorrência de empresas, de pequeno e médio portes, com as multinacionais, que dispõem de melhor tecnologia, maior escala de produção e, conseqüentemente, de menor custo. Nesta hipótese é que se aponta a garantia de mercado, para evitar a alienação da firma nacional.

Essa alternativa já foi oferecida pelo MIC, não somente a médias ou pequenas firmas, mas até a uma grande empresa brasileira que, embora sem dificulda-

des de ordem financeira, se dispunha a transferir seu controle acionário para uma transnacional. Seus dirigentes entenderam com o próprio ministro da Indústria e do Comércio, que lhes prometeu providências para solucionar o problema de mercado.

Há casos que a solução poderia ser facilmente encontrada, com uma reserva de parte das compras realizadas pelos órgãos do governo e empresas estatais. Mas existe uma preocupação maior, a de assegurar uma parcela cativa de todo o mercado para as empresas nacionais. Este assunto está sendo discutido entre os ministros integrantes do CDI.

Como já afirmou o ministro Severo Gomes, o apoio mais intenso à empresa brasileira não implica no desinteresse pelo capital estrangeiro. Conforme sua observação, "ainda por algum tempo, o desenvolvimento econômico do País estará, em boa medida, apoiado no afluxo de recursos originários do exterior. Cabe, entretanto, no interesse da própria rigidez do processo, canalizar esses recursos dentro das formas e condições cada vez mais condizentes com as reais necessidades nacionais".

O CDI alterou a sistemática de apreciação dos projetos para concessão de incentivos fiscais, não para fazer distinção entre nacionais

ESP.-12-01-75

e estrangeiros, mas para impor maior seletividade. Passou a considerar-se, também, além do revigoramento da política de substituição de importações, a descentralização industrial. Os projetos de novas unidades produtoras ou de ampliação das existentes foram selecionados pelos seus ramos de atividade e pela sua qualidade, atendendo-se à política de restrições de importações, inclusive de bens de capital. Verificou-se crescimento do valor e volume dos projetos na área desses produtos.

No período de janeiro a setembro do ano passado (ainda não se conhecem dados exatos do último trimestre de 74), os investimentos fixos para os projetos aprovados pelo CDI elevaram-se a US\$ 2.427.544.000. Este total se reparte em duas parcelas, uma de US\$ 1.644.376.000, para projetos de empresas nacionais, e outra de US\$ 783.168.000, para projetos de empresas estrangeiras.

Embora tenha havido critério de seletividade, não se verificou redução de investimentos, dando-se continuidade ao processo de desenvolvimento industrial. Os dados preliminares de outubro, novembro e dezembro do ano passado e os valores conhecidos dos três primeiros meses indicam incremento dos investimentos fixos, em 1974, da ordem de 50 por cento, relativamente ao exercício anterior.

indústria automobilística - meta de 1 milhão em 1975

A indústria automobilística brasileira fixou como meta para 1975 a produção de 1 milhão de automóveis (exceto tratores), o que representará um incremento de cerca de 17% em relação ao volume fabricado no corrente ano — 861 mil unidades, de acordo com dados não consolidados — o qual, por sua vez, será 18,10% maior que a produção de 1973.

"Um grande país não se constrói com hesitações, e nem as circunstâncias difíceis — por mais difíceis que sejam — podem servir de pretexto para acomodações ou temores irracionais de crise" — afirmou o presidente do sindicato do setor, Mário Garnero, ao fazer um balanço do comportamento do parque automobilístico em 1974, durante encontro com jornalistas nesta Capital.

Segundo Garnero, "os investimentos prosseguem e prosperarão, gerando novos empregos; superaremos os US\$ 300 milhões de exportações, no próximo ano, e continuaremos atendendo ao crescente merca-

do doméstico, em harmonia com as diretrizes governamentais que buscam a racionalização do uso de combustíveis".

EXPORTAÇÕES

Para Garnero, outro fato significativo no desempenho do setor no corrente ano foram os resultados de exportações. Até dezembro a indústria deverá superar os US\$ 200 milhões, com vendas de veículos completos e acabados — 60 mil unidades — desmontados (CKD) — 45.000 unidades — peças e componentes.

EMPREGOS E SALÁRIOS

Em seu encontro com os jornalistas, o presidente do Sindicato de Automóveis enfatizou o efeito multiplicador gerado pela indústria sobre a economia brasileira em geral, lembrando que "o crescimento de 18,10% permitiu que a geração de empregos se mantivesse em nível elevado — 108.000 trabalhadores apenas no setor terminal — os salários pagos

ultrapassaram 3,3 bilhões de cruzeiros, enquanto as compras no mercado interno deverão superar 13 bilhões de cruzeiros".

O número de empregos no setor terminal — disse — deverá superar, no próximo ano, a casa das 130 mil ocupações diretas, representando garantia de trabalho em todo o ramo automobilístico para mais de 500 mil pessoas.

"OTIMISMO REALISTA"

Mário Garnero reiterou que a indústria continua e continuará mantendo uma atitude de "otimismo realista" e de confiança no País. Ele acha que nem poderia acontecer o contrário, num País em que a agricultura deverá crescer a 10%, as exportações a 24%, e a produção de veículos a 18,10%. "Falar da existência de crise ou induzir atitudes pessimistas constitui imperdoável desserviço ao País" — afirmou. Considera Garnero que o que está havendo é "excesso de imaginação cultivada, de quem se nega a ver e analisar os indicadores de avanço em todos os setores produtivos".

ESP.-19-12-74

Garnero advertiu que nem tudo é perfeito no setor de veículos. "Temos problemas, sim" — disse — citando o caso específico da escassez de navios e dos altos preços dos fretes para transporte dos veículos exportados. Os programas de economia de combustível constituem outro tipo de problema que afeta a indústria automobilística. O dirigente empresarial, contudo, se mostra tranquilo quanto à sua resolução, mediante "estreita colaboração de todos os ramos de atividades nacionais".

Com propósitos de comparação, ele narrou para os jornalistas as observações que fez, pessoalmente, na Europa, de onde regressou domingo último. No Velho Continente — disse — a situação é de desalento e incerteza, assinalando que, em contraste, há uma renovada confiança no futuro do Brasil, "traduzida, inclusive, pelo interesse em intensificar o intercâmbio com o País e, sobretudo, pelo acentuado interesse em estabelecer "joint-ventures" com organizações brasileiras e aplicar aqui seus capitais".

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Da Sucursal de BRASILIA

Os investimentos diretos e reinvestimentos estrangeiros na economia brasileira atingiram, este ano, a cifra aproximada de um bilhão de dólares. ~~Embora houvesse previsão maior~~ — de US\$ 1,5 bilhão — o total apontado agora como certo, pelo próprio ministro da Fazenda, é considerado exce-

lente, tendo em vista as dificuldades do corrente exercício.

Será mantido, praticamente, em 1974, o volume de ingresso de capital externo verificado em 1973 (tido como um ano bom), bastante grande, se comparado com o do exercício anterior, como se observa pela posição de investimentos estrangeiros registrados pelo Banco Central, nos últimos anos.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO EM US\$ MIL

Anos	Investimento	Reinvestimento	Total
1969	1.185.206	525.169	1.710.375
1970	1.545.652	801.353	2.347.005
1971	1.789.615	1.121.920	2.911.535
1972	2.080.928	1.323.175	3.040.103
1973	2.858.623	1.720.586	4.579.209

FONTE: Banco Central.

PAÍSES INVESTIDORES

Comparando-se o primeiro semestre do corrente ano com igual período de 1973, tem-se o quadro abaixo, que indica os investimentos por países. O Banco Central dá a posição de registro dos investimentos es-

trangeiros em fim de período, ou seja, revela o estoque, o acumulado. Pode-se, pois, verificar, pelos seus lados, o volume de recursos do exterior registrado dentro de cada período, sendo, assim, possível a comparação.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS SEGUNDO PAÍSES INVESTIDORES

Equivalência em US\$

Países	Jan.-jun.		Saldo em 30-6-74
	73	74	
Africa do Sul	400	2.782	3.995
Alemanha Ocidental	151.425	65.374	586.150
Antilhas Holandesas	15.559	4.525	117.801
Argentina	607	509	9.652
Austrália	—	1.203	4.009
Austria	1.338	651	9.237
Bahamas	14.505	2.646	41.600
Bélgica	7.146	3.340	64.467
Bermudas	3.775	5.420	20.330
Bolívia	5	—	12
Canadá	16.866	1.433	361.585
Chile	—	11	27
Coreia do Sul	—	1	91
Costa Rica	—	—	70
Dinamarca	1.594	800	8.946
Equador	1	—	5
Espanha	382	37	1.522
Estados Unidos	183.235	137.819	1.855.206

se uma entrada líquida (investimentos menos desinvestimentos) de US\$ 973,7 milhões, este resultado foi excepcional. Realmente, no período 1970/1972, a média anual dos investimentos diretos foi de apenas US\$ 217,3 milhões.

Seria particularmente interessante analisar como evoluíram, neste exercício os investimentos diretos, levando-se em conta que a maioria dos países investidores tradicionais do Brasil enfrentavam com a crise do petróleo, sérias dificuldades no seu balanço de pagamentos.

A partir dos dados disponíveis para o primeiro semestre, verifica-se que a entrada de capitais ao título de investimentos diretos foi de US\$ 515.473 mil contra US\$ 664.594 mil para o mesmo período do ano passado. Isso mostra que apesar da conjuntura internacional, o Brasil continua interessando o capital estrangeiro.

Não se pode, todavia, dizer que a crise do petróleo não afetou o volume dos investimentos estrangeiros no Brasil. De fato, quando se examina as entradas no primeiro semestre, verifica-se que a maioria dos países industrializados diminuiu seus investimentos. Tal fato é particularmente sensível no caso da Alemanha Ocidental (redução de 56,8%), da França, do Canadá, dos Estados Unidos, e do Luxemburgo. Por outro lado, dois países acusaram sensível aumento: o Japão (+265%) e a Suécia (+772%).

Os investimentos estrangeiros correspondem a decisões que exigiram muito tempo. O Japão que se tornara um dos grandes investidores no Brasil, estudava há muitos anos o aumento dos seus investimentos no País. Agora estamos verificando concretamente que essas decisões não foram muito afetadas pela deterioração da situação cambial neste país. E'

	ESP.-15-12-74.		
Finlandia	80	—	2.298
França	48.019	1.639	207.106
Hong-Kong	—	1.047	1.379
Índias Ocidentais	—	3.222	5.132
Irã	—	4	6
Irlanda	—	184	—
Iugoslávia	—	—	33.962
Japão	30.538	111.435	429.695
Libano	2	2	234
Libéria	267	5.379	21.109
Luxemburgo	39.560	6.731	114.817
México	1.036	499	4.178
Nigéria	—	—	15
Noruega	639	87	18.370
Países Baixos	21.098	17.969	114.182
Panamá	8.350	22.272	154.275
Peru	—	—	10
Portugal	2.464	16.659	28.517
Reino Unido	34.852	6.893	349.370
Suécia	3.186	27.795	101.003
Suíça	73.864	67.109	424.158
Checoslováquia	225	—	243
Uruguai	2.362	90	10.840
Venezuela	1.213	179	7.127
Total	664.594	515.473	5.112.775

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS POSIÇÃO EM FIM DE PERÍODO EQUIVALENCIA EM US\$ MIL

Países	31-12-73
Africa do Sul	1.213
Alemanha Ocidental	520.776
Antilhas Holandesas	113.276
Argentina	9.143
Austrália	2.806
Austria	8.586
Bahamas	38.754
Bélgica	61.127
Bermudas	14.910
Bolívia	12
Canadá	360.152
Chile	16
Coreia do Sul	90
Costa Rica	70
Dinamarca	8.146
Equador	5
Espanha	1.485
Estados Unidos	1.717.387
Finlandia	2.298
França	205.467
Hong-Kong	332
Índias Ocidentais	1.910
Irã	6
Israel	—
Itália	33.778
Iugoslávia	44
Japão	318.260
Libano	232
Libéria	15.730
Luxemburgo	108.186

México	3.679
Nigéria	15
Noruega	18.283
Países Baixos	96.489
Panamá	132.003
Peru	10
Portugal	11.858
Reino Unido	342.477
Suécia	73.208
Suíça	357.049
Checoslováquia	243
Uruguai	10.750
Venezuela	6.948

TOTAL 4.579.209
Fonte — Banco Central.

Influência no balanço

Apesar de não se dispor, ainda, dos dados finais para o atual exercício, tudo indica que a previsão governamental de um montante de investimentos diretos num valor de um bilhão e meio de dólares, não será atingido. Esta redução em relação ao previsto terá influência, eminentemente, no balanço de pagamentos.

Cumprir, todavia, que a entrada de cerca de um bilhão de dólares já representa um êxito. Com efeito, se no ano passado, segundo os últimos dados do Banco Central, registrou-

manter num nível elevado os investimentos diretos estrangeiros.

Não se pode desprezar, finalmente, o efeito que poderá ter sobre a entrada de capitais estrangeiros, a descoberta de petróleo. Com efeito, na medida em que se confirma esta descoberta, o Brasil poderá se constituir num dos países mais atraentes para o capital estrangeiro, oferecendo grandes oportunidades para exploração de riquezas naturais sem ter problema para seu abastecimento em petróleo. Neste caso, as previsões governamentais, muito otimistas no contexto internacional atual, poderiam voltar a ser realistas e o Brasil se tornar um dos países de maior interesse para investimentos diretos.

provável que nos dois próximos anos continuará a se verificar grande afluxo de capital japonês no Brasil.

E' interessante, também, notar um aumento importante das entradas de capitais em proveniência de Portugal, o que pode refletir a evolução da situação política neste país.

E' de se temer que a recessão nos países industrializados se refletirá por uma forte redução dos investimentos nos dois próximos anos a menos que grandes projetos (como Trombetas, Carajás, e Espírito Santo) se concretizem rapidamente.

Notamos que até agora não se registraram investimentos significativos dos países árabes, produtores de petróleo. E' possível, entretanto, que no futuro nosso balanço de pagamentos acusam um forte aumento dos investimentos diretos de alguns desses países, aumento que permitiria ao Brasil de

ONDE ARMAZENAR UMA GRANDE SAFRA ?

Rev. VISÃO - 16-12-74

Se a agricultura brasileira não crescer a uma taxa anual da ordem de 7% no próximo quinquênio, uma parte fundamental do II PND estará comprometida. Se crescer a essa taxa, uma parcela importante da produção se perderá, a menos que a capacidade nacional de armazenamento cresça com rapidez.

A deficiência do sistema de silos e de armazéns é um problema que se vem tornando mais e mais agudo, à medida que se expandem as safras. Supercolheitas, anunciadas com entusiasmo pelo Governo, acabam tornando-se superproblemas. "Plante que o Governo garante" é um slogan sonoro. Mas garante como?

O poder público garante preços mínimos, mas exige que o produto esteja muito bem guardado, para fazer jus ao financiamento baseado no valor-piso. O resultado efetivo é ilustrado pelo que aconteceu em Goiás este ano: a Comissão de Financiamento da Produção teve de comprar centenas de milhares de sacas de milho deixadas ao relento, para depois levá-las a São Paulo, onde encontraram abrigo apropriado e puderam atingir o mercado gradativamente, sem sofrer queda excessiva de preço. Em Unai, Minas Gerais, ocorreu algo semelhante, embora a retirada do milho não alcançasse o mesmo volume. No Paraná, muita soja se perdeu, porque, sendo necessário aproveitar ao máximo a reduzida capacidade de armazenamento, as secagens foram mal feitas e boa parte do produto se transformou num reboco, impedindo que novas remessas pudessem ser guardadas. No mesmo Estado, armazéns de café foram mobilizados para guardar trigo a granel, em inadequadas condições de proteção. Para melhorá-las, paredes de trigo ensacado foram colocadas em torno do granel.

O plano da Cibrazem

Como base para um programa, a Cibrazem pretende, segundo se informa, cadastrar todas as unidades armazenadoras particulares, destinadas a produtos agropecuários e pesqueiros. O INCRA se encarregará de levantar as informações. No momento, são conhecidos com exatidão apenas os dados referentes à capacidade armazenadora oficial para produtos "secos", assim dividida: Cibrazem, 850 mil t; companhias estaduais, 2 milhões de t; outros órgãos governamentais (DNPVN, RFF, IAA, IBC, COBEC, Armazéns Gerais Ferroviários), 3,8 milhões de t. Há ainda 48 mil t em capacidade de armazenamento a frio da Cibrazem.

Os dados serão obtidos pelo preenchimento voluntário de informações a serem entregues ao INCRA. Assim, merecerão acesso preferencial a estí-

mulos creditícios para reforma, reaparelhamento, reconstrução e readaptação de suas unidades armazenadoras; estímulos financeiros para armazenamento dos estoques governamentais e os financiamentos garantidos pela política de preços mínimos; financiamentos em que os produtos agropecuários e da pesca, armazenados, sirvam de garantia real; liberação de exportações de produtos agropecuários e da pesca junto à Cacex.

Algumas perguntas logo se colocam, como a suficiência do prazo, de 2 de dezembro a 31 de janeiro, para recebimento das informações em todo o país, à exceção do Amazonas, Pará e territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, onde o cadastramento será iniciado apenas em 15 de abril, estendendo-se até 15 de junho (ao iniciar-se o período, o INCRA já teria treinado o pessoal necessário, problema que, supostamente, consumirá menos tempo no resto do país).

Feito o levantamento, restará sobre a mesa, no entanto, o *problema real*: planejar e implantar no país um sistema completo de silos e armazéns, condição necessária para assegurar racionalidade aos projetos de abastecimento interno e credibilidade aos esquemas de exportação.

Independentemente do plano, a Cibrazem já estabeleceu a necessidade de instalar, no período 1975-79, quinze armazéns de 3 mil t cada um na área do PIN; outros trinta, de 1.300 a 2.600 t, na área do Proterra; e mais quinze, de 3 mil t, na área do Prodoeste. Para programas de emergência, devem ser adquiridos vinte armazéns metálicos, com capacidade individual de 3 mil t. Prevê-se, ainda, a reforma e ampliação de entrepostos de pesca, assim como a construção de outros em vários pontos do país.

A quem cabe a tarefa de planejar, construir e administrar silos e armazéns? Há um princípio, de conhecimento generalizado, segundo o qual cabe ao poder público (União e Estados) cuidar da armazenagem intermediária, enquanto os produtores se encarregam de montar as instalações próximas às zonas produtoras. Na prática, o que existe é bem diferente. No Rio Grande do Sul, cooperativas mais fortes têm construído armazéns intermediários, cuja manutenção exige uma grande capacidade financeira. Além disso, em situações de emergência (que aliás são frequentes) tem sido necessário esquecer a divisão de responsabilidades, num clima de improvisação.

Na opinião do diretor de uma grande cooperativa de produção, a instalação de armazéns destinados a regular estoques, em pontos estratégicos do país, dará ao Governo condições de investir onde sua presença for realmente indispensável e frutífe-

ra, desde que ao produtor se dêem condições para construir instalações suficientes junto às lavouras.

Dinheiro ocioso

Quais são as "condições" que faltam? Recursos financeiros existem no Banco Central, onde permanecem ociosos mais de 200 milhões de cruzeiros, dos 430,8 milhões oriundos do Banco Mundial e destinados a repasse pelo Banco do Brasil, desde que se criou o Programa de Desenvolvimento de Silos e Armazéns (Prodesar), em 1972. Em novembro, o saldo disponível era de 268,3 milhões, incluídos os retornos previstos para o mês.

Por que o dinheiro ficou parado? José Ribamar de Melo, coordenador da Gerência de Crédito Rural Industrial do BC, admite que a ausência de demanda para essa linha de crédito decorre, provavelmente, do custo do financiamento, que se compõe de 5% de juros, mais correção, segundo a variação das ORTN. Mas não seria improvável, acrescenta, que o desconhecimento da existência dos recursos, por parte dos agricultores, tenha influído também. Contudo, em sua opinião, o primeiro fator parece ter entrado com maior peso. Tanto que muitos armazéns e silos têm sido construídos com financiamento obtido nas carteiras de crédito rural do Banco do Brasil e outros agentes, aos quais aquele repassa recursos de fontes que não o Banco Mundial, a juros subsidiados de 15% ao ano e nada mais.

Este ano, segundo cálculos efetuados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o custo do dinheiro do Prodesar chegou aos 37%, considerado excessivo em relação à renda proporcionada pela atividade rural, que "não suporta juros além de 15% nos financiamentos destinados a inversões fixas para a construção de silos ou armazéns equipados". A observação consta de memorial enviado pela FAEP a Paulo Hortêncio Pereira Lyra, presidente do Banco Central, com cópias para os ministros Paulinelli e Simonsen.

No documento, a entidade pinta um quadro em que ressaltam as apreensões dos agricultores com o problema da falta de armazéns e silos, "drama que se agrava à medida em que se elevam as safras". A área plantada com soja, por exemplo, deve passar a 1,6 milhão de hectares no próximo ano agrícola, no Paraná, o que resultaria numa safra de 3,5 milhões de t; o trigo saltaria de 700 mil hectares em 1973-74 para cerca de 1 milhão, dando uma produção de 1,4 milhão de t. O milho também deverá ter safra excepcional.

Soja e trigo são as principais fontes de preocupação, pois, atualmente, do total de 1.016.552 t de capacidade de armazenagem própria, as cooperativas têm apenas cerca de 60% em unidades graneleiras, exigidas por aqueles produtos. Os armazéns chamados convencionais, também para cereais (guarda em sacos), somam 299.837 t, e o restante se divide em unidades destinadas a sementes e insumos (101 mil t). Há ainda cinco armazéns infláveis, com 10.500 t. Praticamente, todo o peso das safras crescentes desses dois produtos tem recaído sobre os graneleiros das cooperativas, pois o que completa os 4,7 milhões de capacidade de armazenamento paranaense se compõe de armazéns convencionais, pertencentes ao IBC, a particulares e ao Estado, construídos numa época em que o café, o algodão e o milho

faziam as safras principais. Como resultado, improvisam-se o armazenamento e a conservação em função das disponibilidades atuais, com todos os problemas daí decorrentes, reeditando-se hoje, no Paraná, as agruras há anos sofridas pelos triticultores gaúchos, que foram obrigados até a usar igrejas como depósito precário e secavam o produto ao sol, nas ruas.

"Mal ou bem", diz Amílcar Neves Ribas, presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, "o Paraná tem armazenado." Isso significa que não se profanam naves e átrios, nem se expõem trigo e soja na rua. Mas é certo que as "piscinas" armadas para o trigo não constituem a melhor solução. Assim também, só interessa a uns poucos, geralmente representantes de companhias transnacionais, a aflição do produtor que, por falta de capacidade de armaze-

namento na fazenda e na cooperativa, tem de entregar sua soja sem ao menos saber que preço vai receber — inusitado plano de venda a termo que ganhou inúmeros adeptos involuntários na última safra.

Entendimento sistemático

A solução para todo o problema, no fundo, só pode mesmo nascer de entendimento sistemático entre Governo e iniciativa privada, como aconteceu e ainda acontece no Rio Grande do Sul, onde ambas as partes já cuidam de coordenar o escoamento da próxima safra de soja, com a preocupação de se dar a melhor utilização possível à infra-estrutura hoje existente. Com um pormenor, porém, como costuma dizer Rubem Ilgenfritz da Silva: "Se o regime é de livre iniciativa, então vamos tratar de ter iniciativa".

O que esperar da agricultura em 1975

É fácil compreender por que, daqui para a frente, caberá à agricultura um importante papel na pauta das exportações brasileiras: os desequilíbrios que a alta dos preços do petróleo gerou na balança comercial da maioria dos países ocidentais levaram-nos a rever suas pautas de exportações e importações, procurando incentivar as exportações e limitar, sempre que possível, as importações. Por isso mesmo, o Brasil, que aumentou substancialmente suas exportações de produtos industrializados nos últimos anos, esbarrará, a partir de agora, em crescentes difi-

culdades para colocá-los nos mercados internacionais.

Quanto aos produtos agrícolas, entretanto, a perspectiva é muito mais favorável. Como a recente conferência promovida pela FAO em Roma acaba de demonstrar, existe uma fome de alimentos no mundo. E o Brasil é um dos poucos países que têm condições de aumentar significativamente, e a curto prazo, sua produção de alimentos. Além disso, é preciso não se esquecer, também, de que, num momento em que se torna mais difícil exportar produtos industrializados, as indústrias

Rev. EXAME - dezembro de 74

terão que concentrar seus esforços no mercado interno. E um setor agrícola forte é indispensável para ampliar o mercado interno para bens industrializados.

Se as perspectivas são favoráveis à agricultura, o que está faltando para que o Brasil se torne um exportador ainda mais expressivo de produtos agrícolas? "Isso dependerá, fundamentalmente, da política de preços mínimos que vier a ser adotada pelo governo", responde Adeval César de Carvalho, diretor-executivo da Manah S.A., fabricante de fertilizantes (ver entrevista na página ao

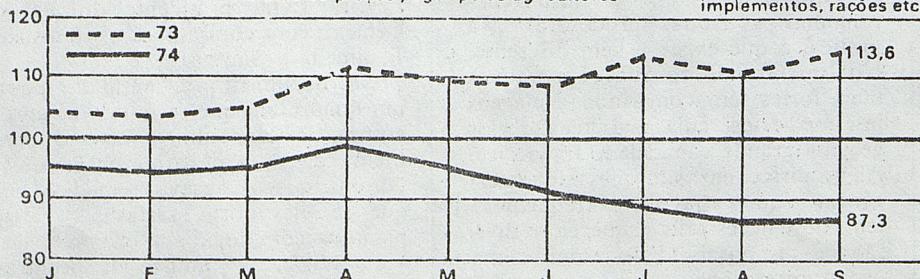
Como está a renda do agricultor

(em %)

Fonte: Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo

$$\text{Índice de paridade} = \frac{\text{índice de preços recebido pelos agricultores}}{\text{índice de preços pagos pelos agricultores}^*}$$

*Inclui preços de: adubos, inseticidas, máquinas, implementos, rações etc.



O índice de paridade compara a evolução dos preços obtidos pelos agricultores na venda de seus produtos com o dos preços pagos por eles pelos insumos de que necessitam (adubos, máquinas e implementos etc.). Se o índice for inferior a 100, como está ocorrendo este ano, isso significa que os aumentos de preços dos produtos agrícolas foram inferiores aos aumentos de preços dos insumos empregados. Ou seja: que o agricultor está ganhando menos em 1974.

A alta dos preços

(aumento dos preços de alguns insumos agrícolas de janeiro a setembro de 1974, em %)

Tratores	8,2
Inseticidas e fungicidas	27,5
ADUBOS:	
Superfósforo triplo	170,4
Sulfato de amônia	108,9
Nitrocálcio Petrobrás (SP)	77,2
Nitrocálcio Petrobrás (Cubatão)	47,3
Fósforo natural	56,5
Superfósforo simples (nac.)	69,0
Cloreto de potássio	52,8

Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo

lado). "Preços realistas, que levem em conta o aumento dos insumos, estimularão o agricultor. Preços irrealistas, por outro lado, desestimularão a produção", acrescenta Carvalho.

O problema é que, este ano, pelo menos, a renda obtida pelo agricultor ao vender a sua produção aparentemente não acompanhou o aumento dos custos, como demonstra o gráfico abaixo. A evolução do índice de paridade, que compara os preços obtidos com o custo dos insumos, mostra uma deterioração da renda do agricultor a partir de abril. Em setembro, o índice se situava em 87,3%, revelando que o aumento relativo dos preços dos produtos agrícolas tinha sido inferior — em 12,7% — ao aumento dos preços dos insumos. Observando-se a tabela abaixo, verifica-se também que isso se deve, principalmente, à violenta alta dos preços de fertilizantes, nunca inferior a 50%, entre janeiro e setembro deste ano.

Aí está, sem dúvida, o grande impasse da agricultura brasileira: para aumentar a produção e obter maiores excedentes exportáveis é preciso melhorar a produtividade; mas isso depende, em grande parte, do uso adequado de fertilizantes e defensivos, que estão custando mais caro. Se os preços dos produtos agrícolas não compensarem, o agricultor usará menos adubos, comprometendo a produtividade da lavoura e a meta de aumentar as exportações brasileiras de produtos agrícolas.

Mas o governo compreendeu o perigo deste ciclo vicioso, tanto que o II PND enfatiza a necessidade de aumentar dramaticamente, a curto prazo, a produção interna de fertilizantes.

A seguir, as perspectivas da agricultura brasileira em 1975, segundo Duilo Fossati, diretor geral do setor de alimentos da Sanbra (vendas de 3,1 bilhões de cruzeiros em 1973); Gervásio Tadashi Inoue, presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia (vendas de 1,2 bilhão de cruzeiros em 1973); e Adeval César de Carvalho, diretor-executivo da Manch S.A. (vendas de 340 milhões de cruzeiros em 1973).

EXAME — Quais as perspectivas para a safra do próximo anos?

Fossati — Inicialmente, nota-se um grande entusiasmo pelo plantio da soja no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Em 1975, a safra da soja poderá alcançar entre 8,5 e 9 milhões de toneladas. Quanto ao algodão, apesar da crise provocada pelos preços baixos, pode-se prever que, se as condições climáticas não influírem negativamente, teremos, na região centro-sul, a mesma produção deste ano, que esteve próxima de 1 milhão de toneladas.

Em relação ao milho, sabe-se que o bom preço alcançado está estimulando os produtores a aumentarem suas áreas de plantio. Entretanto,

como se trata de uma cultura que sofre a influência do preço dos fertilizantes, muitos agricultores deixarão de adubar suas terras ou reduzirão a quantidade de fertilizante empregado, o que poderá diminuir a produtividade. Assim, apesar do aumento da área cultivada, a próxima safra poderá situar-se apenas um pouco acima da última — em torno de 14 ou 15 milhões de toneladas.

EXAME — O aumento dos preços dos fertilizantes comprometeu a produtividade da agricultura?

Inoue — Comprometeu, pois em função de nossos solos, a produtividade da agricultura brasileira depende dos fertilizantes. Em 1973, houve um aumento acelerado do preço dos fertilizantes. E até agora não chegamos a uma acomodação aos novos níveis em que haja reciprocidade entre os custos de produção e os preços obtidos na comercialização dos produtos.

EXAME — Que produtos terão a preferência dos agricultores na próxima safra? Quais serão preferidos?

Carvalho — Pelo consumo de fertilizantes verificado no final de 1974, acredito que os produtos preferidos serão a cana-de-açúcar, o trigo e a soja. O algodão e o milho se manterão em níveis normais e os produtores de café estarão cautelosos, provavelmente aguardando medidas governamentais de estímulo à produção. Mas, de modo geral, o consumo de adubo no final deste ano foi inferior ao verificado em fins de 1973.

TRIGO, PRIMEIRO A PRODUTIVIDADE

ESP.-08-12-74

A principal preocupação dos triticultores gaúchos não é de aumentar imediatamente a produção ampliando a área plantada, mas de elevar a produtividade, mesmo que isso possa significar para o País, no momento, um onus com a importação do exterior. Estão, por outro lado, confiantes em que se continue a executar uma política de trigo realista, como a que vem sendo posta em prática nos últimos anos, com bastante firmeza, na qual, se a remuneração do produtor não satisfaz plenamente, pelo menos já mostra um interesse inequívoco do governo com a implantação de uma triticultura racional e econômica.

Esse é o pensamento do presidente da Cooperativa Regional Tritícola Serrana, COTRI-JUI, Ruben Ingelnfritz, que re-

presenta grande parte da produção de trigo do Rio Grande do Sul e do Brasil.

MUDANÇAS

No momento, a agricultura do Rio Grande do Sul está passando por uma nova fase: está havendo um pequeno crescimento da área plantada, o que, no entender do presidente da COTRI-JUI, "é altamente positivo porque muitas áreas antes cultivadas com trigo estão sendo paulatinamente abandonadas, pois não eram recomendáveis para esse tipo de lavoura, provocando uma queda no rendimento.

— Mesmo neste ano, afirmou, é provável que não alcançaremos o rendimento de 1.200 quilos por hectare, utilizado para definir o custo de produção do trigo.

Os triticultores sofreram nos últimos anos as consequências

de uma série de frustrações, decorrentes principalmente de problemas técnicos e que somente agora estão sendo superadas. Associa-se a isso o fato de que a lavoura de trigo é muito cara, na qual é indispensável o uso intensivo de fertilizantes, "hoje talvez mais importantes do que a própria qualidade da semente", mais uma razão para que a cultura apresente "uma alta produtividade.

EVOLUÇÃO DA SAFRA

A safra de trigo no Rio Grande do Sul está em fase final e, segundo Ruben Ingelnfritz, deverá situar-se em torno de 1.600.000 toneladas. A evolução em confronto com o ano anterior foi relativamente pequena, (1.300.000 toneladas), com um aumento da área plantada de 10 a 12%. Entretanto, o consumo nacional vem crescendo em nível bem superior à produção. Somente no Rio Grande do Sul,

esse consumo que era de 330 mil toneladas há dois anos, deverá alcançar em 1975 a 500 mil toneladas. A tendência é ascendente, devido principalmente à migração para as cidades, de tal forma que não se acredita na obtenção do auto-abastecimento, naquele Estado, pelo menos tão cedo. O mesmo acontece com o consumo nacional, que passou de 3,2 para 4,5 milhões de toneladas, nos últimos dois anos. Quanto ao Paraná, há a enfrentar o grave problema da erosão, nas áreas propícias para o trigo, limitando a capacidade de expansão. Nesse Estado, alerta Ingelnfritz, poderá surgir o mesmo problema enfrentado pelos lavradores gaúchos, há alguns anos, provocado pela falta de cuidado na conservação do solo. Em algumas áreas do Paraná está se desenvolvendo uma agricultura sob certos aspectos predatória, que precisa ser corrigida.

A NOVA LEI DE COMERCIO EXTERNO DOS EUA

ESP. 19-01-75

ROBERTO APPY

Ao promulgar no início do ano o "Trade Act of 1974", a nova lei do comércio externo, que substitui o "Trade Expansion Act" de 1962, o presidente Ford lamentava a rigidez e as injustiças incluídas neste diploma legal, mas reconhecia sua posição delicada que não lhe permitia aprovar parte da lei e vetar outros artigos. Para tornar eficientes as discussões relativas à redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias — iniciadas em setembro de 1973 no seio do GATT, no que se costuma chamar de "Tokio Round" — o presidente dos EUA precisava de uma legislação que lhe permitisse negociar com as outras nações. Por isso, aceitou na íntegra, a nova lei que pouco tem a ver com o projeto original, nem sequer com o projeto aprovado pela "House of Representatives". Com efeito, o Senado de Washington, que recebeu em outubro o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, modificou-o profundamente, incluindo, com uma minúcia que contradiz todos os princípios legislativos, limitações e exigências que transformam o objetivo básico da expansão do intercâmbio comercial numa lei excessivamente protecionista — talvez a mais protecionista desde o tempo em que prevalecia o "Colbertismo".

O diploma legal reflete, de um lado, toda a problemática da recessão mundial e por outro, a crise criada pelo caso Watergate, visando reduzir ao máximo os poderes do presidente da República. Como sempre ocorre em períodos de recessão ou crise, é promulgada uma lei sobre o comércio externo nos Estados Unidos: em 1930, em 1962 ou, como o "Anti-dumping Act", em 1921. Mas em todas essas leis se podia reconhecer o apego dos Estados Unidos ao liberalismo. Os tempos mudaram desde 1971, quando o presidente Nixon, desrespeitando os compromissos assumidos diante do GATT, estabeleceu uma sobretaxa de 10% para reequilibrar a balança comercial do país. A expansão das atividades das multinacionais provocou fortes reações nos meios operários norte-americanos, que já haviam obtido a apresentação de um "Foreign Trade and Investment Act" em 1972, redigido pela AFL-CIO, nos melhores termos protecionistas.

O labirinto dos controles

Hoje podem estar satisfeitos: o "Trade Act of 1974" é um documento que antes de tudo protege a indústria norte-americana. Mesmo correndo o risco de agravar uma recessão internacional já muito preocupante. Seria tarefa árdua procurar resumir uma lei de cerca de

50 mil palavras (uma centena de páginas de texto minucioso...). Apenas devemos procurar mostrar como o objetivo inicial foi totalmente deturpado por intermédio de exigências descaídas que exaltam a vitória dos "lobbies" na vida econômica norte-americana.

Os objetivos da lei já mostram que, apesar de todas as declarações oficiais, se trata, antes de tudo, de proteger a indústria norte-americana:

— Favorecer o crescimento econômico e o pleno emprego nos EUA;

— Harmonizar, reduzir, eliminar barreiras tarifárias ou não tarifárias;

— Promover processos adequados para proteger a indústria e a força do trabalho dos EUA contra a competição injusta das importações, e ajudar indústrias, empresas e trabalhadores que poderiam ser vítimas dessas importações;

— Abrir novas oportunidades aos EUA para comercializar com países de economia socialista;

— Promover um justo e razoável acesso ao mercado norte-americano dos produtos dos países em desenvolvimento.

Em todos esses objetivos, verifica-se que a prioridade é de "proteger", isto é, favorecer os Estados Unidos. O Congresso soube, em suas emendas, responder plenamente a essa meta principal da lei. O Presidente ganha, em princípio, novos poderes que lhe telega o Congresso para reduzir tarifas de importação, ou aumentá-las e negociar acordos recíprocos durante um período de 5 anos. Para as tarifas superiores a 5%, o presidente poderá reduzir de 40% as tarifas existentes em janeiro de 1975, abaixo deste limite terá liberdade. No entanto, a redução deverá ser progressiva (não mais de 3% por ano). Terá também o direito de elevar de 50% as tarifas (ou de 20% "ad valorem"). Assim, as atividades protecionistas não são exatamente paralelas à redução.

Mas uma leitura atenta da lei revela que a liberdade do presidente é uma liberdade muito vigiada... Foram criadas numerosas obrigações de consulta ao Congresso, ampliados os poderes da "International Trade Commission" (que sucede à "Tariff Commission" e se torna mais independente do Presidente), constituído o "Advisory Committee for Trade Negotiations" integrado por 45 membros que incluem representantes do governo, dos sindicatos operários, da indústria do comércio da agricultura das pequenas empresas das empresas de serviço e dos consumidores, criado o "Office of Special Representative for Trade Negotiations", cujos presidente e vice-presidente devem ter

seus nomes aprovados pelo Senado. Esse órgão terá a obrigação de informar o Congresso sobre as iniciativas do presidente.

No meio de todos esses organismos, permite-se a atuação de todos os "lobbies" para impor decisões como se já não fosse suficiente o poder total do "Committee on Ways and Means" que exerce uma verdadeira ditadura. "Dividir para Reinar" — parece que foi o objetivo do Congresso em emendar os mecanismos das decisões.

Assistência vs. importações

Para consolidar o espírito protecionista, os membros do Congresso imaginaram uma arma infalível: estabelecerem um sistema de assistência para as vítimas das importações excessivas. Como esta assistência é custosa, não há dúvida de que a pressão para acabar com essas importações será fortalecida. Este programa de assistência às vítimas do Exterior na legislação anterior era muito mais limitado. Assim o "Trade Act of 1962" limitava a ajuda quando o excesso de importações representasse a causa maior ("in major part") das dificuldades das empresas nacionais. Agora, basta que represente causa substancial. Neste caso, os operários vítimas de excesso de importação receberão um seguro — desemprego equivalente a 70% do seu salário com um máximo equivalente ao "national average weekly wage" — hoje de US\$ 180 por semana... Isso durante 52 semanas que poderão ser estendidas a 76. As empresas receberão assistência técnica para se transformarem, além de uma assistência financeira substancial. As próprias regiões atingidas pelo desemprego receberão também assistência financeira.

Contra a concorrência desleal

Existe na lei toda uma série de medidas contra as práticas desleais da parte dos países que exportam para os EUA. A lei anti-dumping (preço de exportação menor de que no mercado de origem) é reforçada, incluindo modos de cálculo para determinar o "dumping", até com auxílio de medidas visando descobrir manobras das multinacionais (que podem vender no país de origem ao mesmo preço do mercado norte-americano, mas a um preço mais alto em outros países). Não se aceitará mais preço de venda abaixo do custo de produção. É fácil imaginar os problemas que poderão decorrer desta caça às práticas de dumping...

Mas as restrições são ainda maiores para os países que adotam preços artificiais graças a subvenções, prêmios ou outras facilidades à exportação.

O GATT condena a diminuição ou isenção de impostos diretos. A lei dos EUA não admite também redução ou isenção de impostos indiretos ou outros favores (como se, por exemplo, a atuação do Eximbank não representasse uma subvenção disfarçada para os exportadores dos EUA...). Neste caso, o governo dos EUA poderá (e em certos casos deverá) compensar as facilidades outorgadas aos exportadores que vendam suas mercadorias no mercado norte-americano.

O "Trade Act de 1974" foi apresentado como uma grande vantagem oferecida aos países em desenvolvimento, aceitando a entrada sem direitos dos produtos manufaturados. Esta "preferência generalizada" sugerida na década de 1960 pelos Estados Unidos tem sido aplicada já há muitos anos pela grande maioria dos países industrializados, enquanto o governo de Washington só agora se mostra disposto em oferecê-la. Mas em que condições!

Em primeiro lugar o presidente deverá submeter a lista dos países beneficiários ao Congresso. Já por princípio não poderão entrar nesta lista:

— os países comunistas (salvo algumas exceções);

— os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo;

— os países que participam em organizações que visem elevar preços das matérias-primas (cartel do café por exemplo...);

— os países que oferecem vantagens a outros países industrializados (como por exemplo os países que assinaram acordos com a CEE).

Desta preferência generalizada se elimina diversos produtos: têxteis, relógios, artigos eletrônicos, artigos de vidro, a produtos siderúrgicos, calçados etc.). Além do mais cada país não poderá exportar mais de que US\$ 25 milhões no quadro da legislação ou mais de 50% do total das importações norte-americanas para esses produtos.

É certamente esta "liberalidade" aparente que mais revolta os países em desenvolvimento. A revolta foi ainda maior no caso das exigências apresentadas aos países comunistas para se aproveitar da cláusula de nação mais favorecida, ao ponto de a URSS renunciar a seu acordo comercial.

Poderíamos também nos referir aos princípios estabelecidos pelo Congresso para obter uma reforma do GATT, que prevê notadamente o direito de estabelecer uma sobretaxa de 15% sobre as importações em caso de um desequilíbrio da balança comercial...

BRASIL RESPONDE A VENEZUELA

ESP.-18-01-75

Por reconhecer que a nova Lei de Comercio dos Estados Unidos ameaça "legítimos interesses de países latino-americanos", o governo brasileiro concordou em que o assunto fosse examinado primeiramente no âmbito do conselho permanente da OEA — o qual se reunirá em Washington a partir de segunda-feira, com esse objetivo — e depois, se necessário, uma reunião de consulta de ministros das Relações Exteriores.

Essa foi, em resumo, a resposta que o presidente Geisel deu ao presidente Andres Perez, da Venezuela, a propósito de uma consulta sobre a posição brasileira em relação à Lei de Comercio. As cartas do presidente Andres Perez, datada do último dia 7, e do presidente Geisel, datada do dia 13, foram divulgadas ontem pelo Itamaraty.

Em sua carta, de 900 palavras, o presidente venezuelano informa estar-se dirigindo a todos os chefes de Estado e chefes de governo latino-americanos para ouvi-los sobre a conveniência de se levar para a OEA "o grave problema criado para a nossa região pelo tratado discriminatório estabelecido pela Lei de Comercio recentemente promulgada pelo presidente dos Estados Unidos". Recorda que na V Reunião da comissão especial de consulta e negociações da OEA, realizada de 9 a 11 de dezembro, em Washington, já fora aprovada declaração unanime manifestando a apreensão dos países latino-americanos em face da perspectiva de aprovação da Lei de Comercio — então apenas um projeto tramitando no

Congresso norte-americano. Apesar "desta cordial e clara advertencia", a lei foi promulgada pelo presidente dos Estados Unidos, numa atitude que, a seu ver, contradiz o oferecimento do "Novo Dialogo" proposto na conferencia de Tlatelolco. Afirma também que a nova lei não só constitui "agressão direta ao Equador e à Venezuela", mas também "uma ofensa à dignidade das relações entre nossos governos e o dos Estados Unidos". Não se trata, porém, assinala, de empreender cruzadas hostis nem contra os Estados Unidos nem contra qualquer outro país, mas de colocar os fatos frente a uma nova perspectiva e de procurar soluções positivas. E termina dizendo-se disposto a manter comunicação fraternal e permanente com todos os governos da America Latina, seja pelos tradicionais canais diplomáticos, seja pela nova e mais expedita forma do dialogo direto entre chefes de Estado ou de governo.

RESPOSTA

É a seguinte, na íntegra, a resposta do presidente Geisel: "Senhor presidente,

Tenho a honra de acusar recebimento da carta de 7 de janeiro corrente, em que Vossa Excelencia, após expor a posição de seu governo com relação à lei de reforma comercial recentemente posta em vigor pelos Estados Unidos da America, propõe seja a matéria levada à consideração do conselho permanente da Organização dos Estados Americanos e, eventualmente, de uma reunião de consulta de ministros das Relações Exteriores.

Após haver determinado uma análise da mencionada lei — embora preliminar — pode o governo brasileiro identificar a existência de clausulas que poderão prejudicar gravemente os países em desenvolvimento. Entre essas, Vossa Excelencia destaca as medidas retaliatorias contra aqueles que participem de acordos ou entendimentos de exportadores de materias primas. Ao lado dessas, igualmente serios me parecem os dispositivos sobre direitos compensatorios e outras formas de proteção a certas industrias americanas, que representam grave ameaça aos interesses brasileiros e latino-americanos.

Por essa razão, está meu governo de acordo com que a matéria seja levada à consideração do conselho permanente da Organização dos Estados Americanos e, se considerado necessário, de uma reunião de consulta de ministros das Relações Exteriores, convocada nos termos do capitulo XII da Carta da Organização dos Estados Americanos. A esse respeito, permito-me assinalar, com satisfação, que coincide com a de Vossa Excelencia a posição do governo brasileiro no sentido de procurar o fortalecimento do sistema interamericano, através de seus organismos institucionais.

Respondendo ao convite formulado na parte final da carta de Vossa Excelencia — de que eu externasse, desde já, minhas opiniões sobre matéria tão fundamental — devo expressar ainda, num contexto mais global, que a entrada em vigor da lei de reforma comercial dos Estados Unidos da America, ao possibilitar o inicio efetivo das negociações comerciais multilaterais, do Gatt, coloca-nos a todos diante de um desafio se-

melhante aos que representam as conferencias de Bretton Woods e de Havana. Para os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, trata-se, antes de mais nada, de uma oportunidade para alterar as normas que têm regido as relações economicas internacionais, inadaptables à presente situação economica mundial e claramente prejudiciais àqueles países. O gradual debilitamento do sistema economico internacional estabelecido nas conferencias acima mencionadas — agravo acelerado pelas atuais dificuldades dos balanços de pagamento da maioria dos países em desenvolvimento confere, na opinião de meu governo, especial relevo às referidas negociações, das quais a Lei de Comercio americana é peça de referencia fundamental.

Do ponto-de-vista brasileiro, pois, uma avaliação global do sentido positivo ou negativo da lei de reforma comercial, consiste em estimar até que ponto ela representa um mandato para promover a reformulação das atuais estruturas de relacionamento economico internacional — assegurando particularmente tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento — sem exceções — ou a reafirmação de posições tradicionais, tendentes a congelar a atual distribuição internacional de riqueza e de poder economico. Infelizmente, as restrições identificadas vêm contribuir para essa ultima alternativa.

Por todas as razões, pois, e reconhecendo que estão ameaçados legítimos interesses de países latino-americanos, o governo brasileiro acolhe a proposta formulada pelo governo da Venezuela, no sentido de levar o assunto à consideração dos órgãos institucionais do sistema interamericano".

ESP.- 18-01-75

LA OPINION SUGERE A UNIÃO CONTRA CARACAS

BUENOS AIRES — Uma aliança politica entre a Argentina e o Brasil, para conter a crescente influencia da Venezuela na America Latina, foi proposta ontem aos responsáveis pela politica exterior do governo peronista. Considerando-se a divergencia de interesses entre os exportadores de petroleo e o resto das nações latino-americanas, chega-se, na Argentina, à consequencia logica de que aumentam as afinidades com o Brasil e se enfraquecem os laços existentes com a Venezuela, afirma um artigo publicado ontem pelo diario "La Opinion".

O autor do artigo, Enrique Alonso, influente comentarista de assuntos economicos internacionais, sustenta que Caracas está fazendo uma politica de poder, buscando areas de influencia na região. O presidente Carlos Andres Perez ganha amigos e influencia

no continente — afirma Alonso — com atitudes similares às empregadas pelas potencias classicas em beneficio de uma nova meta: os petrodolares.

Embora conhecido por sua independencia critica em relação à politica da chancelaria argentina, observa-se nos meios diplomaticos de Buenos Aires que as análises de Enrique Alonso refletem, frequentemente, uma consideravel corrente de pensamento entre funcionarios jovens do Palacio San Martin.

As classicas disputas entre a Argentina e o Brasil são negociáveis, diz o comentarista, acrescentando que seria desejavel cancelar o ciclo de busca de hegemonia. O problema crucial da diplomacia argentina, ainda segundo Alonso, é superar as divergencias politicas com o Itamaraty e fazer frente à crescente importancia da Venezuela.

A proposta para uma ali-

ança de Buenos Aires e Brasília contra Caracas é feita ao anunciar-se a visita do presidente Perez à Argentina, em abril. O artigo do "La Opinion" diz que Perez assinará aqui uma serie de acordos que incluem importantes compras de maquinaria agricola e alimentos. Serão examinadas também as possibilidades de investimentos venezuelanos em industrias argentinas.

Enrique Alonso afirma ainda que o Palacio San Martin considera que o grande numero de assuntos a serem tratados com os Estados Unidos torna obrigatorio o dialogo entre Henry Kissinger e seus colegas latino-americanos, iniciado há um ano em Tlatelolco, no Mexico. A Venezuela já anunciou que não virá a Buenos Aires em março, na continuação do dialogo, em represalia à Lei do Comercio dos Estados Unidos. Afirma o artigo que, ao rea-

gir duramente contra essa lei, a Venezuela apenas o faz em interesse proprio e não em função do interesse geral do continente.

QUESTÕES HIDRELÉTRICAS

Os acordos hidrelétricos assinados, recentemente, pelo Brasil e pela Argentina provocaram, aqui em Buenos Aires, comentários divergentes dos diários "El Cronista Comercial" e "La Opinion". Segundo o primeiro jornal, a "geopolitica brasileira mostrou uma nova fase de sua estrategia no manejo da politica energetica na Bacia do Prata". O "El Cronista" sustenta que uma "mostra da habilidade da diplomacia brasileira pode ser vista no atraso existente na construção de Yacyreta-Apipe, provocado pelos setores vinculados ao governo do general Stroessner".

brasil investe no chile

Durante encontro que manteve na manhã de ontem com o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, o ministro do Planejamento do Chile, Roberto Kelly, acertou uma reunião de representantes privados dos dois países, para exploração e complementação industrial conjunta do cobre chileno.

A reunião, segundo o ministro chileno, terá sua data oportunamente marcada, uma vez que precederá a definição de investimentos oficiais do Brasil nas minas de cobre chilenas. O montante dessas inversões poderá ser acertado durante as entrevistas que o representante chileno manterá, esta semana, com ministros brasileiros da área econômica, com os presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Com base nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Chile, os dois ministros discutiram, ainda, certos aspectos das relações econômicas entre os dois países. O intercâmbio comercial, atualmente em torno de 150 milhões de dólares, poderá duplicar com a aplicação dos planos traçados, incluindo-se a possibilidade de maiores exportações

de equipamentos do Brasil para o Chile e ao incremento na cooperação na área da indústria automobilística.

Esse incremento das exportações brasileiras para o Chile visa estabelecer um equilíbrio na balança comercial entre os dois países. Embora, tradicionalmente, nossas vendas fossem sempre maiores, no ano passado, com o aumento verificado nas importações de cobre, houve um superavit em favor do Chile.

A cooperação na exploração do cobre consistirá, basicamente, num revigoramento das inversões brasileiras em empreendimentos chilenos já instalados ou a instalar-se. O Chile, por sua vez, fornecerá "know-how" para projetos brasileiros do setor, além de equipamento para a exploração do minério.

O plano decorre da conscientização do governo brasileiro de que a exploração de nossas jazidas de cobre, tornam-se economicamente inviáveis, sendo mais acertado a participação em projetos binacionais, especialmente em países vizinhos, decorrente da orientação geral de maior abertura possível de cooperação econômica entre os países da América Latina.

PAPEL E CELULOSE

Segundo o representante chileno, haverá um maior esforço dos dois governos em todos os campos, especialmente quando um dos países tiver excedentes de um item em que o outro é necessitado. Este é o caso, por exemplo, de papel e celulose, que o Chile tem condições de exportar para o Brasil, em grande escala.

Roberto Kelly afirmou ontem que seu país tem condições de atender toda a demanda brasileira do setor, se contar com ajuda para o desenvolvimento de todo o seu potencial.

A orientação brasileira, por outro lado, é adotar uma política de garantia de suprimento de insumos básicos onde não haja auto-suficiência nacional, sempre que possível associando-se a empreendimentos binacionais ou multinacionais para garantia de oferta, em condições razoáveis. Assim, também no setor de fertilizantes deverá estabelecer-se uma mais estreita colaboração entre os dois países, segundo o ministro chileno do Planejamento, já que o potencial agrícola brasileiro exige grande quantidade desse insumo, potencialmente abundante em seu país.

MANUFATURADOS

Os chilenos se interessam, principalmente, pela aquisição de manufaturados brasileiros, como máquinas, veículos automotores e equipamentos pesados, especialmente agrícolas, rodoviários e hidrelétricos; máquinas, ferramentas e instrumentos; produtos siderúrgicos; equipamentos e componentes de bens de capital; relógios e aparelhos de precisão.

Para atendimento aos chilenos, o ministro Reis Velloso destacou que é de particular importância a execução de projetos brasileiros mais sofisticados e de grande porte, concebidos diretamente para exportação, se necessário com incentivos especiais, como os do Deflex.

Reis Velloso conversou longamente com Roberto Kelly sobre a experiência brasileira em planejamento nos últimos anos, fornecendo pormenores sobre os incentivos fiscais, desenvolvimento nacional e no tocante a estratégia de distribuição de renda, tais como os investimentos em educação, saúde, habitação, programas como o PIS e o Pasepe, e a política salarial.

Brasil dá curso sobre informações a chilenos

Brasília (Sucursal) — A Presidência da República autorizou uma delegação composta por 17 oficiais, entre instrutores e alunos da Escola de Inteligência do Exército do Chile, para visitar organizações do sistema brasileiro de informações.

A autorização, publicada no Diário Oficial que circulou ontem, atende a exposição de motivos do Ministro do Exército, General Silvio Coelho da Frota. O estágio será realizado de 31 de outubro a 9 de novembro.

Kuwait confirma venda de petróleo

Em Beirute, confirmou-se que, a partir de primeiro de janeiro, o Kuwait exportará para o Brasil 60 mil barris diários de petróleo, cumprindo recente acordo firmado com representantes do governo brasileiro que visitaram aquele país. Segundo informações da agência egípcia de notícias "Mema", o acordo inclui a formação de uma empresa mista e um empréstimo de 80 milhões de dólares ao Brasil. No próximo mês — segundo a agência — uma missão econômica do Kuwait visitará o Brasil a fim de dar prosseguimento às negociações iniciadas durante a viagem da missão brasileira.

BRASIL VENDE

ARMAS AO KUWAIT

o Globo 1-75
GENEVA (FP — O GLOBO) — A Revista Internacional de Defesa diz em seu último número publicado ontem em Genebra que o Brasil vendeu ao Kuwait vinte unidades do veículo blindado "Cascavel", fabricado pela empresa Engesa.

O "Cascavel", veículo anfíbio para reconhecimento a grande distância, pesa nove toneladas.

Os veículos a serem recebidos pelo Kuwait serão equipados de uma torre com canhão de 99 mm e um sistema de direção de tiro noturno.

Desejo receber ... assinatura(s) do Conjuntura Brasileira por ... ano(s)

Anexo o cheque nº no valor de

Nome

Endereço

.....